



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

CRISTIANE GONÇALVES DE SOUZA

**EMPODERAMENTO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA
GROSSA-PR**

**PONTA GROSSA
2011**

CRISTIANE GONÇALVES DE SOUZA

**EMPODERAMENTO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA
GROSSA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas (linha de pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^a Dr^a Dirceia Moreira

Co-orientação: Prof^a Dr^a Jussara Ayres Bourguignon

**PONTA GROSSA
2011**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S729e Souza, Cristiane Gonçalves de
Empoderamento : possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa-Pr / Cristiane Gonçalves de Souza. Ponta Grossa, 2011.
204p.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais. Linha de Pesquisa : Estado, Direito e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Dirceia Moreira
Co-orientadora : Profa. Dra. Jussara Ayres Bourguignon

1. Assistência social. 2. Empoderamento. 3. Família. 4. Prática profissional. e equipe interdisciplinar. I. Moreira, Dirceia .
II. Bourguignon, Jussara Ayres. III. T.

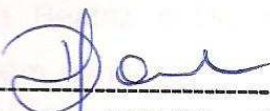
CDD: 361.61

CRISTIANE GONÇALVES DE SOUZA

"EMPODERAMENTO: REFLEXÃO A PARTIR DA PRÁTICA PROFISSIONAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA GROSSA"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:


Dra. Dircéia Moreira (UEPG) – Presidente


Dra. Lenir Ap. Mainardes da Silva - (UEPG)


Dra. Selma Schons - (UEPG)

Dra. Lucia Cortes da Costa (UEPG) - Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido esposo, Juliano, o qual sempre me amparou afetivamente nos momentos difíceis. Sempre serei grata à sua compreensão pelos momentos em que estive ausente pela demanda de estudo e pesquisa. A cada dia através de sua preciosa presença em minha vida percebo o verdadeiro sentido da palavra amor e companheirismo.

À toda a minha família, principalmente à minha mãe Jerusa e sogra Dirceia, as quais foram presenças constantes nesse período, oferecendo apoio e suporte em todos os momentos.

À Professora Dr^a Dirceia Moreira, orientadora desta pesquisa, a qual com muita coragem e entusiasmo abraçou este projeto e sempre se mostrou pronta em me auxiliar a desvendar os caminhos a serem percorridos para conclusão da mesma.

À Professora Dr^a Jussara Bourguignon, co-orientadora desta pesquisa, pessoa sempre presente nas orientações, tal presença se configurou como fundamental, pois contribuiu com preciosas dicas e orientações para elaboração desta pesquisa.

Às amigas e também companheiras desta caminhada no Mestrado, Fabiana Vosgerau, Karla Beatriz e Denise Pereira. Juntas compartilhamos alegrias, angústias, dúvidas e também conhecimentos que foram importantes para a construção de nossas pesquisas.

À Professora Dr^a Solange Barbosa de Moraes Barros, coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, presença constante durante os dois anos do curso, presença essa que muitas vezes excedia em atitudes de apenas tirar dúvidas a respeito do Mestrado, mas que também nos apoiava, obrigada por sua dedicação.

Às Professoras do Departamento de Serviço Social da UEPG: Professora Msc. Luiza, Professora Dr^a Danuta, Professora Msc. Liza, Professora Dr^a Gisele e Professora Msc. Sandra, as quais desde a graduação em Serviço Social me incentivaram e me inspiraram a prosseguir na busca do conhecimento científico.

À Professora Dr^a Lenir Ap. Mainardes Silva e Professora Dr^a Selma Schons, as quais fizeram parte da banca de qualificação e conseqüentemente trouxeram significativas contribuições para a conclusão desta pesquisa.

Aos profissionais dos CRAS de Ponta Grossa, os quais muito gentilmente cederam seu tempo de trabalho para contribuir com esta pesquisa através do compartilhamento de suas experiências profissionais. Sem essas experiências, a realização desta pesquisa seria inviável. Obrigada pela confiança e pela receptividade com que me receberam.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES agência fomentadora da bolsa de pesquisa que permitiu a realização da mesma.

Às queridas amigas Carmen Brim, Cristiane Marcondes, Karine de Lima e Simone Rodrigues pela amizade e carinho constantes.

À eterna amiga Missionária Edinalva Rodrigues, que mesmo não estando mais entre nós, não poderia deixar de mencioná-la, pois com suas palavras de sabedoria sempre me estimulou a olhar além daquilo que estava dado na aparência.

Aos meus pastores: Adriano Cordeiro e Thomas Padley, obrigada pelas orações e conselhos.

“Não ser ninguém exceto você mesmo, num mundo que se esforça dia e noite para torná-lo igual a todo mundo, significa lutar a mais dura das batalhas que um ser humano pode enfrentar e que nunca deixa de lutar.” (E. E. Cummings)

Resumo: Esta pesquisa objetiva refletir sobre os limites e as possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS contribuir para o favorecimento do processo de empoderamento das famílias atendidas nesta instituição. Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo contexto empírico foi os CRAS situados no Município de Ponta Grossa-PR. A pesquisa se desenvolveu através dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, estudo documental, observação, entrevista semi-estruturada com profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, e análise de depoimentos tendo como referência as categorias centrais da pesquisa, as quais são: empoderamento, família, assistência social, prática profissional e equipe interdisciplinar. A Política Nacional de Assistência Social de 2004 enfatiza que o trabalho realizado com famílias deve partir de uma visão social que privilegie não somente as situações de vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais que a realidade apresenta às mesmas, mas devem-se privilegiar as potencialidades que essas famílias apresentam com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia. Desenvolver ações que busquem ressaltar as potencialidades é um trabalho que implica no processo de empoderamento, para que se efetive este processo, necessário se faz que o mesmo seja considerado a partir dos pressupostos da dialogicidade, pois para Paulo Freire o diálogo é fundamental para ultrapassar a concepção que supõe que o empoderamento limita-se à mera aquisição mecânica de conhecimento. A pesquisa concluiu que: há necessidade de investimento na formação continuada dos profissionais que atuam nos CRAS junto às demandas familiares em uma perspectiva interdisciplinar; que as condições de trabalho oferecidas às equipes dos CRAS limitam a sua intervenção, pois dificultam o estabelecimento de vínculos da equipe com as famílias, tendo em vista que dadas as circunstâncias de trabalho, alguns profissionais não permanecem na instituição, isso gera uma rotatividade entre os mesmos fragilizando desta forma o trabalho junto às famílias. No que tange às possibilidades do processo de empoderamento, observamos que o mesmo precisa ser mediado pela ação dialógica e ações sócioeducativas e suas decorrências, tanto o processo dialógico, quanto as ações sócioeducativas envolvem informação e participação elementos que têm a possibilidade de facilitar o estímulo do protagonismo do sujeito e consequentemente favorecer o empoderamento.

Palavras-chave: assistência social, empoderamento, família, prática profissional e equipe interdisciplinar.

Abstract: This research aims to reflect on the limits and the possibilities of the professional practice of the interdisciplinary team of the Social Assistance Reference Centers - SARC contributes for the aiding of the process of empowerment of the assisted families in this institution. It is about qualitative research, whose empirical context was the situated SARC in the city of Ponta Grossa, Paraná State. The research was developed through the following methodological procedures: bibliographical revision, documentary study, comment, half-structured interview with professionals of Social Service, Psychology and Pedagogy, and analysis of depositions having as reference the central categories of the research, which are: empowerment, family, social assistance, professional practice and interdisciplinary team. The National Politics of Social Assistance of 2004 emphasizes that the work, which is carried through with families must have a social vision that not only privileges the situations of social, economic and cultural vulnerabilities that the reality presents to the same ones, but the potentialities must be privileged that these families present regarding to the development of its autonomy. To develop actions that stand out the potentialities is a work that implies in the process of empowerment. In order to accomplish this process, it needs to be considered from the assumptions of the dialogic. According to Paulo Freire the dialogue is basic to exceed the conception that assumes that the empowerment is limited to the mere mechanical acquisition of knowledge. The research concludes that: there is the necessity of investment in the continued formation of the professionals who act in the SARC with the familiar demands in a interdisciplinary perspective; that the offered conditions of work to the teams of the SARC limit its intervention, because they make it difficult the establishment of bonds of the team with the families, regarding that the presented circumstances of work, some professionals do not remain in the institution, this generates a rotation among them, this way, weakening the work with the families. About the possibilities of the empowerment process, we observe that it needs to be mediated by the dialogical action and social-educative actions and its results, as the dialogical process, as the social-educative actions involve information and participation, elements that have the possibility to facilitate the stimulation of the protagonism of the individual and consequently to favor the empowerment.

Key-words: social assistance, empowerment, family, professional practice and interdisciplinary team.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Perfil da equipe profissional de referência dos CRAS em Ponta Grossa-Pr	17
Quadro 02: Diagnóstico sócio-econômico do Município de Ponta Grossa-Pr.	92

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
PBF – Programa Bolsa Família
SUS – Sistema Único de Saúde
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
DC – Desenvolvimento de Comunidade
UDN – União Democrática Nacional
PIS – Programa de Integração Social
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador
PROTERRA – Programa de Colonização na Região Transamazônica
CSUs – Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
PIN – Programa de Integração Nacional
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
BNH – Banco Nacional de Habitação
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
CEME – Central de Medicamentos
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
FLBA – Fundação da Legião Brasileira de Assistência
ASSELBAs – Associações Estaduais dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência
ANASSELBAs – Associação Nacional dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
FHC – Fernando Henrique Cardoso

NOB – Norma Operacional Básica
CIT – Comissão Intergestora Tripartite
CIBs – Comissões Intergestoras Bipartites
CFP – Conselho Federal de Psicologia
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal
SOS – Serviços de Obras Sociais
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
PPA – Plano Plurianual
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
CADÚNICO – Cadastro Único
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
UPA – Unidade de Processamento de Alimentos
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PCCS – Planos de Carreira, Cargos e Salários
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/ Conselho de Pedagogia

SUMÁRIO

Introdução.....	14
 Capítulo 01 – A construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil	
.....	27
1.1) Trajetória da Assistência Social no Brasil da década de 1930 até a Constituição Federal de 1988.....	35
1.2) A consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social.....	57
 Capítulo 02 – O contexto da formulação da atual Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	67
2.1) A assistência social após a implementação da LOAS	67
2.2) A nova configuração da Política Nacional de Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	74
2.2.1) A Matricialidade sócio-familiar no contexto da Política Nacional de Assistência Social.....	81
2.3) A Assistência Social no contexto do Município de Ponta Grossa-PR	89
 Capítulo 03 – As possibilidades e as características atribuídas ao processo de empoderamento	109
3.1) Concepções acerca do empoderamento	112
3.2) Pressupostos para a ocorrência do protagonismo.....	129
3.3) Ações sócioeducativas: estratégias para a criação de um meio favorável ao empoderamento.....	140
 Capítulo 04 – Limites e possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS	150
4.1) Reflexões sobre a prática profissional e tendências contemporâneas.....	151

4.2) Equipe profissional do CRAS e o desafio do trabalho interdisciplinar.....	163
4.2.1) Formação profissional do Assistente Social.....	163
4.2.2) Formação profissional do Psicólogo.....	165
4.2.3) Formação profissional do Pedagogo.....	169
Conclusão.....	184
Referências.....	190
Apêndice.....	201
Anexos.....	203

INTRODUÇÃO

A nova configuração da gestão dos serviços socioassistenciais a partir da atual Política Nacional de Assistência Social – PNAS aponta para a direção onde os usuários da assistência devem ser atendidos. Partindo da premissa de que os mesmos possuem além dos direitos, possibilidades e potencialidades que podem e devem ser desenvolvidas. (BRASIL, 2004). Para tanto, necessário se faz que no atendimento das demandas apresentadas pelos usuários da assistência seja realizado, paralelamente, ações que tenham como foco favorecer o estímulo de tais possibilidades e potencialidades.

Nessa lógica, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual tem por finalidade gerir as ações socioassistenciais em todo o território nacional, dentro desse sistema o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o qual deve estar situado no contexto territorial das famílias que se encontram em vulnerabilidade social, sendo responsável pelo Programa de Atenção Integral às Famílias, cujo objetivo é potencializar a família como unidade de referência e fortalecer seus vínculos internos e externos.

A PNAS de 2004 estabelece que para realizar este trabalho com as famílias, dentro dos CRAS, devem existir equipes profissionais interdisciplinares, as quais devem ser compostas preferencialmente por Assistentes Sociais, Psicólogos e outros profissionais, como o Pedagogo.

Impõem-se, portanto, a esses profissionais que compõem a equipe do CRAS, além do desafio do trabalho interdisciplinar, o desafio de se organizar dentro de uma nova lógica de trabalho na área socioassistencial, lógica essa que por vezes é marcada pela precariedade das relações de trabalho, consequência da onda neoliberal que chega ao Brasil na década de 1990 precarizando as relações de trabalho não apenas no setor privado, mas também no setor público. Essa precarização do trabalho ressoa na prática profissional desenvolvida pela equipe interdisciplinar do CRAS e ressoa ainda na sua intervenção junto às demandas familiares.

Nessa direção, a presente pesquisa tem como objetivo refletir a respeito dos limites e possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar dos CRAS contribuir para o favorecimento do processo de empoderamento das famílias atendidas nesta instituição.

Tal reflexão teve como parâmetro o processo de protagonismo e empoderamento, uma vez que de acordo com a PNAS de 2004, o CRAS é um lugar privilegiado para que haja a ocorrência do fortalecimento das famílias e estímulo e incentivo do protagonismo das mesmas. Desta forma, buscamos identificar, no contexto da trajetória da Política Nacional de Assistência Social como se efetivou o processo de constituição do protagonismo do usuário dos serviços socioassistenciais.

Outro aspecto que analisamos diz respeito à família, pois a Política Nacional de Assistência Social – 2004 tem como um dos eixos estruturantes de suas ações a Matricialidade Sociofamiliar, ou seja, a família é considerada espaço privilegiado de proteção social, socialização dos sujeitos e dessa forma é considerada alvo das ações socioassistenciais.

Em nosso entendimento, um trabalho que tenha como finalidade potencializar as capacidades das famílias é um trabalho que se relaciona a um processo de empoderamento, no sentido de que as mesmas possam se perceber como sujeitos que têm capacidades de serem protagonistas de sua própria história de vida.

Sobre a prática profissional, tencionamos levantar elementos para a realização de uma leitura crítica da mesma, elementos esses que nos fornecessem subsídios para uma análise a respeito da possibilidade da prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS contribuir para o empoderamento e afirmação do protagonismo das famílias usuárias.

A fim de obter mais clareza a respeito do processo de protagonismo e empoderamento se faz necessário uma abordagem teórico-metodológica a respeito dessas categorias, tendo em vista que as mesmas recebem diferentes conotações dependendo da abordagem que se faz/realiza.

Para abordar o objeto desta pesquisa, o qual se refere aos limites e possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar dos CRAS contribuir para o favorecimento do processo de empoderamento das famílias atendidas nesta instituição, necessário se fez que a pesquisadora realizasse sucessivas aproximações junto à realidade onde o fenômeno estava inserido. Tal aproximação se deu tendo o método dialético como base, pois o mesmo caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. (LIMA e MIOTO, 2010, p.40).

Em relação ao processo de conhecimento da realidade, Munhoz (2006, p. 26) assinala que:

No processo de estudo da realidade, o fenômeno que se deseja conhecer [...], inicialmente se dá ao sujeito cognoscente como concreto figurado, como aparência, como visão caótica. É um concreto sensível [...], mas... que ao mesmo tempo é um abstrato porque, na verdade, pouco se sabe dele (do fenômeno), num primeiro momento.

Levando em consideração a afirmação da autora, para conhecimento de determinado fenômeno da realidade é necessário estabelecer alguns procedimentos metodológicos a fim de que os mesmos possam subsidiar no desvelamento daquilo que ocorre apenas na aparência, a esse respeito, Minayo (1993) esclarece que a pesquisa diz respeito a um processo de aproximações sucessivas da realidade, momento em que se realiza uma combinação entre teoria e dados.

Inicialmente importa destacar que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, pois trabalha a partir de dados que não podem ser mensuráveis, visto que se refere a um tipo de pesquisa que busca explorar os significados de determinado fenômeno aos sujeitos pesquisados (MINAYO, 1998). Assim sendo, a mesma torna-se pertinente, pois nossa pesquisa busca compreender quais os limites e possibilidades que os profissionais da equipe interdisciplinar do CRAS encontram na sua intervenção junto às demandas familiares, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do processo de empoderamento e protagonismo dessas famílias.

Para conhecer a realidade pesquisada utilizamos alguns instrumentais, dentre eles, destacamos: a pesquisa bibliográfica, o estudo documental, a observação, a entrevista semiestruturada, coleta e análise de depoimentos.

Empregamos a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, pois a mesma permite um amplo alcance de informações e admite o emprego de

dados dispersos em inúmeras publicações, desta forma, contribui para a melhor definição dos conceitos que envolvem o objeto de estudo proposto. (GIL, 1994)

Através da pesquisa bibliográfica foi possível consultar alguns autores, os quais colocam em questão a discussão referente ao nosso objeto de pesquisa, desta forma, entendemos que nesse processo a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois através da mesma nossas reflexões foram sustentadas, para tanto consideramos pertinente trabalhar com os seguintes autores: Amann (1992); Baptista (2009); Carvalho (2005); Couto (2008); Demo (1998); Faleiros (1991); Freire (1980); Horochovski (2007); Iamamoto (2010); Pontes (2009); Simionato (2010); Sposati (1998); Yazbek (2003); entre outros.

Realizamos o estudo de documentos, como as atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa. Através desses documentos tivemos acesso às informações referentes à implantação do SUAS no município e consequentemente informações sobre a implantação dos CRAS. Também acessamos os históricos que trazem informações sobre todo o processo de constituição dos CRAS a partir de seus territórios locais, os quais se encontram nas próprias unidades, tais documentos forneceram informações que nos ajudaram a caracterizar os CRAS dentro da realidade local, sua implementação, formação e área de abrangência. Através desses documentos também tivemos acesso ao perfil das famílias atendidas nos CRAS, bem como a média mensal de atendimento que cada CRAS realiza dentro de sua área de abrangência.

No entanto, observamos a dificuldade de acesso a esses dados, pois em algumas situações, por conta da grande demanda de trabalho dos profissionais do CRAS, não conseguimos acessar todos os dados da forma como planejado.

Neste sentido, concernente à observação, este instrumental se fez presente durante toda a construção do processo de investigação. Utilizamos um caderno de campo, onde registramos o percurso de nossa pesquisa, seus avanços, retrocessos e desafios.

A Política Municipal de Assistência Social é o pano de fundo de nossa pesquisa e o contexto empírico da mesma são os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, situados em Ponta Grossa-Pr, onde os sujeitos entrevistados desenvolvem sua prática profissional. Atualmente este Município

possui 05¹ CRAS, os quais estão situados nos seguintes bairros: Vila Mariana (CRAS 26 de Outubro), Santa Luzia, Nova Rússia, Jardim Europa (CRAS Cará-Cará) e Jardim Paraíso.

De acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a equipe básica de profissional atuante no CRAS é composta por uma equipe interdisciplinar: Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo.

Assim sendo, os sujeitos de nossa pesquisa foram os profissionais que atuam na equipe básica interdisciplinar dos CRAS: Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo, os quais participaram de uma entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas flexíveis, onde os sujeitos entrevistados tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto de acordo com suas experiências e conhecimentos em torno do tema desta pesquisa.

Para Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 66) a entrevista tem a vantagem de envolver uma relação pessoal entre pesquisador/sujeito, o que facilita um maior esclarecimento de pontos nebulosos. Sendo assim, escolhemos utilizar o instrumental entrevista semiestruturada para coleta de dados junto aos nossos sujeitos de pesquisa, a fim de ter uma maior interação com os mesmos. Trabalhamos com algumas questões que abordassem as categorias centrais desta pesquisa, as quais são: empoderamento, família, assistência social, prática profissional e equipe interdisciplinar.

Referente à entrevista semiestruturada², a mesma foi composta por 08 questões, as quais tinham como tema central o processo de empoderamento das famílias atendidas no CRAS e a prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS.

O número total de participantes de nossa pesquisa foram 10: 06 assistentes sociais, 02 psicólogas e 02 pedagogas.

Em contato com os profissionais dos CRAS do município de Ponta Grossa, fomos informados de que cada CRAS conta com a atuação de até 03 Assistentes Sociais, somando um total de 08 Assistentes Sociais. No entanto, referente às pedagogas, estas fazem revezamento do seu trabalho entre os 04 CRAS do município, visto que apenas 02 pedagogas trabalham nos CRAS, as 02 psicólogas

¹ Quando iniciamos a coleta dos dados para nossa pesquisa em setembro de 2009, Ponta Grossa possuía apenas 04 CRAS, portanto entrevistamos apenas os profissionais destes CRAS, já os profissionais do CRAS Jd. Paraíso, o qual foi criado em junho de 2010, não participaram desta pesquisa.

² O roteiro da entrevista semi-estruturada encontra-se no apêndice desta pesquisa.

atuam da mesma forma que as pedagogas. No que se refere às assistentes sociais, entrevistamos apenas 06, visto que uma Assistente Social encontrava-se afastada do trabalho por motivos de doença e a outra Assistente Social não quis participar de nossa pesquisa.

No quadro abaixo encontram-se informações referentes aos profissionais entrevistados. Consideramos importante a construção do mesmo, tendo em vista que a partir da leitura deste quadro, podemos situar o contexto deste profissional, no que se refere à sua formação profissional, experiência profissional, tempo de atuação nas Unidades do CRAS e regime de trabalho, ou seja, são informações que podem subsidiar a compreensão dos depoimentos dos sujeitos no decorrer da pesquisa.

Perfil da equipe profissional de referência dos CRAS em Ponta Grossa-Pr.	
Assistente Social 01	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 2005. Anteriormente trabalhou na revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) fazendo visitas domiciliares pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no ano de 2005; no período de 2006 a 2008 trabalhou no Município de Itaberá (SP) como Assistente Social da SMAS daquele Município e desde abril de 2009 atua como coordenadora de um CRAS no Município de Ponta Grossa. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos, podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Assistente Social 02	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 2005. Possui pós-graduação em Práticas Interdisciplinares junto às famílias, também pela UEPG no ano de 2007. Iniciou seu trabalho no CRAS em 2007, permanecendo na unidade por

	um ano e oito meses. Atualmente continua trabalhando em CRAS, mas no município de Palmeira-Pr. Sua inserção no CRAS do Município de Ponta Grossa se deu por teste seletivo, o qual tinha a duração de 02 anos e poderia ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Assistente Social 03	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 1988. Foi Assistente Social e Chefe da Fundação PROAMOR no período de janeiro 1989 a dezembro de 1992. Sócia-Proprietária do Núcleo de Educação Infantil “As Abelhinhas”, de janeiro de 1993 a 27 de abril de 2001. Atua na coordenação de um CRAS no Município de Ponta Grossa desde 13 de março de 2006. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Assistente Social 04	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 2005. Atuou como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Itaberá - São Paulo. Trabalha no CRAS do Município de Ponta Grossa desde abril de 2009. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Assistente Social 05	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 2006. Possui pós-graduação em Práticas Interdisciplinares junto às famílias, também pela

	UEPG no ano de 2007. Trabalhou no Ministério de Desenvolvimento Agrário (Território Centro Sul do Paraná) no período de agosto de 2006 a julho de 2007. No Centro de Referência de Assistência Social no Município de Ponta Grossa/PR exerceu sua prática profissional no período de julho de 2007 a janeiro de 2010. Sua inserção no CRAS do Município de Ponta Grossa se deu por teste seletivo, o qual tinha a duração de 02 anos e poderia ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais. Após sua saída do CRAS de Ponta Grossa, atuou no CRAS do Município de Rio Azul/PR. no período de janeiro de 2010 a agosto de 2010. Atualmente trabalha no Órgão Gestor da Política de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rio Azul/PR.
Assistente Social 06	Formada em Serviço Social pela UEPG no ano de 1984. Possui pós-graduação em Educação, também pela UEPG no ano de 2004. Trabalhou na Fundação Proamor de Ponta Grossa com atendimento do Benefício Prestação Continuada. Desde 2008 é Coordenadora de um CRAS no Município de Ponta Grossa. Sua inserção na Secretaria Municipal de Ponta Grossa ocorreu através de realização de concurso no ano de 1996 e desde o ano de 2008 foi designada para trabalhar no CRAS. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Psicóloga 01	Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/Pr. no ano de 2006. Atuou em empresas privadas

	trabalhando com Gestão de Pessoas, Planejamento e realização de processos seletivos no diferentes níveis de atuação e Treinamento e Desenvolvimento da Indústria. Iniciou sua atuação profissional no CRAS em Ponta Grossa no ano de 2009. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Psicóloga 02	Formada em Psicologia pela Tuiuti Universidade do Paraná no ano de 1993. Pós-graduada em Psicopedagogia no ano de 2002. Tem experiência na área da Saúde, Ecoterapia e em Clínica de atendimento psicológico. Ingressou no CRAS em junho de 2009. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Pedagoga 01	Formada em Pedagogia pela UEPG no ano de 2005. Possui pós-graduação em Educação Especial pela Faculdade Iguaçu no ano de 2007. Anteriormente atuou como professora e ingressou no CRAS em julho de 2009. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
Pedagoga 02	Formada em Pedagogia pela UEPG no ano de 2006. Possui pós-graduação em Práticas

	Interdisciplinares junto às famílias, também pela UEPG no ano de 2010. Atuou como professora na Educação de Jovens e Adultos – EJA no ano de 2004, quando ainda era estagiária de Pedagogia. Trabalha no CRAS desde o ano de 2007. Sua inserção no CRAS se deu por teste seletivo, o qual tem a duração de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 02 anos ou enquanto durar o Programa Bolsa Família. Regime de trabalho 40 horas semanais.
--	--

Quadro 1 – Perfil da equipe técnica de Referência dos CRAS em Ponta Grossa-Pr.
Fonte: Entrevista realizada com os profissionais. Quadro elaborado pela autora.

Os sujeitos desta pesquisa consentiram livremente em serem visitados e entrevistados em seus locais de trabalho, os mesmos foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa, finalidade e sigilo.

Após a realização da entrevista, a mesma foi transcrita e conforme acordo estabelecido com os sujeitos da pesquisa, a transcrição foi devolvida aos mesmos, a fim de que pudessem ter a oportunidade de revisar os seus depoimentos e acrescentar ou suprimir alguma informação. Desta forma, o resultado final dos depoimentos configura-se como fruto de uma revisão da transcrição, a qual foi realizada pelos próprios sujeitos desta pesquisa.

Na sequência, pode-se dizer que, na presente pesquisa a análise dos depoimentos, passou por três momentos:

No primeiro momento realizamos uma leitura geral dos depoimentos dos sujeitos a fim de realizar uma classificação dos mesmos, visto que por tratar-se de uma entrevista semiestruturada em muitos casos no decorrer da conversa os sujeitos respondiam a pergunta nº 06 juntamente com a nº 02 e assim por diante, desta forma se fez necessário esse momento de leitura geral para na sequência classificar por ordem de proximidade nos conteúdos dos depoimentos.

Num segundo momento, os depoimentos foram separados e reagrupados, não mais conforme a ordem da entrevista semiestruturada, mas sim de acordo com as categorias que entendíamos ser as categorias mais relevantes para esta pesquisa, as quais são: empoderamento, protagonismo, família, assistência social, prática profissional e equipe interdisciplinar do CRAS. Lembramos que tais

categorias emergiram dos próprios depoimentos dos sujeitos e desta forma entendemos que as mesmas deveriam ser consideradas, uma vez que a proposta de nossa pesquisa parte do pressuposto da dialogicidade.

Em seguida, num terceiro momento, as categorias de análise foram articuladas com a pesquisa bibliográfica e documental, desta forma é importante destacar, que na elaboração da presente pesquisa, optamos por construir os capítulos articulando, paralelamente, as discussões teóricas encontradas na bibliografia pertinente à problemática em questão, juntamente com os depoimentos dos sujeitos entrevistados observando suas relações sócio-históricas situando-o no tempo e no espaço.

Tal processo favoreceu, não só a descrição do fenômeno, mas, sobretudo, contribuiu para compreensão e explicação da constituição do protagonismo do usuário na trajetória da Assistência Social Brasileira e seus limites e possibilidades no que se refere ao favorecimento do processo de empoderamento dos mesmos.

Destacamos que conhecer a experiência dos profissionais que participaram de nossa pesquisa e que atuam no cotidiano dos CRAS foi de suma importância, pois à medida que se realizava esta aproximação com a realidade dos mesmos, tal aproximação não apenas fortaleceu as discussões da presente pesquisa, mas também a qualificou, no sentido de que esse contato possibilitou que novos questionamentos fossem sendo incorporados à pesquisa, ao passo que novas reflexões foram sendo construídas a partir da nossa aproximação com a realidade dos sujeitos pesquisados.

A exposição que segue divide-se em quatro capítulos, onde no primeiro capítulo apresentamos a trajetória da Assistência Social no Brasil a partir da década de 1930. Adotamos esse período como nosso marco temporal, pois a partir dessa data ocorre as primeiras ações estatais na área socioassistencial. Ressaltamos que na construção de tal trajetória tentamos identificar o processo de constituição do protagonismo do usuário da Assistência Social, visto que considerar o usuário como sendo um sujeito desta área é um processo recente. O capítulo 01 finaliza com a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, momento importantíssimo para esta área, pois a partir de então a mesma ganha status de política social pública.

Dando continuidade, o segundo capítulo inicia com a contextualização da década de 1990 enfatizando a reforma neoliberal que ocorre no Brasil. Situar esse

contexto tornou-se pertinente em nossa pesquisa, tendo em vista que não apenas as políticas sociais sofrem impactos da onda neoliberal, mas, sobretudo o mundo do trabalho a partir de então ganha novas características que incidem nas relações trabalhistas do setor privado e do setor público.

Prosseguindo com a trajetória da assistência, chegamos ainda no capítulo 02, ao momento de formulação da atual Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, momento esse, que gera mudanças em toda a gestão das ações socioassistenciais no território nacional. Após realizarmos a mencionada contextualização trazemos uma caracterização do Município de Ponta Grossa, *locus* de nossa pesquisa, bem como apresentamos o momento de reorganização das ações assistenciais locais a partir do ano de 2005, com destaque para os CRAS, visto que são nos CRAS que os sujeitos de nossa pesquisa desenvolvem sua prática profissional.

O terceiro capítulo versa sobre as possibilidades e as características do processo de empoderamento, ocasião em que trazemos as contribuições de alguns autores, estudiosos do termo, ressaltando a perspectiva freireana, a qual aponta para a importância de desenvolvimento do processo de empoderamento numa perspectiva dialógica. Na sequência do capítulo fomos instigados a trazer à tona a discussão referente ao termo protagonismo, visto que no desenvolvimento do processo de empoderamento o protagonismo surge como um elemento central no depoimento dos sujeitos entrevistados, o mesmo ocorre com a categoria ações sócioeducativas, a qual é mencionada tanto na fala dos sujeitos como também emerge das discussões teóricas que realizamos com Paulo Freire, este aponta que as ações sócioeducativas podem configurar-se como estratégias para a criação de um meio favorável ao empoderamento.

No quarto capítulo, fazemos uma reflexão em torno da prática profissional e os limites e possibilidades da mesma contribuir para o desenvolvimento do processo de empoderamento. Intentamos ainda, analisar os desafios da prática profissional da equipe dos CRAS tendo a interdisciplinaridade como eixo de análise, visto que nos depoimentos dos sujeitos os mesmos relatam a dificuldade de, no cotidiano profissional, trabalhar tendo a interdisciplinaridade como ponto de partida de suas ações.

Outro ponto analisado neste capítulo foram as condições de trabalho oferecidas à equipe profissional do CRAS, tendo em vista, que os sujeitos

entrevistados em várias ocasiões apontam a estrutura de trabalho como aspecto que limita sua intervenção junto às demandas familiares.

Na conclusão apresentamos uma síntese dos resultados obtidos através das reflexões teóricas contidas nesta pesquisa, numa tentativa de apontar algumas possibilidades de desenvolvimento do processo de empoderamento.

CAPÍTULO 01

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a trajetória da assistência social brasileira a partir da década de 1930, data em que o Estado passa a intervir nas expressões das questões sociais. A partir deste resgate histórico pretendemos identificar como os usuários dos serviços socioassistenciais passam a adquirir uma posição de protagonista nas ações desenvolvidas nesta área.

A atual Política Nacional de Assistência Social em seu texto aponta para uma visão inovadora no que se refere aos serviços assistenciais, pois pretende trabalhar a partir de:

Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele e sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social; Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual; Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam. (BRASIL, 2004, p.11)

Perceber que as famílias atendidas pela assistência social possuem capacidades e potencialidades e não apenas fragilidades, em nossa opinião, sinaliza para a possibilidade de desenvolvimento do protagonismo e empoderamento das mesmas. Contudo, para que haja a ampliação do protagonismo dos usuários da assistência social, na perspectiva de Freire (1981) as ações desenvolvidas não podem ter como pressuposto o assistencialismo, entendido aqui, como mera incorporação do ser humano em um processo como se ele fosse objeto e não sujeito.

Concernente à história da assistência, importa destacar que a mesma é marcada pelo caráter de amparo e auxílio aos mais necessitados, onde “ao longo do tempo, grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. Esta ajuda se guiou pela compreensão de que na humanidade haverá sempre

os mais frágeis, os doentes, etc, que não conseguirão reverter sua condição, carecendo de ajuda”. (SPOSATI et al, 2003, p. 40)

Portanto:

A identificação da assistência social – prática social de ajuda científica ou empírica – com a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressões de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas da regulação do favor – “o toma lá da cá” – quer pelo primeiro-damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos. (MESTRINER, 2001, p. 13)

Não é raro, em nossa sociedade atrelar a assistência com práticas caritativas, assim sendo, quando falamos de assistência, estamos nos referindo a ações relacionadas a uma área que traz em seu contexto uma diversidade de interpretações, quer no âmbito acadêmico, quer no senso comum e até mesmo nas próprias práticas desenvolvidas por instituições de assistência social. Dentro da discussão da assistência há as interfaces: assistencialismo, clientelismo e a política pública de assistência.

Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país. (MESTRINER, 2001, p. 14)

Para a autora em questão “a filantropia constitui-se, pois – no campo filosófico, moral dos valores – como o altruísmo e a comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação”. (MESTRINER, 2001, p. 14)

Por sua vez a benemerência “vai se constituir na ação do dom, da bondade, que se concretiza pela ajuda ao outro”. (MESTRINER, 2001, p. 14)

Sposati (et al, 2003, p. 58) sinaliza que caracterizar a assistência social como benesse “significa entendê-la como uma prática que não obriga o trabalho de outra parte. Ou seja, em que o ‘assistido’ se vale de uma mercadoria quase que numa prática da sinecura³”.

³ De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, sinecura vem do latim e significa sem cuidado. Diz respeito ao emprego ou função que não obriga ou quase não obriga a trabalho. (FERREIRA, 2004, p.1852)

A assistência social, atrelada ao assistencialismo, pressupõe a concessão de auxílios, quer sejam estes, financeiros ou não, onde voluntários ou até mesmo profissionais têm como finalidade amenizar as situações de precariedade vivenciadas pela população empobrecida. (SPOSATI, et al, 2003)

O assistencialismo, como prática social, recebeu distintas nuances históricas buscando adquirir uma face humanitária, mascarando sua face autoritária, pois segundo Sposati (et al, 2003, p. 69) partia de uma lógica de que a “satisfação dos pobres deve se dar de forma comedida e atenta ao uso que o beneficiário faz do serviço. Há que se garantir a neutralização de tensões, mas sem elevar plenamente as condições de vida, ou a plenitude do acesso aos serviços”.

O assistencialismo se torna presente no movimento inclusão-exclusão enquanto descola o incluído dos seus pares, do seu universal, da sua situação de classe, tratando-o como um particular. Torna-se presente, ainda, quando se atribui como mediador da inclusão do poder burocrático instituído, que concede ou não o serviço, como se fosse propriedade particular do profissional. (SPOSATI, et al, 2003, p. 75)

A leitura da assistência social, que desconsidera a situação de classe subalterna da população atendida pelos serviços sociais, tende a ser uma leitura que moraliza e particulariza questões que na verdade dizem respeito à estrutura da sociedade e não à estrutura particular de um indivíduo.

Referente às classes subalternas, Simionato (2010, p. 42) indica que:

A categoria "subalterno" e o conceito de "subalternidade" têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade.

Processo esse que tem relação com a estrutura em que está alicerçada a sociedade. Na atualidade, trata-se do modo de produção capitalista, o qual emerge na sociedade entre a:

Transição entre os séculos XVIII e XIX é marcada pela constituição do Estado burguês, com mudanças significativas nas esferas econômica, política, social e cultural. A hegemonia burguesa no campo das ideias favoreceu as condições necessárias para o rompimento definitivo com o feudalismo e o surgimento de um novo modo de produção – o modo de produção capitalista. A emergência da sociedade burguesa dará origem a

um intenso processo de modernização, mediante uma série de transformações que de longa data encontravam-se latentes na Europa, seja no campo da ciência e da tecnologia, seja na organização política, no trabalho, nas formas de propriedade da terra, na distribuição do poder e da riqueza entre as classes sociais. (SIMIONATO, 2009, p.90)

Esses fatores acima mencionados forneceram subsídios para a estruturação do modo de produção capitalista, este por sua vez interfere num:

[...] conjunto de fatores nos campos objetivo e subjetivo redefine a correlação de forças entre as classes sociais e, consequentemente, os projetos sociopolíticos mais amplos. Tais relações não se referem apenas à criação de uma nova forma de organização do trabalho e do capital, mas também, à formação de novos pactos e consensos entre capitalistas e trabalhadores, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas ainda no consentimento e na adesão das classes à nova ideologia. (SIMIONATO, 2009, p.94)

Redefine a correlação de forças sociais entre as classes sociais tendo em vista que no sistema capitalista há uma dicotomia entre tais classes, onde a tendência é “polarizar a sociedade em duas classes antagônicas: a dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores assalariados”. (FREDERICO, 2009, p. 256)

Granemann (2009, p. 227) explicita que:

[...] com o desenvolvimento do modo de produção capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais tiveram, contraditoriamente, de assumir seu caráter social e o trabalho passou a ser obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como a herança genética, as divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais.

Para estabelecer esse contrato de trabalho, de um lado está o detentor dos meios de produção e do dinheiro, ou seja, o capitalista, de outro lado está o ser humano, detentor de sua força de trabalho. (GRANEMANN, 2009)

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (o trabalhador) ao comprador (capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade. (GRANEMANN, 2009, p. 228)

Uma das características centrais do modo de produção capitalista é a acumulação de capital por meio da mais-valia, caracterizada pelo excedente obtido através do trabalho do proletário/trabalhador, o qual fica retido nas mãos do capitalista/empregador não sendo repassado às mãos daquele que trabalhou para gerar tal excedente.

Sobre esse processo Demo (2007, p.12) expõe que “o sistema capitalista de produção é marcado pelo fenômeno da mais-valia, através da qual quem não produz apropria-se da maior parte do valor produzido por quem trabalha. Paga-se, em troca, um salário rebaixado [...]”.

A esse respeito Iamamoto (2010, p. 65) contribui com a seguinte reflexão:

Em seu processo de reprodução, a sociedade capitalista desenvolve as forças produtivas sociais do trabalho e faz crescer, frente ao trabalhador, como capital a riqueza acumulada alheia que o domina, que é por ele produzida e reproduzida. No mesmo movimento desenvolve-se sua pobreza, sujeição e indigência subjetiva. São resultados simultâneos: o esvaziamento do trabalhador e a plenitude do capital.

No processo de produção capitalista ocorre duas situações: por um lado o detentor dos meios de produção através da mais-valia vê seu capital aumentar quantitativamente e conseqüentemente há a acumulação da riqueza deste. Por outro lado, ocorre um processo de esvaziamento do trabalhador, visto que este produz aquilo que gera lucro ao capitalista, nesse processo, se vê recebendo apenas uma parte ínfima, que não corresponde àquilo que de fato vale seu trabalho, desta forma, para o trabalhador não há a possibilidade de acúmulo de riquezas, a única possibilidade é a de reprodução da sua própria vida no sentido de subsistência, uma vez que não há lucros para ele.

O trabalhador vendeu sua força de trabalho pelo equivalente aos meios de vida [...] o produtor direto sai como entrou, como mera força de trabalho [...]. Já o capitalista transformou seu capital em capital real, em valor que se valoriza a si mesmo, e o produto total obtido é sua propriedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 66)

A consequência desse processo de produção é “a reprodução contraditória das relações de classes, das condições de continuidade da produção capitalista [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 67). Contraditória porque se por um lado o detentor dos meios de produção transformou seu capital em capital real, em mais-valia, em lucro, “o trabalhador assalariado, que é proprietário e vendedor da força de trabalho,

obtem, através do salário (tempo de trabalho pago), o trabalho necessário para conservação e reprodução de sua força de trabalho". (IAMAMOTO, 2010, p. 70)

O capitalismo inaugura uma nova forma política de conduzir a vida em sociedade. Pois é nesse sistema que a pobreza torna-se mais visível momento em que não há mais a possibilidade de justificá-la somente como fragilidade ou limite pessoal de um indivíduo. (FALCÃO, 1999). "A pobreza se torna visível como fenômeno estrutural decorrente de um modo de produção que engendra a exclusão, as desigualdades sociais e a injustiça social". (FALCÃO, 1999, p. 112)

Nesse contexto emergem as expressões das questões sociais, onde do ponto de vista de Schons (2007, p. 09) a questão social:

Resulta da contradição das relações do Capital e Trabalho, inscrita no sistema que se afirmou com a revolução industrial e hoje tem novas manifestações na reestruturação produtiva. A questão social, basicamente composta dos elementos econômico e político, que se manifesta no pauperismo. Aquele que o percebe toma consciência e o denuncia, exigindo outro atendimento, ou seja, é o elemento da resistência, capaz de inscrever o problema da pobreza na agenda política.

Para enfrentar a "pobreza estrutural, já não bastavam as iniciativas assistenciais espontaneístas da sociedade civil ou do Estado". (FALCÃO, 1999, p. 112)

No enfrentamento da pobreza era necessária uma intervenção estatal que fosse mais efetiva e produzisse respostas mais eficientes para as classes subalternizadas, nesse momento o Estado estabelece as políticas sociais públicas, onde através do atendimento, mesmo que parcial, das questões sociais mais evidentes que incidem sobre a classe trabalhadora, busca a sua legitimação.

Sobre as políticas sociais Pastorini (1997) sinaliza que podemos compreender este fenômeno a partir de duas perspectivas: a tradicional e a marxista, onde na perspectiva tradicional as políticas sociais dizem respeito a ações que o Estado desenvolve com o intuito de minimizar as desigualdades sociais corrigindo os efeitos negativos que são gerados pelo modo de produção capitalista, por sua vez, a perspectiva marxista sinaliza que as políticas sociais devem ser pensadas a partir da lógica de concessão e conquista, onde as mesmas configuram-se:

[...] como mecanismos de articulação, tanto de processos políticos, que visam o consenso social, a aceitação e legitimação da ordem, a mobilização/desmobilização da população, a manutenção das relações sociais, a redução de conflitos etc., quanto econômicos, procurando a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho. (PASTORINI, 1997, p. 87)

Nessa direção, a assistência, enquanto política social, configura-se como mecanismo de articulação, pois ao mesmo tempo em que serve como um instrumento de legitimação da ordem e manutenção das relações sociais, também manifesta-se como conquista, visto que, enquanto política, a assistência é também resultado da mobilização e reivindicação da classe trabalhadora, ou seja, é consequência de:

[...] relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza. E a acumulação da pobreza na sociedade brasileira põe em questão os limites das políticas voltadas a seu enfrentamento e a necessidade de aproximação ao universo de exclusão e subalternidade dos que buscam as instituições sociais que atuam no âmbito assistencial. (YAZBEK, 1996, p.22)

A classe trabalhadora vivencia esse confronto diariamente em seu cotidiano, pois ao passo que trabalha, percebe que o fruto desse trabalho reproduz duas situações distintas: a riqueza do detentor de capital e a reprodução de sua própria pobreza. Para a reprodução de sua própria vida, o trabalhador se depara com as circunstâncias de precariedade e de dificuldades de subsistência, nesse momento este percebe que precisa acessar outros meios para dar conta da manutenção básica de sua vida.

Nesse contexto, o trabalhador acessa as políticas sociais, as quais deveriam corrigir esse descompasso entre reprodução da pobreza e acumulação da riqueza, desta forma, no que diz respeito à assistência social, uma grande parcela da classe trabalhadora é usuária deste serviço social. Tem na assistência uma estratégia de sobrevivência e de acesso a recursos que o salário que recebe após uma jornada de trabalho não consegue lhe oferecer. Assim sendo “a assistência social faz parte da lógica da política de benefícios, que ao lado dos salários constrói as condições de reprodução social do trabalhador brasileiro”. (SPOSATI, et al, 1999, p. 16)

"É muito presente nos usuários a baixa autoestima, relações familiares permeadas por conflitos, dependência de álcool e substâncias psicoativas, violência doméstica e submissão. Possuem baixa ou nenhuma escolaridade, não tem vínculo empregatício formal, tornando-se dependentes de programas socioassistenciais". (Psicóloga 01)

A assistência social, além de delimitar a ação a um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim, ela compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia. (MESTRINER, 2001, p. 16)

No final da década de 1920 ocorre uma crise mundial do capitalismo, momento em que o Estado reposiciona-se perante a sociedade, inserindo-se na relação capital e trabalho, no caso brasileiro, "progressivamente, o Estado reconhece a questão social como uma questão política a ser resolvida sob sua direção". (SPOSATI, et al, 2003, p. 42)

Nesse contexto "a assistência começa a se configurar quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, quer como mecanismo político para amortecimento das tensões sociais". (SPOSATI, et al, 2003, p. 42)

A assistência deixa de ser simplesmente filantropia fazendo parte cada vez mais da relação social de produção e "[...] o Estado vai criando um aparato burocrático pesado, consumindo mais recursos com sua máquina administrativa e exercendo cada vez maior seletividade junto ao usuário". (MESTRINER, 2001, p. 170). Num primeiro momento o Estado exerceu um papel de agente de apoio e de fiscalização às instituições que prestavam assistência. (SPOSATI, et al, 2003)

No caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como "caso de polícia" e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais.

Anterior a essa data, sabe-se que o Estado intervinha com algumas práticas pontuais na área da assistência, como agente de apoio às instituições que assistiam aos mais necessitados (SPOSATI, et al, 2003), no entanto, na década de 1930, o país passou por algumas mudanças em seu contexto social, mudanças essas que agravaram alguns problemas sociais. Nessa época a sociedade, passou a ganhar uma nova configuração, pois com o incremento da industrialização, muitos saíram do campo e migraram para as cidades, com isso surge um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, o que deu visibilidade a algumas situações que até então não eram consideradas como um problema social. Em consequência, houve um aumento na demanda por diversos serviços básicos como moradia, saúde, educação e emprego.

Desde a referida década começa a se pensar em políticas sociais voltadas para a população com objetivo de amenizar as tensões presentes na sociedade.

Desta forma, na sequência analisaremos, a partir da década de 1930, a trajetória da assistência social a partir de uma retrospectiva que nos seja possível visualizar como o usuário deste serviço público foi se constituindo como protagonista, enfatizamos a década de 1930, porque como já visto anteriormente, nessa década o Estado, mesmo que de forma pontual e fragmentada, passa a intervir nas expressões das questões sociais.

1.1) Trajetória da Assistência Social no Brasil da década de 1930 até a Constituição Federal de 1988

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS vigente indica que as ações nesta área devem ser desenvolvidas a fim de que seja estimulado o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, no entanto, ao passo que discorreremos sobre a trajetória da assistência no Brasil, perceberemos que nem sempre essa perspectiva norteou as ações assistenciais. Tal questão foi ao longo dos anos incorporada aos textos e às ações implementadas pela Assistência Social brasileira.

Inicialmente, importa destacar que logo nas primeiras décadas do século XX, Vargas chega ao poder com a chamada Revolução de 1930, nesse momento o Estado passa a assumir maiores responsabilidades frente aos problemas sociais

que emergiam na sociedade, “terá papel de regulamentação, organização, coordenação, intermediação e até de educação, enquanto promotor de uma nova cultura, afinada a diferentes exigências”. (MESTRINER, 2001, p.68).

Sobre o papel educador do Estado na Era Vargas, Abreu referindo-se a Verdès-Leroux (2008, p. 94) explicita que:

O projeto da assistência social nascente não é, pois, o de “ajudar” operários em suas dificuldades – este é o vocabulário moderno –, mas o de educar a classe operária, isto é, fornecer-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhes a racionalidade; “discipliná-la” nos seus trajes, nos seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. Trata-se pois, de impor, como se fosse universal, um sistema único de representações e de comportamentos – o da classe dominante –, desqualificando, ao mesmo tempo, o modo de vida da classe dominada (ou seja, sua moral e, ao mesmo tempo, as práticas familiares ou domésticas).

A lógica de ajustamento dos indivíduos permeou não somente as ações do governo em questão, mas também durante muito tempo esse foi o modelo assistencial adotado para atendimento da população que se encontrava em situações precárias de sobrevivência. Nesse contexto os “assistidos”, eram simplesmente aqueles que por possuir certa disfunção pessoal, necessitavam ser atendidos por instituições de caridade, as quais realizavam tal trabalho baseados na ideia de amparo social.

Sobre essa questão Abreu (2008, p. 87) indica que:

A dimensão individual é, assim, paradoxalmente, exaltada e reduzida. Por um lado é, perversamente fortalecida como realidade empírica, na medida em que são direcionadas para a órbita da responsabilidade dos sujeitos individuais as respostas oficiais dadas às sequelas da questão social, bem como o enfrentamento individual daquelas não contempladas pelos serviços sociais; por outro, como personalidade histórica, é esvaziada de razão, vontade e autonomia, devendo ser modelada a partir de mecanismos externos de integração social e de ajustamento psicossocial, nos limites das relações interpessoais, em que o universo familiar constitui instância central.

“A gente aqui está tentando plantar uma sementinha, mas se eles não quiserem, se eles não se sentirem capazes de estar fazendo essa mudança não vai acontecer nada, eles vão passar a vida inteira recebendo benefício, e o filho vai receber, o neto vai receber. Se eles realmente não quiserem, eles não vão conseguir mudar nada [...]”. (Pedagoga 01)

"Se a família não buscar superar, senão agir pelas próprias pernas ela não vai conseguir superar sua condição". (Pedagoga 02)

Os depoimentos acima fazem menção às situações onde os usuários da assistência devem adotar uma postura de superação das situações limites que os mesmos enfrentam em seu cotidiano, no entanto, os depoimentos ainda partem de uma lógica reducionista como se a questão fosse apenas de superação individual dos problemas sem levar em conta a questão política e econômica em que estes usuários estão inseridos.

Quando o profissional deixa de fazer uma análise que considere a questão política e econômica, isso reflete um problema que não ocorre somente com ele, mas é um fato que está presente na mentalidade da sociedade, onde o pressuposto para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais que afligem as famílias é a superação individual.

Como já mencionamos anteriormente, o modo de produção capitalista não favorece que tais indivíduos por si só adquiram capacidades de enfrentamento, ao contrário, tende a subjugar as classes subalternas, com vistas ao seu enfraquecimento, esvaziamento e alienação. Desta forma, necessário se faz a leitura desse contexto a partir de um olhar que considere o sistema capitalista, bem como sua lógica de individualizar questões que extrapolam o âmbito pessoal e perpassem o âmbito das expressões das questões sociais.

Prosseguindo, na contextualização da assistência, na década de 1930 no governo de Vargas, cria-se um Estado de proteção social⁴, porém com um viés autoritário e conservador.

Passaram a ser critérios de inclusão ou exclusão nos benefícios sociais a posição ocupacional e o rendimento auferido. Estes critérios colocaram somente os trabalhadores urbanos em posição de privilégio, pois sua vinculação ao mercado formal de trabalho era a garantia de inserção nas políticas sociais da época. (COUTO, 2008, p. 96)

⁴ Os Sistemas de Proteção Social são formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar as vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou totalidade de seus membros. Assim, podemos encontrar, mesmo em sociedades muito simples, instituições que são responsáveis pela proteção social tais como a família, as instituições religiosas e até mesmo algumas instituições comunitárias. Entretanto, o que define a proteção social em sociedades complexas como a nossa é a sua formidável institucionalização, a ponto de tornar este conjunto de atividades em significativo e importantíssimo ramo da divisão social do trabalho e da economia. (SILVA, et al. 2004, p. 15)

Não apenas os trabalhadores da área rural estavam desprotegidos, assim como aqueles que não se encontravam inseridos no mercado de trabalho, desta forma, os serviços de assistência eram direcionados aos “incapacitados” a serem assalariados. (SPOSATI, et al, 1999)

A assistência social era regida até então, em grande medida pelas razões de Estado e não propriamente, pelos imperativos da dignidade humana. Contudo, pensa-se que, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, não deveria mais haver espaço jurídico para a separação entre direitos sociais destinados àqueles com profissões reconhecidas por lei e assistência, caracterizada como não direito, para famílias sem trabalho ou renda. No Brasil, todavia, antes da Constituição Federal de 1988, a assistência despida da natureza de direito, reiterava, no plano social, a exceção como regra de direito. (GONÇALVES, 2010, p. 68)

Para Sposati (et al 1999, p. 12), no caso da assistência, “sua demanda seria a dos “menos cidadãos” e suas ações tenderiam a recriar desigualdades, ao invés de diminuí-las”. Ou seja, o atendimento oferecido pelos serviços socioassistenciais não partiam do pressuposto do direito, mas sim da lógica perversa de que enquanto população desempregada, sem renda e incapaz de inserção no mercado de trabalho, esta necessitava de receber “auxílios” para sua sobrevivência. (SPOSATI, et al, 1999)

A assistência social usa um critério particular, o mérito ou o valor da necessidade, para definir sua demanda. Não é qualquer um que se credencia aos serviços da assistência social, mas só aqueles a quem a sociedade reconhece como necessitados e desamparados. (YAZBEK, 1996, p. 07)

Ainda no que tange à condição dos trabalhadores, Sposati (et al, 1999, p. 14) traz a seguinte contribuição ao mencionar que:

Parece que ainda se vale da noção de que o homem só possui a sua existência reconhecida enquanto se faz trabalhador aos olhos do capital. Aqueles que não estiverem, mesmo que circunstancialmente, vivendo tal condição, perdem a sua visibilidade, pois não existem para o capital. Assim, o trabalhador que não se insere formalmente no mundo do trabalho não ganha visibilidade econômica e política.

Nessas circunstâncias, aquele indivíduo que não estava inserido no mundo do trabalho não era portador de direitos, mas considerado apto para receber os auxílios de assistência, onde era de competência desta área, enquanto “mecanismo econômico e político, cuidar daqueles que aparentemente “não existem para o

capital”: o trabalhador parado, o que não possui vínculo formal, o desempregado, o indigente, os deserdados”. (Sposati et al, 1999, p. 14)

“Se as famílias estão de repente em um momento crítico, elas têm capacidade de estar se sobressaindo a partir da capacidade dela própria, fazendo com que elas mesmas se reconheçam como um sujeito, que a vida é delas. Elas mesmas têm potencialidades para estar trabalhando”. (Pedagoga 01)

A esse respeito Pereira (2000, p. 34 e 35) expõe que “é irracional, do ponto de vista lógico, e inconsistente, do ponto de vista ético, exigir ou esperar o melhor de quem não tem as condições básicas asseguradas e usufruídas para assim proceder. Sem condições sociais básicas, acrescentamos, não adianta falar em autosustentação [...]”.

O depoimento da Pedagoga 01 indica que a capacidade de superação das situações críticas que as famílias atendidas pela assistência social enfrentam está dentro delas mesmas. No entanto, Pereira argumenta que é irracional esperar dessas famílias, que as mesmas por si só consigam enfrentar tais situações, tendo em vista que para tanto é necessário que ao menos tais famílias tenham asseguradas os seus direitos básicos e fundamentais para sua sobrevivência, sem tais condições as mesmas não terão essa capacidade de enfrentamento.

Mas, no que se refere à assistência, desde muito tempo, as ações dessa área foram permeadas por essa lógica, onde a responsabilidade era do indivíduo, o problema estava nele e não na forma de organização da sociedade.

Pereira (2000, p. 34) ainda argumenta que:

Em nenhum momento os defensores da provisão mínima admitem cumprimentos mínimos de compromissos ou obrigações sociais, equivalentes à proteção efetivamente prestada, pois isso configuraria uma atitude moralmente condenável. Dos pobres, portanto, exige-se, sistematicamente, o máximo de trabalho, de força de vontade, de eficiência, de prontidão laboral e de conduta exemplar, até quando não contam com o tal mínimo de provisão como direito devido; e qualquer deslize cometido por eles lhes será fatal, sob todos os aspectos. É que diferentemente do rico, o pobre tem que “andar na linha” e aceitar qualquer oferta de serviço e remuneração, pois a sua condição de pobreza continua sendo vista como um problema moral e individual e, conseqüentemente, como um sinal de fraqueza pessoal que deverá ser condenada.

É devido a essa herança cultural de individualizar as expressões da questão social que surge o desafio de efetivar, nos dias atuais, a assistência como direito do

cidadão e dever do Estado, tendo em vista que foi imposto culturalmente esse pensamento de que aqueles que recebem auxílios assistenciais encontram-se em tal situação porque querem, porque são vadios. (SPOSATI, et al, 1999)

As ações socioassistenciais podem ser polarizadas a partir de duas lógicas: pode servir de instrumento de opressão daqueles que usam este serviço social ou pode servir como instrumento de libertação, onde os usuários atendidos percebem que não estão recebendo apenas uma benesse do Estado, mas acessando direitos que lhe são conferidos com intuito de estimular o seu protagonismo.

"Muitas vezes nossos usuários têm esse potencial, mas ele está adormecido, às vezes por causa do desemprego ou outro problema qualquer, então ele tem potencial, mas nunca foi acreditado nos usuários, ou seja, antes os usuários da assistência eram vistos como pessoas "coitadinhas" e em alguns casos como "desajustados" e, muitas vezes eram atendidos como se estivessem recebendo um favor". (Assistente Social 05)

Os serviços socioassistenciais precisam ser norteados pelo paradigma do direito e não do assistencialismo e favor, para tanto necessário se faz criar condições propícias para isso, e como se cria tais condições? Yazbek (1996) indica que é por meio de ações sócioeducativas que sejam capazes de favorecer que os usuários da assistência social se percebam enquanto protagonistas, são ações que exigem o reconhecimento de que por mais necessidades que tenham esses sujeitos, os mesmos também possuem capacidades. (BRASIL, 2004)

"Projetos que objetivem o processo de desenvolvimento das potencialidades e emancipação das famílias, que as direcionem à sua autonomia. Entre eles, disponibilizar cursos que incentivem sua participação, cursos profissionalizantes e parcerias para a inclusão no mercado de trabalho". (Psicóloga 01)

O relato acima sugere a necessidade de desenvolver ações que tenham como finalidade incentivar o protagonismo dos usuários para que os mesmos alcancem autonomia, são atividades que não irão trabalhar somente com as condições materiais das famílias usuárias da assistência social, mas que também irão trabalhar com questões subjetivas, pois como aponta Yazbek (1996, p. 23):

É importante ainda considerar que a pobreza não é apenas uma categoria econômica, não se expressa apenas pela carência de bens materiais. Pobreza é também uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades e de esperança”. Esta face da pobreza suscita novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão/exclusão social dos subalternos e, particularmente, à assistência social, historicamente campo dos excluídos.

Referente à questão da pobreza não ser apenas uma categoria econômica, mas também política, Demo (1988a, p. 08) expõe que “a pobreza política é uma tragédia histórica, na mesma dimensão que da pobreza sócioeconômica, e se retrata, entre outras coisas, na dificuldade de formação de um povo capaz de gerir seu próprio destino e na dificuldade de institucionalização da democracia”.

Aliada à pobreza econômica, a pobreza política produz sujeitos apáticos que sequer se percebem como destinatários de direitos e também de esperança de uma vida melhor, de acordo com Souza (2010, p. 01):

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente. (SOUZA, 2010, p.01)

“Num primeiro momento quando as famílias chegam para nós elas estão em uma situação não só de vulnerabilidade sócioeconômica, mas de fragilidade emocional que está interligada com toda a questão. Hoje pela manhã a gente até comentava que as pessoas chegam cabisbaixas, você vê na questão física, no modo de se comportar publicamente. O que a gente tenta aliar ao atendimento social é realmente resgatar essa questão da família, a potencialidade dela, acreditar que ela pode melhorar sua condição de vida”. (Assistente Social 05).

“O trabalho com pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria com problemáticas que excedem a dependência de programas socioassistenciais, apresentando relações familiares permeadas por conflitos demandam uma escuta individual onde não se sintam expostas, em que se sintam ouvidas, problemáticas que não são resolvidas com meras participações em

grupos, que para participarem devem superar dificuldades de expressão, consequência de baixa autoestima e sentimento de exposição". (Psicóloga 01)

Os depoimentos acima evidenciam a necessidade, de no atendimento socioassistencial, trabalhar aspectos objetivos da vida das famílias atendidas, mas que, sobretudo, os aspectos subjetivos não podem ser desconsiderados.

A esse respeito Demo (1998a, p. 10) indica que:

Pobreza não pode ser definida apenas como carência. Se assim fosse, não teria causas sociais. Talvez uma definição razoável seja aquela que a entende como "repressão do acesso às vantagens sociais", denotando com isso que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que divide-se entre aqueles que concentram privilégios e aqueles que trabalham, para sustentar os privilégios dos outros. Pobreza é, em sua essência. Repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens.

A pobreza traz consigo não apenas uma carência de bens materiais, mas também carência de melhores perspectivas de vida, o que gera nas pessoas um sentimento de incapacidade e até mesmo de inércia frente às situações de adversidades que a vida apresenta.

Penetrar ainda que introdutoriamente no universo de pobreza e destituição das classes subalternas e suas representações, aí situando a mediação da assistência social, não é uma questão simples. Supõe, ao contrário, uma longa e penosa trajetória em que vão sendo constatadas novas e múltiplas faces de uma pobreza material e moral que buscamos compreender na teia constitutiva das relações sociais que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea. (YAZBEK, 1996, p. 66)

A autora menciona que a pobreza não está restrita a uma condição material, mas também apresenta característica moral, ou seja, apresenta condições⁵ objetivas e subjetivas, a esse respeito importa observar que:

A maneira pela qual as pessoas produzem sua existência material e não-material é fruto da intensa atividade humana coletiva produtora das condições objetivas e das formas de idealidade humana. Por idealidade entende-se a qualidade dos fenômenos ideativos, diferenciando-se de materialidade, que seria a qualidade dos fenômenos materiais. Porém, apesar das diferenças, as ideias, os valores, as subjetividades não podem ser vistas como pertencendo a um mundo separado e distinto do mundo material. (FELIX, 2010, p. 06)

⁵ Para uma melhor compreensão das condições objetivas e subjetivas consultar: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed.Ciências Humanas, 1979.

Ou seja, o modo de produção da vida humana é determinante da existência humana, para a tradição marxista não se pode pensar a individualidade desarticulada das relações sociais de produção da existência. (FELIX, 2010).

Neste processo de produção da existência ele não só cria instrumentos, cria também novas necessidades, valores, idéias. No processo de produção da existência humana cada nova alteração reflete uma natureza modificada, o ser humano adquire consciência de que está transformando a natureza. E este processo é, sobretudo, um movimento da sociedade, da coletividade, de interdependência dos seres humanos em todas as formas da atividade humana. (FÉLIX, 2010, p. 06)

Podemos concluir que as condições objetivas dizem respeito à vida concreta do ser humano, a qual influencia na construção de sua subjetividade, de como ela se vê no mundo, ou seja, tem relação com a construção de sua identidade, assim sendo no que se refere à população usuária da assistência social, a mesma é um segmento que lentamente construiu uma imagem de si de classe “assistida” e excluída. (YAZBEK, 1996)

Retomando a trajetória da assistência social brasileira, destacamos que durante o primeiro governo de Vargas, que compreende a década de 1930 a 1945, houve a regulamentação da legislação trabalhista, a qual favoreceu a regularização do “trabalho feminino e dos menores da indústria; a fixação da jornada de trabalho de oito horas para os comerciários e industriários, alteração na forma de negociação salarial [...] instituição de férias [...] e normas reguladoras de acidente de trabalho”. (COUTO, 2008, p. 98)

Embora possamos observar avanços referentes aos direitos dos trabalhadores, no que diz respeito à assistência e a população que necessitava da mesma para sobreviver, esta ainda não era reconhecida como portadora de direitos e nem como público-alvo das ações estatais, à população mais pobre e sem emprego restava a caridade e benesses de instituições que ainda a tratava como indivíduos que possuíam uma disfunção pessoal e, portanto necessitava de caridade e compaixão.

No governo Vargas cria-se o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS sendo a primeira regulamentação da Assistência Social no Brasil através do Decreto-Lei nº 525 de 01/07/1938. O CNSS é instituído como órgão de cooperação da Educação e Saúde. Na época foi composto “por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica” (MESTRINER, 2001, p. 58). Esse momento marca a presença

da Assistência Social pela primeira vez na burocracia estatal, no entanto ainda trazia o caráter subsidiário de subvenção às instituições de amparo social.

A assistência social, para se configurar como direito fundamental, deve representar a transição para uma vida autônoma, o que só pode ser conseguido quando os beneficiários dos programas deixarem de ser apenas destinatários de bens e serviços definidos pela burocracia estatal e passarem a ser, principalmente, detentores do direito à execução de uma política dos direitos fundamentais sociais nacionalmente estruturada. Só assim, poderão ter efetivamente conquistado a autonomia para definirem, segundo os padrões éticos, seus próprios caminhos. (GONÇALVES, 2010, p. 71)

"Toda essa perspectiva de direitos, as pessoas não têm ainda, essa noção, então o CRAS ele vem trazendo isso, eles sabem que aqui eles vão ter orientações, eles vêm aqui por que sabe que aqui eles vão ter alguma coisa. Nesse alguma coisa que a gente está tentando trabalhar que eles têm direitos e que eles têm deveres também". (Assistente Social 01)

"As famílias necessitando suprir suas necessidades básicas, não possuem uma análise crítica sobre sua situação atual e por consequência existe a ausência de perspectiva de mudança. Atualmente os programas governamentais direcionados às famílias com vulnerabilidade social, têm acrescentado critérios que direcionam esta população a modificar as situações de risco, porém este processo é recente e nosso papel enquanto técnico do CRAS é tentar modificar a visão assistencialista ainda muito presente". (Psicóloga 01)

Os relatos acima evidenciam que a perspectiva de considerar as famílias atendidas pelos serviços assistenciais como sendo sujeitos dotados de direitos e de capacidades é algo recente e que ainda no cotidiano de sua prática o profissional da assistência social se depara com o desafio de romper com a visão assistencialista que durante anos orientou as ações desenvolvidas nesta área. No entanto, Gonçalves (2010) sinaliza que para uma mudança de paradigmas na assistência, as ações desta área devem ser norteadas numa perspectiva onde os usuários atendidos sejam portadores de direitos e não apenas portadores de benefícios como se tais benefícios fossem apenas uma "ajuda" ou "favor".

Não foi a sociedade que, através de um consenso possível, aderiu, por meio de uma escolha racional, aos direitos fundamentais sociais, mas a burocracia estatal, notadamente nos governos de Getúlio Vargas e durante o regime militar de 1964 que selecionou os que seriam destinatários de direitos e os que deveriam continuar a mercê da caridade. Essas razões tipicamente de Estado impediram entre nós a adesão racional às Constituições, nomeadamente no que se refere aos direitos fundamentais. (GONÇALVES, 2010, p. 57)

A definição do que seria direito e o público alvo do mesmo não teve como pressuposto o ideário de cidadania, mas foi fruto de decisão da classe dominante, a qual sequer considerou a realidade brasileira para tomar tal decisão. A esse respeito Yazbek (1996, p. 17) faz as seguintes indagações: “como se configura a assistência social na conformação da identidade subalterna? Pode o assistencial constituir-se em espaço de protagonismo para os subalternos?”. Nesse contexto, visualizar o usuário da assistência social como protagonista é uma tarefa difícil, pois o mesmo era apenas receptor de um amparo social.

Em 1942 ocorre a fundação da Legião Brasileira de Assistência – LBA tendo a primeira dama – Darci Vargas – como presidente, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo junto à assistência social, aspecto que permeia as ações da assistência até os dias atuais.

A LBA, num primeiro momento, foi criada para integrar as ações assistenciais da iniciativa privada com as ações do Estado, com atendimento emergencial às famílias dos pracinhas que estavam representando o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tal ação inaugura a intervenção estatal na área da assistência social, no entanto, seu caráter ainda era de benemerência e não de direito social. (MESTRINER, 2001).

A esse respeito Sposati (2005, p. 20) expõe que:

Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. Do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social.

Em sendo ato da vontade, a assistência era movida por questões de sentimento de caridade, e não de reconhecimento de direito social, assim sendo entende-se que “não é qualquer um que se credencia aos serviços da assistência

social, mas só aqueles a quem a sociedade reconhece como necessitados e desamparados”. (SPOSATI, 1999, p.07).

Em 1946 o Brasil vivenciou um momento de redemocratização com o fim da Era Vargas, ano em que foi instituída a Constituição de 1946, basicamente os direitos preconizados nesta Constituição estavam atrelados com as relações trabalhistas, o que não difere muito dos textos constitucionais anteriores de 1934 e de 1937, ou seja, assegurava direitos àqueles que se encontravam no mercado formal de trabalho, a novidade ficou por conta da regulamentação do direito à greve⁶. (GONÇALVES, 2010)

Mais uma vez, o destinatário dos direitos eram os trabalhadores e não os cidadãos brasileiros. Havia clara distinção entre aqueles que eram trabalhadores e aqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho. Neste contexto, concordamos com Gonçalves (2010, p. 76) quando afirma que “não é correta a dicotomia entre direitos sociais para uns (designadamente para o que apresentam visibilidade no mercado) e assistência, enquanto ação meramente compensatória da pobreza, para outro”. Ou seja, os trabalhadores eram os destinatários dos direitos sociais na época em questão, por sua vez, àqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho estava reservada as ações da assistência, esta ainda não trazia a conotação do direito, mas de caridade e amparo social.

Sobre esse aspecto Sposati (et al, 1999, p. 14 e 15) enfatiza que no Brasil ao invés de se criar um Estado de Bem-Estar Social criou-se um “Estado de bem-estar ocupacional”, onde os direitos universais que deveriam ser garantidos em Constituição são substituídos por direitos contratuais, ou seja “é o contrato de trabalho que define, imediatamente, as condições de reprodução do trabalhador no mundo da previdência ou no da assistência social”.

De acordo com a autora a consequência desta inserção subalterna da assistência na relação capital e trabalho é que:

Como mecanismo econômico, social e político a assistência social mantém as suas ações travestidas de ajuda, já que o grupo com o qual opera apresenta reduzida visibilidade política, pois aparentemente não se coloca no confronto direto capital-trabalho. Segundo, as suas práticas não atingem a opinião pública, já que aqueles que a ela se dirigem “não existem” e assim decaem para a abstração pura da existência humana. [...] ao constituir

⁶ A menção ao direito à greve encontra-se no art. 158 da Constituição de 1946: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

ajuda, o campo da assistência social se põe imediatamente como o do não direito. (SPOSATI et al, 1999, p. 15)

Mestriner (2001, p. 16) afirma que no caso da assistência social:

Longe, portanto de assumir o formato de política social a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade.

As práticas assistencialistas até então eram incapazes de favorecer com que a população atendida passasse de uma situação de necessidade para uma situação de possibilidades, pois o que presenciamos nessa conjuntura são ações meramente compensatórias, com forte caráter de ajuda e favor social.

"O que percebemos aqui, é que muitas das pessoas que procuram o CRAS chegam sem muitas perspectivas de melhoras para o futuro, observamos que elas estão mais focadas naqueles problemas que são emergenciais. Digamos assim: é o problema da falta de alimentação, é o problema do Bolsa Família que por um motivo ou outro não saiu o pagamento e elas querem saber por que não saiu, ou elas chegam e dizem que querem uma visita domiciliar do profissional porque a casa está caindo. Por isso muitas vezes as famílias se focam nesses problemas emergenciais, pois como vão aspirar um futuro melhor se nem sabem se no outro dia a sua casa continuará em pé, se terão o que pôr na mesa para alimentar os filhos? Por isso muitas famílias se conformam com a sua situação e não buscam formas de superá-la, para muitas está ótimo". (Assistente Social 02)

No que se refere ao campo assistencial, preocupar-se com os problemas pontuais e doação de auxílios emergenciais é uma ideia construída socialmente, pois observamos através da afirmação de Mestriner (2001) que tal pensamento foi sendo disseminado no contexto de atendimento da assistência social e incorporado socialmente. É nesse sentido que a reflexão de Marx (2002, p. 48) se torna pertinente quando afirma que "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas

diretamente e herdadas do passado”. Ou seja, os usuários da assistência constroem a sua história em conformidade com as heranças culturais do passado, constroem sua história de acordo com as condições que a realidade lhes apresenta.

Na década de 1940, podemos afirmar que houve ampliação dos direitos trabalhistas, no entanto, ainda que a Constituição de 1946 fizesse menção à assistência à maternidade, à infância e à adolescência, esta assistência ficava em segundo plano e era prestada ainda em um viés de caridade, pois a lógica não era cidadã, visto que tais atendimentos assistenciais estavam vinculados à ocupação que o indivíduo possuísse no mercado de trabalho.

Por sua vez, durante a década de 1950, o país novamente passa por algumas mudanças, pois Getúlio Vargas retorna ao poder no ano de 1951, a população alimentava expectativas com o retorno deste ao governo, pois acreditavam que o mesmo faria uma reforma social, “elevando a qualidade de vida da população. Nos discursos de Vargas o apelo ao “povo brasileiro” registrava o caráter populista do governo, tal como foi apresentado pela imagem construída do “pai dos pobres”. (COSTA, 2006, p. 126)

Vargas enfrenta problemas com a inflação brasileira, mas retoma a linha desenvolvimentista, pois seu foco era o desenvolvimento, sem levar em conta que para tanto necessário seria mexer nas estruturas sociais do país. (COSTA, 2006)

A esse respeito Costa (2006, p. 129) argumenta que:

As dificuldades do Estado no atendimento das demandas sociais é um fenômeno histórico que marca a sociedade brasileira. O imperativo da acumulação exige a canalização de recursos públicos para áreas de interesse do capital, feita às custas do investimento social. A regulação do Estado na área social, durante o período do Estado Novo e no segundo governo Vargas, esteve dentro dos limites da construção da ordem capitalista no Brasil, aliada à dificuldade de modificar aspectos estruturais do país.

As décadas de 1950 e 1960, onde governaram respectivamente Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, foram marcadas pela perspectiva desenvolvimentista, época em que se buscou o crescimento econômico do país e cresce o apelo pela participação popular, apoiada “numa visão funcionalista da sociedade, em que o crescimento econômico é visto como fator de desenvolvimento e de “bem-estar-social”. A participação social coloca-se como instrumento de adesão e consentimento da população”. (ABREU, 2008, p. 115)

O subdesenvolvimento constitui, então, um estágio econômico e cultural que deve ser ultrapassado com a expansão da economia em moldes industriais associada a mudanças culturais no campo e na cidade. Daí a necessidade de as mudanças estruturais serem acompanhadas de experiências “educativas” voltadas para a alteração de valores e costumes das classes subalternas, sobretudo das populações rurais, consideradas atrasadas, motivo pelo qual representam entraves ao desenvolvimento. (ABREU, 2008, p. 116).

O apelo à participação popular é elemento central para busca do desenvolvimento e para legitimação do governo perante a população. Contudo, a conotação de participação aqui utilizada pelo governo não é a participação atrelada à ampliação do protagonismo e incentivo ao empoderamento, com vistas à melhora gradual e progressiva das vidas das pessoas, mas era uma participação que referia-se à ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos e atenção pessoal. (GOHN, 2010).

Para Abreu (2008, p. 117):

A participação popular transforma-se em expediente integrado aos programas de governo voltados “para a eliminação dos obstáculos à implementação das diretrizes governamentais nacionais e para garantir a adesão da população às mesmas”, colocando-se como meio para acelerar o desenvolvimento [...] mediante inserção popular na implementação local destas diretrizes, constituindo, ao mesmo tempo, mecanismo de redução de custos com a força de trabalho e de legitimação da dominação de classe exercida pela mediação do Estado.

Ammann (1992) explicita que para fortalecer a ideologia de participação popular durante esse período adotou-se o Programa Desenvolvimento de Comunidade⁷ - DC, o qual dava ênfase à participação do próprio povo para melhorar o nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar mais eficaz os programas de ajuda mútua.

Dentro desta mesma perspectiva, as experiências de DC constituíram processos de “mudança cultural dirigida”, tendendo a uma verdadeira manipulação ideológica sobre as necessidades (materiais e subjetivas) das classes subalternas. Essas experiências visam imprimir mudanças em determinada direção (programada), dando a impressão de que as mudanças são desejadas e provocadas pela própria comunidade. (ABREU, 2008, p. 117).

⁷ Para maiores informações sobre o Programa de Desenvolvimento de Comunidade ver AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 8ª edição. São Paulo: Ed. Cortez. 1992.

Participação como inserção manipulada nos programas de desenvolvimento do governo, parte do pressuposto da visão harmoniosa e equilibrada da sociedade, o que na visão de Romano e Antunes (2010) significa que o apelo à participação popular era instrumento de legitimação para a classe dominante continuar fazendo o que antes faziam, no entanto, agora com uma nova roupagem, dando a impressão de abertura de espaço, mas tal abertura tinha objetivo de controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas categorias e propostas inovadoras.

Nessa conjuntura também houve um incentivo à educação de adultos, no entanto a mesma limitava-se à qualificação profissional, todavia movimentos intelectuais questionavam que seria necessária a formação de indivíduos conscientes para sua contribuição nas mudanças estruturais do país, contexto em que vários grupos de intelectuais brasileiros, donde Paulo Freire participou ativamente, tentam firmar vínculos com as classes subalternas e iniciar um movimento cultural de reforma intelectual. (AMMANN, 1992)

No governo de João Goulart há ampliação do espaço concedido às lutas pelas transformações estruturais e institucionais (AMMANN, 1992), momento em que eclodiram muitas greves e movimentos sociais. A fim de buscar uma estabilização para tal situação, o governo negocia com a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que buscava apoio da Igreja, dos estudantes e de parte do Exército. Como estratégia de enfrentamento das péssimas condições de vida da população brasileira, anunciava reformas sociais, contudo os partidos de cunho liberal, como a UDN⁸, as oligarquias rurais e o Exército eram contrários a essas reformas. A reunião dessas forças sustentou o golpe militar de 1964, o qual conduziu o país a uma realidade adversa no que diz respeito aos direitos sociais, civis e políticos.

Referente ao percurso histórico da Assistência Social no Brasil, até o presente momento percebemos que a mesma esteve pautada a partir do conceito de ajuda aos mais pobres e necessitados, àqueles que não possuíam renda e por consequência não davam conta de sua subsistência. De ação marginal e caso de polícia a assistência foi incorporada e assumida como ação estatal, no entanto sua

⁸ UDN – União Democrática Nacional foi um partido político brasileiro fundado em 07 de abril de 1945.

posição era secundarizada quando comparada às políticas que fomentavam o crescimento econômico, ou seja, o foco era o desenvolvimento econômico em detrimento do social. (COSTA, 2006)

Sendo a área social relegada ao segundo plano, conclui-se que nesse contexto a possibilidade de protagonismo dos usuários da assistência social era mínima, uma vez que os mesmos sequer eram considerados como tais, ressaltamos ainda que a conotoção de usuário assumida na atualidade é diferente da utilizada na época em questão, pois a assistência social era para os pobres, já os direitos sociais eram para os trabalhadores, ou seja, além dos direitos não terem caráter universal, a assistência social não era ainda direito nem sequer assumida como forma de política pública.

Da mesma forma, cumpre ressaltar que durante o período militar o quadro apresentado sofreu algumas transformações, mas ainda assim, quando se falava em assistência social a mesma era utilizada para ajustar os indivíduos à ideia dominante, assegurava o direito com a finalidade de legitimar as ações do Estado perante a sociedade.

No período que corresponde à Ditadura Militar, verifica-se a utilização da força e da repressão como estratégias de garantir o projeto dos detentores do poder, com a finalidade de transformar o Brasil em grande potência econômica.

Sob a ditadura militar, implanta-se um rigoroso regime de controle social, que inclui medidas repressivas, como: fechamento dos canais de participação política, desmantelamento das bases de organização e representação das classes subalternas, disseminação do medo, prisões e torturas, acompanhadas de amplos programas de assistência e previdência social que reatualizam as estratégias de integração social, configurando a chamada segurança nacional⁹. (ABREU, 2008, p. 121)

A ideia era integrar para controlar e garantir segurança ao sistema vigente. Para Freire e Macedo (2006), a integração e o acesso ao conhecimento deveria ser pressuposto não para ajustar as pessoas, mas cultura e conhecimento deveriam ser

⁹ A noção de segurança nacional deriva diretamente da doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento sob pretexto de que um amplo alcance dos programas sociais reduziria as tensões de classe e contribuiria para a ordem social. Dentre esses programas incluem-se: Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundo de Assistência ao Trabalhador (Funrural), Programa de Colonização na Região Transamazônica (Proterra), Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs), Programa de Integração Nacional (PIN), dentre outros, todos centrados na participação popular como fator de integração e promoção social. (ABREU, 2008, p. 122)

o ponto de partida para que o ser humano avançasse na leitura do mundo, com possibilidade de se perceber como sujeito da história.

Em 1967, é instituída uma nova Constituição considerada um novo golpe na área dos direitos civis e políticos, pois partia da lógica de que os direitos só seriam garantidos àquelas pessoas, que se sujeitassem às regras instituídas pelos militares, frente a esta realidade Couto (2008, p. 123) expõe que:

Os atos arbitrários e os movimentos censurados em 1968 foram criando uma oposição por parte da sociedade civil, que se articulou para denunciar os atos da ditadura. Sua demonstração ocorreu das mais diversas formas, inclusive com manifestações de rua com grande participação popular.

No início do governo militar, ainda na década de 1960, há uma mobilização da população, a qual buscava resistir aos atos arbitrários tomados pelos militares, contudo muitos que reivindicavam seus direitos foram torturados, extraditados para fora do país e em alguns casos assassinados, pois não era permitido discordar do governo.

Referente ao protagonismo, podemos afirmar que nessa época, o cidadão comum inicia um processo, onde começa a perceber que têm direitos e que os mesmos podem ser reivindicados. Foi na década de 1960 que as ideias de Freire ganham espaço no cenário educacional brasileiro, pois como já visto anteriormente, os movimentos intelectuais começaram a questionar que era necessária a formação de indivíduos conscientes para que os mesmos pudessem contribuir nas mudanças estruturais do país. (AMMANN, 1992)

Em 1969 é editada mais uma Emenda Constitucional, em que se manteve preservado os direitos trabalhistas, houve a proibição de voto aos analfabetos e àqueles que não sabiam falar a língua oficial, tanto a Constituição de 1967 como a de 1969 não trouxeram nenhuma novidade em relação à área da assistência social.

Em 1964 é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, esta se propunha a ser a grande instituição de assistência à infância, baseada na internação, tanto dos abandonados e carentes como dos infratores, seu principal foco. No entanto, as técnicas de atendimento utilizadas eram de repressão e punição. “Os programas inteiramente compensatórios da pobreza, não atrelados à eficaz garantia dos direitos fundamentais, deixam de ser compromissos de

liberdade, para se transformarem em instrumentos de disciplina e regulação". (GONÇALVES, 2010, p. 72)

"E eu noto ainda que muitos usuários ainda não estão adaptados à nova política, eles chegam na condição de pedir mesmo, de submissão, de como se aquilo que o profissional faça por eles seja um favor que estamos lhe prestando. Tanto é que eles chegam e vem agradecendo, mas eu sempre reforço que é nossa obrigação enquanto profissional". (Assistente Social 02)

Gonçalves (2010) explica porque os usuários atendidos pela Assistente Social 02 chegam até ela com uma postura de submissão e de agradecimento a um favor prestado, pois se trata de uma herança cultural, que norteia o posicionamento das pessoas que recorrem aos serviços sociais em busca de suprimento de uma carência, pois foi disseminada a ideologia de que se tratava de um favor e não de um direito.

Durante a década de 1970, mesmo vivenciando a experiência da ditadura ocorreu o conhecido "milagre econômico" responsável por acelerar a economia brasileira, a consequência desse milagre foi a alta concentração de renda, o jargão da época era que "o bolo teria que crescer para em seguida ser dividido", fato que não ocorreu, ao contrário, o aumento da concentração de renda acirrou ainda mais a desigualdade social do Brasil, paralelamente houve um crescimento da dívida externa. (COUTO, 2008). A realidade enfrentada pelos trabalhadores da época era "arrocho salarial, as péssimas condições de vida nas cidades, a alta mortalidade infantil, o analfabetismo, dentre outras". (COUTO, 2008, p. 128).

No que se refere às medidas na área social, o governo ditatorial construiu um aparato institucional tecnocrático para responder às demandas desta área através da expansão das instituições sociais. (COUTO, 2008)

Nesse período foram criados: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Banco Nacional de Habitação – BNH, com finalidade de atendimento de moradia à classe trabalhadora.

Em 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS baseado na centralidade e exclusiva ação federal, uma tentativa de responsabilização do Estado no atendimento às demandas na área social. Já em 1979 instituiu-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), órgão que reuniu o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, o Instituto

Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, a Legião Brasileira de Assistência – LBA e Central de Medicamentos (CEME). Para COUTO (2008, p. 131), a adoção de tal medida “teve como objetivo reunir em uma única estrutura as instituições que anteriormente tinham uma relação direta na oferta dos benefícios à população”.

Tais medidas adotadas obtiveram um parecer favorável, visto que reunia em uma estrutura instituições que trabalhavam diretamente com benefícios prestados à população, o que poderia dar mais agilidade aos serviços. No entanto, Couto (2008) argumenta que o governo ditatorial pretendeu com tal unificação exercer maior controle sobre os benefícios que eram destinados à população, fato que consequentemente levaria o governo a controlar a população, pois este era quem financiava os benefícios através do pagamento de seus impostos.

Após 1964, as políticas sociais no Brasil, caracterizaram-se pela subordinação dos interesses econômicos e políticos com relações marcadas pelo favor, compadrio e clientelismo, fato que também marca a história econômica e social do país. Em uma perspectiva política, as interferências no campo da política social e em especial na área da assistência social, “vêm se configurando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais”. [...] Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. (YAZBEK, 1996, p. 41)

O Estado assume maiores responsabilidades frente à área social, no entanto, além de realizar um atendimento segmentado e baseado no clientelismo e meritocracia, não há uma abertura para desenvolvimento do protagonismo dos indivíduos, pois estes não são dignos de receberem direitos, nem sequer são interlocutores, ou seja, não participam ativamente dos processos de decisão que ocorrem na área da assistência social, estes indivíduos são considerados como pessoas que recebem favores de um Estado que se diz protetor.

A assistência, enquanto uma estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes, podendo constituir-se em espaço de reiteração da subalternidade de seus usuários ou avançar na construção de sua cidadania social. No enfrentamento desta forma humilhante e vergonhosa de pobreza, que é pobreza de direitos, a assistência social pode ser uma forma de

reconhecimento e de apoio ao protagonismo e à unificação das lutas das classes subalternas. (YAZBEK, 1996, p. 165)

Durante este período a assistência social servia mais para reforçar a subalternidade das camadas mais empobrecidas, do que para avançar na construção de um cidadão protagonista.

A intervenção estatal face à questão social estrutura-se a partir do binômio repressão – assistência, em que as políticas sociais são ampliadas, burocratizadas (centralizadas) e modernizadas com a finalidade de amortecer as tensões sociais, mas, fundamentalmente, de aumentar o poder estatal de controle regulatório sobre o conjunto da sociedade. Além disso, as políticas assistenciais eram utilizadas como mecanismos de legitimação do regime e redução dos custos com a reprodução da força de trabalho. (ABREU, 2008, p. 123)

Para Couto (2008, p. 132):

O desenho das políticas sociais desse período revela a compreensão de como os direitos eram enfrentados, pois se as medidas eram tomadas visando a uma “política de controle” para manter a população sob a guarda dos instrumentos técnicos e burocráticos do governo, a compreensão dos direitos era de concessão a quem os governos entendiam ser merecedores.

Ser merecedor de acessar a assistência social estava relacionado a uma comprovação de sua situação de pobreza, fato que reiterava a subalternidade das pessoas, pois as mesmas para receberem um benefício necessitavam comprovar o status de pobreza e convencer que eram dignas de receber o auxílio, é nesse sentido que Gonçalves (2010) afirma que esse tipo de assistência não considerava as dimensões jurídicas dos direitos fundamentais, pois estava descompromissada com os padrões mais efetivos de redistribuição de riquezas, visto que não garantia o desenvolvimento da autonomia dos usuários dos programas assistenciais uma vez que reforçava a lógica do favor e da meritocracia.

Com o fim da era do governo militar, no período de 1985-1990 José Sarney governa o país, e nesse mesmo ano é implantado o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, este plano reconheceu a necessidade da Assistência Social tornar-se uma política pública e ainda indicou que os usuários dos serviços assistenciais eram sujeitos de direitos sugerindo a ampliação da participação deste nas decisões desta área. (SPOSATI, 2005).

Sarney, em 1985, anuncia a criação do “Ministério da Ação Social, formado pela Fundação Legião Brasileira de Assistência – FLBA, FUNABEM e Projeto Rondon, o que não se consolida, como várias das promessas da Nova República”. (SPOSATI, 2005, p.13)

De acordo com Sposati (2005, p. 13) nesse período:

A Secretaria Nacional de Assistência Social, seguindo a trajetória das Reformas da Previdência e da Saúde agora comandada por José Almino, busca agregar conhecimentos e pesquisas sobre a Assistência Social para lhe assegurar uma nova base de qualidade e conhecimento científico para decisão.

Este movimento de busca de maior conhecimento científico em torno da Assistência Social incidiu de maneira positiva na LBA, pois:

A LBA, através da Secretaria de Apoio Comunitário, chefiada por Tereza Duere desencadeia, em dezembro de 1987, investigação nacional sob a coordenação, pela LBA, através de Rute Gusmão e pela PUC/SP por Maria do Carmo Brant de Carvalho e Aldaíza Sposati. A pesquisa participativa sob o objeto “LBA - Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira”, cria núcleos de pesquisadores do Amapá ao Rio Grande do Sul. Através deles líderes comunitários, técnicos e usuários de todo o Brasil se reúnem e debatem, formando opinião sobre a assistência social como direito e política pública. A Direção Nacional da LBA e suas Secretarias põe em questão a gênese do órgão e a necessidade de lhe dar um novo destino. (SPOSATI, 2005, p. 14)

Os trabalhadores da LBA através das ASSELBAs – Associações Estaduais dos Servidores da LBA e ANASSELBAs - Associação Nacional dos Servidores da LBA se articulam suscitando debates, documentos e proposições e nesse contexto o MPAS cria uma Comissão de Apoio para reestruturar a Assistência Social. (SPOSATI, 2005)

Amplia-se o debate em torno da assistência com vistas à sua efetivação como política social e direito do cidadão, tal situação cria condições propícias para que no momento da constituinte esta área fosse reconhecida como política social pública, juntamente com a Saúde e Previdência Social. (SPOSATI, 2005)

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passa a ganhar status de Política Social Pública, compondo junto com a Saúde e Previdência Social o Sistema de Seguridade Social Brasileiro, através dessa nova configuração estabelece-se um campo fértil e ao mesmo tempo de avanços e desafios referente à assistência social como política.

Campo fértil porque a partir de então gesta-se todo um novo paradigma sobre a Assistência Social, não mais calcado na lógica de favor e benesse, mas sobretudo, firmada na ótica de direitos. Desafios porque esse novo conceito de assistência foi, gradualmente e com muito esforço, sendo empregado no sentido de romper com a velha visão de amparo social aos desajustados. Além dos desafios que a assistência enfrentaria para se firmar como política pública, adiante perceberemos que esta área não deixou de conviver com as contradições que sempre a permeou, pois mesmo se firmando como direito social tendo a universalidade como um de seus pressupostos, logo no início da década de 1990 com a onda neoliberal muitos esforços tiveram que ser empregados para que não se desmontasse aquilo que a Constituição trouxe como avanço na área da assistência.

1.2) A consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS

O texto da Constituição Federal em vigência forneceu elementos profícuos para a regulação da Assistência Social no Brasil como política social pública. O capítulo II da referida Constituição no art. 194 estabeleceu que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (CRESS, 2007, p. 83)

Referente ao conceito de política social Demo (1988b, p.06) explicita que “política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades quando entendida como proposta do Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção”.

Nessa mesma linha interpretativa Sposati et al (2003, p. 34 e 35) expõem que:

Por mais paradoxal que possa parecer, o avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população. Estas duas faces fazem parte da política social. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais [...] de outro, espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital.

Se por um lado a instituição da assistência social como política social pública representa uma tentativa do Estado em prover a justiça social e diminuir as

desigualdades sociais, por outro lado, tal situação é fruto das lutas da população brasileira, luta pelo seu reconhecimento de cidadania.

Pela primeira vez na história brasileira a Assistência Social passa a compor o sistema de seguridade social junto com a saúde e previdência social.

Para Gonçalves (2010, p. 69) “há uma virada paradigmática instituída com a Constituição Federal de 1988, no que tange à normatividade da assistência social como direito”, ou seja, a assistência deixa de ser considerada ação pontual caritativa e ato da bondade alheia para se constituir enquanto política social cujo pressuposto é o direito.

O art. 203 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes; **III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho; **IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; **V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CRESS, 2007, 89 e 90)

Um dos avanços para a área da assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 foi a universalização da mesma, ou seja, os destinatários dos direitos sociais não eram somente os trabalhadores que possuíam carteira de trabalho assinada, mas toda população brasileira que necessitasse e isso se faria independente da contribuição da população beneficiária destes direitos.

“A política de Assistência Social tem que deixar de ser na prática politicagem e ter como objetivo geral o desenvolvimento do usuário, seu desprendimento de programas assistenciais, com trabalho interdisciplinar, contato e parcerias, existência efetiva de referências e contra-referências”.

(Psicóloga 01)

O art. 204 também avançou ao instituir que:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no **art. 195**, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: **I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos

respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CRESS, 2007, p. 90)

No que se refere ao protagonismo do usuário assinalamos um avanço, visto que este é chamado a participar através das instituições assistenciais abrindo espaço para que os mesmos participem dos processos de tomada de decisão.

“O empoderamento nada mais é do que assegurar os direitos da assistência social e fazer com que os usuários da assistência participem dentro de todo esse contexto que eles tenham esses direitos garantidos”. (Assistente Social 04)

No contexto da Constituinte de 1988 houve a tentativa de estabelecer o Estado de Bem Estar Social brasileiro, o qual compreendia a instituição de um sistema de seguridade social com cobertura global, seguindo a noção de cidadania plena (SPOSATI, et al, 1999), através de “uma progressiva intervenção do Estado na Assistência e na economia, assumindo os custos dos gastos sociais”. (SCHONS, 1999, p. 139), porém, muitos desses conceitos de proteção social e cidadania plena ficaram apenas no plano das ideias.

“Nesse sistema de proteção social, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes de meios), e o Estado deve garantir mínimos sociais a todos em condições de necessidade”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 97)

“É a fase em que o Estado explicitamente é chamado para arbitrar o conflito entre capital e o trabalho, além de, é claro, para administrar a reprodução da força de trabalho, fazendo até mesmo algumas concessões à classe trabalhadora”. (SCHONS, 1999, p. 119). Ou seja, nesse cenário o Estado surge com maiores responsabilidades na intervenção econômica, por sua vez na área social, emerge também nova característica, qual seja a de um Estado com uma aparência mais social, onde este realiza uma distribuição de renda mais equitativa perante a classe trabalhadora. (SCHONS, 1999)

Em contrapartida, o ideário neoliberal ganhava força em âmbito internacional, o qual priorizava a redução do Estado, incentivava as privatizações a partir da lógica do investimento no mercado e redução dos gastos com a área pública. Tal contexto representou um entrave para a consolidação dos direitos

sociais recém conquistados pela Constituição de 1988, visto que na década de 1990 o ideário neoliberal ganhou força no Brasil, ou seja, muitos analistas afirmam que o Brasil sequer chegou a instituir o Estado de Bem-Estar Social, em decorrência do neoliberalismo. (COSTA, 2006)

Um dos principais pressupostos do neoliberalismo é a defesa de que o mercado, diferente do Estado, assegura um aproveitamento pleno e eficiente dos recursos econômicos, garantindo o crescimento mais acelerado da produção. Justificando que um mercado livre de interferências estatais “assegura estabilidade econômica e uma justa distribuição de renda, na medida em que cada fator for remunerado de acordo com sua contribuição na produção”. (FEIJÓO, 1997, p.12)

Dentro da visão neoliberal, há um estímulo ao individualismo e à competitividade em que se estabelece na sociedade quem é mais forte e trabalhador, assim as políticas sociais são direcionadas àquelas pessoas que não são capazes de se qualificar, para conseguir um bom trabalho, e garantir sua própria sobrevivência.

Os neoliberais consideram que ao se submeter ao Estado, se perderá o direito de liberdade individual, ou seja, a questão da desigualdade não é considerada como algo ruim e sim, uma forma de expressão da liberdade da natureza humana, pois nem todo mundo nasceu para ser igual. Esse pensamento fortalece a contradição capital-trabalho, uma vez que avalia as diferenças de classe como algo natural.

No cenário presidencial, em 1989, Fernando Collor de Mello é eleito o primeiro presidente através do voto direto, após 21 anos de ditadura militar no país. Este governo possuía um caráter populista, clientelista e assistencialista, tal cenário nos revela que práticas assistencialistas fazem parte do padrão cultural brasileiro. Mesmo com a Constituição de 1988 sinalizando para novas relações entre governo e sociedade civil, relações essas que visavam afirmar um padrão de cidadania e de direitos sociais, o referido governo insistia em permanecer na lógica que privilegiava estratégias que eram contrárias ao ideário da Constituição Cidadã de 1988.

Esse contexto, para a assistência social representava um entrave, pois não favorecia a afirmação da mesma como política pública, que era dever do Estado e direito do cidadão.

Couto referindo-se a Pereira (2008, p.145) afirma que “as propostas de campanha que continham retóricas como “amigo dos pobres”, “descamisados” e

perseguidor das elites econômicas ou dos marajás”, indicavam prioridade ao resgate da dívida social”, no entanto, na prática isso não aconteceu, uma vez que as ações do governo Collor foram pautadas por iniciativas neoliberais.

Ocorre um retrocesso no que diz respeito às conquistas no campo dos direitos sociais, pois a lógica do momento era privilegiar, a todo custo, o crescimento econômico brasileiro e para tanto não importava cortar os gastos da área social.

Devido a várias irregularidades em sua administração, temendo o Impeachment, Collor renuncia o governo e Itamar Franco assume a presidência, centraliza as ações de seu governo no projeto econômico instituindo o Plano Real, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

As metas do novo projeto econômico entraram em choque com o caráter universalista e de direito social das políticas sociais, conquistados através da Constituição de 1988, justamente porque como já visto anteriormente, havia uma tentativa de ampliação dos direitos sociais, no entanto, o neoliberalismo ganhava força no país, e a lógica era privilegiar o avanço da economia, ainda que para isso fosse necessário cortar os gastos na área social.

Ainda que vivenciando um cenário de controvérsias, no que se refere às políticas sociais, a Constituição Federal vigente abriu caminho para a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, haja vista que sua primeira redação foi vetada no Congresso Nacional em 1990. A LOAS¹⁰ regulamentou a assistência social como sendo direito do cidadão e dever do Estado, contribuiu também para a conceituação da Assistência Social como política pública.

Art.1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, (CRESS, 2007, p. 210)

Mesmo com tais avanços, Pereira (2000, p.37) problematiza a inserção da assistência social no rol das políticas sociais a partir da premissa de que falar em políticas sociais e direitos sociais remete ao “conceito de necessidades humanas básicas”, as quais em sua opinião devem ser consideradas não a partir da lógica do mínimo, como requer muitos pensadores liberais, mas a partir do pressuposto do

¹⁰ Trabalhadores da LBA e segmentos da sociedade civil tiveram importante contribuição na aprovação da LOAS. (SPOSATI, 2005)

básico, e básico remete à lógica daquilo que é essencial e fundamental para a sobrevivência humana. (PEREIRA, 2000)

Para a autora “o desenvolvimento de uma vida humana digna só ocorrerá se certas necessidades fundamentais (comuns a todos) foram atendidas”. (PEREIRA, 2000, p. 66)

A autora classifica as necessidades a partir de: necessidades básicas e necessidades intermediárias que entram no campo das aspirações, desejos e preferências. Necessidades básicas são essenciais ao ser humano e se não supridas afetam o bom desenvolvimento de sua vida. Já as necessidades intermediárias são relativas e particulares, podem até trazer certa frustração caso não sejam satisfeitas, mas não trazem prejuízo ao desenvolvimento do ser humano. (PEREIRA, 2000)

Sem o atendimento de tais necessidades um indivíduo não terá “condições físicas, cognitivas e emocionais para se desenvolver e lutar pela sua libertação de todas as formas de opressão”. (PEREIRA, 2000, p. 87)

Quando o texto do art. 204 da Constituição Federal de 1988 sinaliza para a participação do usuário da assistência, isso remete para a ampliação do protagonismo, todavia, para Pereira (2000) tal situação implica que necessidades fundamentais do ser humano precisam ser supridas, estas uma vez supridas fornecerão condições a esse indivíduo para que o mesmo adquira força física e emocional para enfrentamento das formas de opressão com que se depara em seu dia a dia e como consequência o mesmo terá condições de exercer uma participação mais ativa.

Assim sendo, “ter autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos.” (PEREIRA, 2000, p. 71)

Após a Constituição Federal de 1988 esperava-se criar no Brasil um Estado de Bem-Estar Social, fato esse que já havia acontecido nos países da Europa e América do Norte, no entanto, tal fato sequer chegou a se consumir, pois na década de 1990 o ideário neoliberal se estabeleceu no país criando novas relações políticas e econômicas.

Com efeito, no que concerne à assistência social e o contexto neoliberal, foi dada ênfase à Proteção social mínima com o mínimo de renda, o que representou um momento de profunda contradição e até mesmo de desmonte para os direitos

sociais no Brasil, pois ao passo que a Constituição de 1988 e a LOAS instituíam novas relações sociais baseadas no ideário de cidadania através das políticas sociais, por outro lado muitas dessas inovações constitucionais ficaram apenas em plano ideal, pois na tentativa de materialização desses direitos, a lógica era apenas privilegiar o mínimo e não o essencial.

Trata-se, portanto, o *minimax*, de provisão de mínimos de satisfação de necessidades que, além de se assemelhar com o tradicional e manipulador exercício da caridade praticada pelos ricos para minorar os infortúnios dos mais pobres, reflete, [...] uma irracionalidade política e ética que pretendemos exorcizar: esperar o melhor dos pobres, oferecendo-lhes apenas o mínimo ou a pior proteção social. (PEREIRA, 2000, p. 34)

A LOAS extinguiu o Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938, - considerado um órgão clientelista e cartorial – e, cria o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, órgão de composição paritária, deliberativo e controlador da política de assistência social.

O Conselho Nacional de Assistência Social deve se constituir de fato como um efetivo espaço público de controle democrático e pautar os grandes temas que envolvem a proteção social de assistência social. Para isso, é preciso construir uma agenda de compromissos que priorize temas e questões que envolvem os grandes desafios da sociedade brasileira no tocante aos direitos devidos por essa política aos seus usuários. (MARTINS, 2009, p. 07 e 08)

O CNAS pretendia constituir-se como espaço democrático visto que o mesmo deveria ser um lugar aberto à participação, não só de representantes do governo, mas principalmente dos representantes da sociedade civil, sobretudo dos usuários, local onde seriam discutidas questões pertinentes à concretização da política de assistência social.

Os conselhos, é evidente, não são o único conduto de controle social no âmbito das políticas sociais. Ao contrário, sua efetividade depende de associação a outras formas e forças políticas capazes de potencializar-lhes a ação. [...]. Mesmo assim, parece inegável a importância da criação de conselhos institucionais no campo das políticas sociais, como expressão da conquista da sociedade civil organizada de novos espaços de participação social e exercício de cidadania. (RAICHELIS, 2000, p. 133)

Nesse contexto, ao CNAS caberia “deliberar sobre a política e os recursos públicos, fiscalizando sua execução e imprimindo mecanismos publicitadores e democratizadores na gestão pública”. (RAICHELIS, 2000, p. 275 e 276)

[...] a conquista deste espaço representa a concretização de um dos principais mecanismos democratizadores propostos na Loas – que definiu como suas atribuições a aprovação, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e dos recursos para sua implementação por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). (RAICHELIS, 2000, p. 133)

O conselho na área da Assistência já existia, no entanto, não com a configuração que a LOAS estabeleceu, dessa forma, quando o CNAS passa a se configurar como espaço de participação e controle por parte da sociedade civil, isso implica em avanço da democracia, visto que anteriormente sabe-se que o Conselho era espaço até mesmo de corrupções, sem que a sociedade tivesse a oportunidade de exigir transparência nos processos deste. (RAICHELIS, 2000). Até o presente momento percebemos que a história da assistência social brasileira é uma área conflituosa, polarizada pelos antagonismos existentes entre as vertentes: assistencialismo e direito do cidadão.

Nesse contexto, perceber o usuário da assistência social enquanto sujeito protagonista torna-se uma tarefa desafiadora, pois o mesmo em muitos momentos é tratado como sujeito invisível, principalmente de acordo com a lógica capitalista, onde só tem valor aquele cidadão capaz de gerar lucro a esse sistema e no caso do usuário da assistência social, o qual no contexto analisado até o momento, década de 1930 até 1988 se encontrava fora do mercado de trabalho e consequentemente não estava inserido na relação capital-trabalho.

Nessas condições, a assistência recebia uma conotação moralizante, tendo em vista, que o desemprego e as situações de precariedade eram considerados problemas de ordem individual e não estrutural da sociedade, nesse caso, havia uma individualização da questão social e da pobreza.

No início do capítulo, citamos que a pobreza era considerada como uma disfunção pessoal. Com o passar dos anos, observamos que essa ideia foi sendo contestada: será que a pobreza está restrita única e exclusivamente a um problema de ordem individual? Pudemos perceber que não, que a pobreza não se trata apenas de uma questão individual, mas a mesma é permeada por questões objetivas e subjetivas, ou seja, o modo de produção de uma sociedade influencia e por conseguinte é importante analisar as condições objetivas de vida do usuário, por isso as condições de vida da população não podem ser entendidas fora da história

(MARX, 2002), pois as mesmas devem ser consideradas nessa análise para não se correr o risco de realizar uma julgamento pautado apenas nas impressões que estão na aparência.

Desta forma, “superar a assistência social enquanto ajuda significa conferir-lhe o estatuto de política social. Como forma discriminada de atenção é necessário que esta área ganhe nova visibilidade, saia do limbo”. (SPOSATI et al, 1999 , p. 27)

Para a assistência passar da perspectiva de assistencialismo é necessário um trabalho onde esta área ganhe visibilidade, onde sejam suscitadas discussões referentes às desigualdades sociais existentes em nosso país e as correlações de forças que são inerentes a esse processo, pois não é possível a construção de uma sociedade mais justa e com equidade se estas considerações não forem realizadas, pois uma “sociedade com tal desenho é obra coletiva para a coletividade” (CAMPOS, 2009, p. 21), e que necessita da mobilização de diversos atores comprometidos ética e politicamente com este projeto societário.

Sob este aspecto, Pereira (2000, p. 186) expõe que, referente à assistência, “área mal compreendida no Brasil”, é importante que as análises referentes a essa área sejam conduzidas considerando o seu percurso que é complexo e que ao mesmo tempo é um processo que possui “caráter racional, ético e cívico”.

É racional, pois deve ser fruto “de um conjunto articulado de decisões coletivas que, por sua vez, devem se basear em indicadores científicos” (PEREIRA, 2000, p. 186). Isso pressupõe que para uma maior efetividade na área da assistência, necessário se faz que a mesma seja subsidiada por pesquisas, onde sejam realizados diagnósticos e constantes avaliações das ações desenvolvidas nesta área com ênfase para o impacto das mesmas. (PEREIRA, 2000)

Por sua vez é ético, visto que o enfrentamento das injustiças sociais diz respeito a uma responsabilidade moral da sociedade “mais do que um ato de eficácia administrativa [...]. Contra o egoísmo imoral de se tirar proveito da fome, da miséria, da ignorância, da falta de perspectivas de milhares de pessoas, deve prevalecer o sentimento de que é moralmente condenável não se fazer de tudo para sanar essas calamidades sociais”. (PEREIRA, 2000, p.187)

É finalmente um processo que exige caráter cívico, uma vez que a materialização dos direitos de cidadania social deve ser o alvo das ações de uma política de assistência social, onde “concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é

devido, em resposta às suas necessidades sociais". (PEREIRA, 2000, p.187). O caráter cívico da assistência se concretiza no momento em que esta área deixa de ser tratada apenas como ação pontual e passa a se constituir como política social a qual deve ser conduzida pelo Estado e nessa condução, o Estado tem o papel de ser o efetivador do acesso à assistência à população que dela necessita e esse acesso deve ocorrer a partir da premissa do direito.

CAPÍTULO 02

O CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DA ATUAL POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Neste capítulo prosseguimos com o estudo da trajetória da Assistência Social desde a época da implantação da LOAS no intuito de continuar investigando como o usuário passa de uma posição secundária dentro das ações assistenciais até chegar na condição de ser considerado sujeito protagonista.

Paralelamente, perceberemos o movimento contraditório que se deu na área dos direitos sociais na década de 1990, visto que no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC ao invés de ocorrer um avanço no intento de solidificar aquilo que se havia alcançado, o movimento que se deu foi contrário.

Na sequência, resgataremos os principais aspectos da Política Nacional de Assistência Social em vigência, bem como contextualizaremos como, na atual política, a família passa a ser alvo principal das ações socioassistenciais.

Prosseguimos com a análise das particularidades da assistência social do Município de Ponta Grossa, visto que o mesmo configura-se como locus de nossa pesquisa.

2.1) A Assistência Social após a implementação da LOAS

Fernando Henrique Cardoso, em 1994, é eleito presidente e em seu governo há uma forte expansão do ideário neoliberal, importa destacar que essa ideologia não apenas influenciou as mudanças ocorridas no cenário político e econômico, mas, sobretudo influenciou o contexto das relações de trabalho.

Silva (2005, p.84 e 85) sinaliza que com a lógica neoliberalista “[...] estamos diante de um novo paradigma do emprego, que altera profundamente as relações sociais pautadas pela sociedade salarial”, onde ocorrem as seguintes mudanças: “redução dos postos de trabalho, um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores e na condução das políticas públicas, sejam econômicas ou sociais”.

Muitos pesquisadores analisam que a década de 1990 foi perversa para o mundo do trabalho, pois nesse período houve uma precarização das relações trabalhistas, acarretando desemprego estrutural o que afetou as políticas sociais

públicas, principalmente a assistência, tendo em vista o aumento da procura por esse serviço, devido ao cenário de desemprego. (SILVA, 2005)

Na década de 1990 há uma internacionalização da economia mundial onde, ocorre a unificação das economias através da globalização, esse movimento “[...] redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada ‘sociedade global’”. (IAMAMOTO, 2010, p. 110)

“O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um pólo social (que é, também espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social”. (IAMAMOTO, 2010, p. 111)

Neste cenário de globalização não há mais barreiras para a acumulação capitalista, tendo em vista que empresas multinacionais ampliam o seu mercado mediante sua implantação em diversos países, isso pode até parecer positivo num primeiro momento, pois nos dá a impressão de ampliação dos postos de trabalho nos países onde esses mercados se instalam. No entanto, ainda que isso tenha ocorrido, por outro lado, no que concerne às novas regras que se estabelecem no mundo do trabalho há uma precarização, tendo em vista que o apelo para este novo momento do mercado mundial é a “flexibilização” das relações trabalhistas. Desta forma, as mudanças ocorridas na esfera econômica, incidem sobre “o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social”. (IAMAMOTO, 2010, p. 111)

O resultado dessas transformações é uma classe trabalhadora fragilizada, e ao mesmo tempo polarizada (IAMAMOTO, 2010), onde há “uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma parcela da população com trabalhos precários, temporários”. (SILVA, 2005, p. 99)

Nesse contexto emerge:

[...] o tema da empregabilidade, cujo enfoque está na responsabilidade do profissional construir sua carreira prioritariamente, investindo na qualificação individual, independente de estar ou não em uma empresa. Ou seja, essa é a condição daquele que, ajustado às contínuas mudanças no mundo do trabalho, está apto a nele permanecer. (SILVA, 2005, p. 101)

Aumenta a responsabilização do próprio trabalhador frente ao trabalho, visto que o mesmo é estimulado a se qualificar cada vez mais, a partir de uma lógica de trabalhador polivalente, ou seja, ele é requisitado a cumprir não apenas a sua função

em uma empresa, mas a cumprir diversas funções sem que para isso tenha um aumento no seu salário. (SILVA, 2005)

Amplia-se o alargamento da jornada de trabalho acoplada à intensificação do trabalho, estimulada pelas forças participativas de gestão voltadas a capturar o consentimento passivo do trabalhador às estratégias de elevação de produtividade e de rentabilidade empresarial. A redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra. (IAMAMOTO, 2010, p. 119)

Essas mudanças foram incorporadas ao mundo do trabalho produzindo um aumento da competitividade entre a classe trabalhadora o que conseqüentemente provocou fragmentação da mesma, gerando “uma cultura de passividade e de conformismo, que incide diretamente no cotidiano das classes subalternas, reforçando a alienação, corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva”. (SIMIONATO, 2009, p. 97)

A classe trabalhadora assistiu a essas mudanças sem que se percebesse que por trás das mesmas havia uma lógica de desmobilização e de estímulo ao individualismo, o que para o sistema capitalista é conveniente, pois as lutas entre as classes não são travadas como a luta da maioria, mas “[...] hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas segmentadas [...]”.(SIMIONATO, 2009, p. 97)

O resultado das transformações presididas pelo ideário neoliberal repercute:

De um lado ampliam-se as necessidades não atendidas pela maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. De outro lado, esse quadro choca-se com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais, coerente com os postulados neoliberais para a área social, que provocam o desmonte das políticas públicas de caráter universal, ampliando a seletividade típica dos “programas especiais de combate à pobreza” e a mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado. (IAMAMOTO, 2010, p. 148)

Esse cenário que acabamos de expor, rebateu diretamente nas políticas sociais, principalmente na assistência, pois paralelo a esses acontecimentos, a assistência passava por um momento de afirmação enquanto política social pública, para tanto a LOAS foi efetivada em 1993.

Abreu (2008) explicita que mesmo com a implantação da LOAS em 1993, a qual apontava para uma direção de avanços na área da assistência, ainda assim a referida área conviveu com o movimento contraditório, visto que o governo em

questão, ao invés de avançar solidificando a assistência como direito do cidadão e dever do Estado, realizou ações em movimento contrário.

Sposati (2005) evidencia a dificuldade que a LOAS encontrou para se firmar como uma lei cujo objetivo era trazer um caráter diferenciado à assistência social, qual seja, o caráter de cidadania e também de estratégias mais globais e efetivas que permitissem “uma visão mais abrangente, conjuntural e estrutural da pobreza” (OLIVEIRA e PINTO, 2007, p. 54). Isso se deu uma vez que as raízes históricas desta área, como já visto, foram permeadas pela lógica emergencial com ações que se realizavam de maneira fragmentada.

No governo de FHC, foi extinta a LBA, cujos funcionários foram remanejados para outros órgãos federais, para Sposati (2005, p. 10) “o acúmulo de conhecimentos e lutas que dispunham sobre o Brasil foi esquartejado”. Visto que, tal ação fragilizou a área em questão, pois tais funcionários possuíam uma rica experiência no que se refere à assistência, não nos esqueçamos de que foram os trabalhadores da LBA através das ASSELBAs – Associações Estaduais dos Servidores da LBA e ANASSELBAs - Associação Nacional dos Servidores da LBA que se articularam gerando debates, documentos e proposições a fim de reestruturar a Assistência Social. Ou seja, parte do processo de avanço nesta área fica por conta destes profissionais, no entanto, à medida que tais funcionários foram remanejados para outros setores, pode-se afirmar que houve um desmonte no que se refere à mobilização dos mesmos.

Neste contexto, inicia-se a realização das Conferências de Assistência Social, as quais foram instituídas pela LOAS, as mesmas ocorreriam a cada 02 anos iniciando nos municípios, depois seriam realizadas as Conferências Estaduais, e por último a Conferência Nacional de Assistência Social, a qual deveria sintetizar todo esse processo que se iniciou nos municípios. A primeira Conferência Nacional ocorreu em Brasília em 1995 cujo objetivo foi avaliar a situação e propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, esse evento contou com ampla participação da sociedade, fato esse que abriu espaço para reafirmar a Assistência Social como direito e não mais como favor.

As Conferências de Assistência Social são foros que oportunizam uma participação social mais representativa, por assegurar às diferentes organizações da sociedade civil (entidades de assistência, de usuários e de

trabalhadores) espaços para o debate, para avaliação das ações governamentais e também para a eleição de prioridades políticas para os respectivos níveis de governo. (CAMPOS, 2009, p. 18)

A assistência social se firmando como política pública, onde a participação é uma das diretrizes, no que se refere aos usuários, esse processo incentiva e abre espaço para que os mesmos atuem de forma a serem protagonistas da construção de tal política, onde os mesmos têm a possibilidade de participar trazendo à tona sua realidade vivenciada no dia a dia.

"A gente fala de novos conceitos, mas ainda o desafio continua, é participação popular, como fazer a comunidade participar do conselho local de saúde? Como incentivá-la a ocupar esses espaços?" (Assistente Social 06)

Ante o contexto de afirmação da Assistência Social como sendo um sistema que favorece a participação de seus usuários, o depoimento acima demonstra que este sempre foi um desafio: a participação. Como estimular a participação da população nos espaços que lhe são de direito?

A esse respeito Souza (2010, p. 01) contribui com a seguinte reflexão:

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente.

Durante muito tempo a participação que era oferecida à população brasileira foi uma participação mais restrita, ou seja, era uma participação que tinha como objetivo precípuo a manutenção da ordem societária. Não era uma participação que trazia em sua essência a possibilidade de que um cidadão pudesse influenciar na agenda de uma política, pois partia da ideia de integração da população.

Já no ano de 1997 foi editada a Norma Operacional Básica – NOB, a qual conceituou o sistema descentralizado e participativo ampliando “o âmbito de competência dos governos federal, municipais e estaduais e instituiu a exigência do Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município receber recursos federais”. (BRASIL, 2007, p. 12)

"Na verdade a gente vê assim que talvez dentro dessa política, o objetivo é conseguir dar uma nova perspectiva de trabalho para os municípios".
(Assistente Social 06)

Era justamente essa a função da NOB trazer um novo paradigma de gestão da assistência social, não somente em âmbito nacional, mas, sobretudo para os municípios, local onde se processavam e emergiam as problemáticas socioassistenciais.

Também em 1997 foi realizada a II Conferência Nacional de Assistência Social com o tema: "O sistema descentralizado e participativo da assistência social - construindo a inclusão - universalizando direitos". De acordo com os relatórios desta Conferência a mesma configurou-se como um momento de significativo debate para a assistência, pois no cerne da Conferência estavam sendo discutidas:

Diversas questões relacionadas à avaliação do sistema descentralizado e participativo, preconizado pela LOAS. Em sendo assim, o tema foi dividido em quatro blocos: I - Conjuntura e Assistência Social; II - Avaliação da Política de Assistência Social; III - Sistema Descentralizado e Participativo - organização e controle social; IV - Orçamento e Financiamento da Assistência Social nas três esferas do governo. (ANAIS DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010, p. 07)

Esse momento foi caracterizado como momento de avanço, pois houve toda uma mobilização para se discutir e avaliar as ações que estavam sendo realizadas na área da Assistência Social, momento de se refletir sobre os avanços e desafios que ainda se colocavam como entraves para a afirmação da assistência como um direito do cidadão e dever do Estado. Um dos entraves ainda consistia em se afirmar a lógica da descentralização e da participação, pois:

Essa é uma tarefa importante para evitar que a descentralização se torne apenas uma desconcentração, onde não necessariamente seja afetada a distribuição de poder. Tem-se que ter presente que a descentralização pressupõe a existência de autonomia, de democracia e da participação. Porém, se não há essa concepção, fica-se sujeito a não lutar pela implementação desses espaços tão importantes para o conjunto da sociedade brasileira. (REIS e HERPICH, 2010, p. 11)

Em 1998 é reeditada a NOB, esta "diferencia serviços, programas e projetos; amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social; e cria os espaços de negociação e pactuação - Comissões Intergestora Bipartite e Tripartite que reúnem

representações municipais, estaduais e federais de assistência social”. (BRASIL, 2007)

Mesmo vivenciando um contexto de debates e renovações de textos que traziam conceituações sobre o trabalho da assistência, Sposati (2005) afirma que esta área convivia com certas crises, pois em oito anos de existência a LOAS em quase nada foi estimulada e capacitada a ter vida pública e política.

A crise na gestão da assistência social vai sendo acentuada. Uma das mais graves foi a do impedimento da realização da III Conferência Nacional em 1999, no primeiro ano da reeleição do presidente FHC. Foi derrubada sua realização por ordem presidencial e reprogramada para dezembro de 2001. Rompeu-se o disposto em lei onde as Conferências Nacionais deveriam se realizar de dois em dois anos [...]. (SPOSATI, 2005, p. 22 e 23)

Desta forma, em 2001, dois anos mais tarde realizou-se a III Conferência Nacional de Assistência Social cujo tema foi “Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios”, o tema foi pertinente, pois nesse momento era claro que esta área convivia com o movimento contraditório com seus méritos e deméritos, essa conferência ficou caracterizada por um momento de reflexão onde ficou claro o atropelo da primeira infância da Menina LOAS. (SPOSATI, 2005)

A assistência é, pois, como as demais políticas do campo social, expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza. E a acumulação da pobreza na sociedade brasileira põe em questão os limites das políticas voltadas a seu enfrentamento [...]. (YAZBEK, 1996, p.22)

O confronto existente na sociedade fica por conta da lógica capitalista e de seu desenvolvimento econômico, o qual leva a “extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população” (MARTINS, 2008, p.13). Isso gera um desgaste em todos aqueles atores sociais que lutam, que resistem por uma condição melhor de vida para aqueles cidadãos que necessitam acessar serviços sociais para sobreviver.

Em 2003, quando já estava no governo Luiz Inácio Lula da Silva, é realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, a qual celebrou os 10 anos da implantação da LOAS. O tema da mesma foi “Assistência Social como Política de

Inclusão: uma nova agenda para a cidadania – 10 anos de LOAS”, momento em que é aprovado o texto da Política Nacional de Assistência Social, uma das principais deliberações desta Conferência foi o estabelecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, também nesse mesmo ano é criado o Ministério da Assistência Social.

Já em 2004 foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ano em que é editada a Política Nacional de Assistência Social que está em vigor, em 2005 é editada a NOB-SUAS e em 2006 é aprovada a Norma Operacional de Recursos Humanos – NOB-RH a qual tem como objetivo precípuo regular a gestão do trabalho no âmbito do SUAS.

Esses instrumentos normativos estabelecem as condições de gestão, de financiamento, de controle social, de competências dos níveis de governo com a gestão da política, de comissões de pactuação e negociação e de avaliação.

Através do exposto, percebe-se que a Assistência Social não “nasceu” com a Constituição Federal de 1988 ou com a LOAS. Ela existe anteriormente como uma prática social, no entanto, mediante a instituição desses marcos legais, a assistência alcança o status de política social, onde suas ações passam para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

2.2) A nova configuração da Política Nacional de Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS em vigência indica que a realização das ações da mesma deve ocorrer de forma integrada e articulada às demais políticas setoriais, para tanto é necessário levar em conta as desigualdades existentes em cada território, com intuito de buscar o enfrentamento das mesmas de forma que não haja uma generalização das situações de vulnerabilidade social, mas cada caso precisa ser considerado a partir de sua particularidade para que sejam garantidas as necessidades sociais básicas da população. (BRASIL, 2004)

Para tanto a PNAS de 2004 aponta para os seguintes objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da

assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 27).

Mesmo a assistência tendo tais atribuições sob sua responsabilidade, necessário se faz ter um entendimento de que a mesma sozinha não consegue dar conta de todas as problemáticas que incidem sobre seus usuários. Portanto, nesse contexto é importante trabalhar a perspectiva das ações integradas e articuladas às demais políticas setoriais, pois as situações de vulnerabilidade e desigualdade social “são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas, a começar pela política econômica que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza”. (CFP/CFESS, 2007, p.12)

“Ainda não conseguimos um trabalho eficaz que consiga ter encaminhamento para potencializar habilidades das famílias, porque se a gente tivesse esse trabalho bem elaborado conseguiríamos perceber essas situações, ia ter uma rede para estar encaminhando. O que a gente consegue fazer é estar vendo aqueles mais interessados, ou algumas habilidades e a gente encaminha para algum curso que tem na rede, mas ainda os recursos que a gente dispõe são bem escassos”. (Pedagoga 01)

As ações de Assistência Social devem pautar-se nos seguintes princípios:

Supremacia do atendimento às necessidades sociais [...]; II - Universalização dos direitos sociais [...] ; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária [...] ; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento [...]; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p. 26)

Os princípios descritos acima elucidam que nessa nova lógica de atendimento assistencial, o usuário passa a ter primazia na garantia dos seus direitos, onde este deve ser reconhecido como um cidadão autônomo e digno de ser respeitado.

As diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS de 1993, que organizam as ações de Assistência Social são as seguintes:

I - Descentralização político-administrativa [...]; II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2004, p. 26 e 27)

Referente à participação popular na formulação e controle das ações socioassistenciais, Campos (2009, p.21) explicita que:

O modelo de assistência social inscrito no SUAS se efetiva em um solo cultural fortemente contaminado pelo assistencialismo clientelista. Nisso reside um dos principais desafios ao estabelecimento de relacionamentos pautados em parâmetros civilizatórios entre parte de nossa elite política e os segmentos sociais que se encontram no horizonte da política de assistência social.

"Algumas pessoas ainda acham que CRAS é para dar cesta básica, então as pessoas que estão no programa do acompanhamento familiar e que você vê que tem uma necessidade, que estão dentro de uma precariedade, estão dentro dessa vulnerabilidade que é do momento ali, você coloca a questão, nesse momento você vai encaminhar para a cesta básica, porém vai ter que participar das atividades, vamos encaminhar para a agência do trabalhador. Mas, tem pessoas que ainda são muito dependentes, então é um trabalho, é um processo bem contínuo de formiguinha mesmo". (Assistente Social 01)

Como mencionado por Campos (2009), a assistência social encontra um desafio muito grande que é romper com a lógica de assistencialismo e se firmar na atualidade como uma política cujo pressuposto é a participação do usuário no sentido de potencializar seu protagonismo.

De acordo com a PNAS de 2004, são público alvo da Assistência Social os "cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos" (BRASIL, 2004, p. 27), onde é dada ênfase para o atendimento das famílias e seus membros.

A PNAS 2004 institui que os serviços prestados na área da Assistência Social serão classificados por: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Na Proteção Social Básica estão inscritos os trabalhos relacionados à prevenção, ou seja, o objetivo é atuar em situações familiares ou até mesmo

individuais onde há situações de vulnerabilidade social como consequência da pobreza e onde há fragilização dos vínculos afetivos, mas os mesmos ainda não se romperam. (BRASIL, 2004)

De acordo com a PNAS 2004 são considerados serviços de Proteção Básica de Assistência Social aqueles que têm como finalidade potencializar:

A família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2004, p. 30).

Nos serviços de Proteção Básica destacam-se: Programa de Atenção Integral às Famílias; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 06 anos; Serviços sócioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com destaque ao Programa PROJOVEM Adolescente; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos, Programa Bolsa Família – PBF e Benefício de Prestação Continuada – BPC. (BRASIL, 2004)

O local designado para prestar atendimento às demandas dos serviços de Proteção Social Básica é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS o qual se constitui em uma unidade pública estatal de base territorial. O CRAS surge como uma estratégia para materializar os princípios de descentralização proposto na LOAS e de territorialização, conforme previsto na PNAS de 2004.

"A proposta do CRAS é ser referência para estas famílias acessarem recursos disponíveis com autonomia e auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades". (Psicóloga 01)

"O trabalho do CRAS nada mais é do que trabalhar a descentralização do território trabalhando as potencialidades dessas famílias. Todos são portadores de direitos, mas trabalhar isso descentralizado, dentro da perspectiva de território. O trabalho do CRAS envolve várias temáticas, você vai trabalhar a perspectiva da prevenção e nessa prevenção você vai estar colocando a questão

dos direitos, da cidadania, qualidade de vida, são "N" temas. Então a proposta é muito interessante". (Assistente Social 01)

O objetivo do CRAS é trabalhar com famílias e indivíduos inseridos em seu contexto comunitário, efetivando os direitos sociais dos mesmos, sobretudo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2004)

No que se refere ao trabalho da equipe do CRAS, a mesma além de trabalhar com as famílias, deve também:

Prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania [...]. Realiza, ainda, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos. (BRASIL, 2004, p. 29 e 30)

"Quando as pessoas vêm até ao CRAS, o que a gente procura fazer? O primeiro passo é a acolhida. Como que você vai receber essa pessoa? Ali já começa tudo. Porque quando você coloca que a pessoa está vindo ali com as demandas das múltiplas expressões das questões sociais, você não sabe o que está se passando ali. Claro que tem famílias que a gente já conhece há muito tempo, mas a pessoa que vem aqui pela primeira vez, não sabe o que está acontecendo, ela diz: "ah, eu preciso de informação e saber por que meu Bolsa Família foi cancelado!". Por que ele foi cancelado? Então, o que a gente faz? Num primeiro momento quem faz a abordagem, normalmente é o administrativo. Então ele vai fazer essa primeira entrevista". (Assistente Social 01)

Já a Proteção Social Especial é subdividida em média e alta complexidade que de acordo com a PNAS (2004, p. 34) "as linhas de atuação com as famílias em situação de risco devem abranger desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade".

Trata-se de uma proteção que ocorre quando os vínculos familiares encontram-se rompidos e nesse momento se faz necessário uma intervenção que demandará uma atenção mais especializada “com a meta de restituir direitos sociais e reconstruir vínculos familiares, comunitários e sociais”. (BRASIL, 2007)

Esse campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção, além de defender a dignidade e os direitos humanos. (BRASIL, 2007, p. 22).

O lócus privilegiado de atendimento das demandas dos serviços especializados é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Trata-se de uma unidade pública estatal.

“Aqui dentro do CRAS o que a gente consegue fazer são os atendimentos mais simples. Quando a gente vê que é uma demanda que precisa de profissionais mais preparados para estar trabalhando, normalmente a gente faz o encaminhamento, quando temos o contato com a família ou com o adolescente e percebemos o que é o caso e conseguimos fazer a distinção só com a família, a gente faz o encaminhamento para o CREAS, porque ele é o órgão especializado para estar trabalhando com essa família”. (Pedagoga 01)

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS que é preconizado na PNAS 2004, implementa um regime geral para a gestão da Assistência Social no Brasil, materializa o conteúdo da LOAS e define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social. (BRASIL, 2004)

De acordo com a PNAS (2004, p.37) o SUAS:

Constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

O SUAS “traz a possibilidade de construir um novo processo de descoberta e resignificação de ser cidadão e pertencer a um coletivo”. (PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010, p. 16)

O conceito de atendimento às famílias inseridas dentro de seu território traz a possibilidade das mesmas se identificarem com outras pessoas que enfrentam em seu cotidiano as mesmas problemáticas e possibilita que as mesmas passem a lutar de forma coletiva e não de forma individual e isolada. Esta é uma das dimensões do processo de empoderamento¹¹, quando Horochovski (2009) aponta o empoderamento comunitário como estratégia, onde sujeitos individuais ou coletivos de uma determinada comunidade participam ativamente construindo estratégias de ação a fim de atingir um objetivo para aquela comunidade.

"O grupo tem que se identificar, temos a associação de moradores do bairro, mas somente algumas pessoas trabalham pela comunidade, a gente sabe de trabalhos que são excelentes, mas ainda a comunidade, como motivar a comunidade a participar? Acho que isso ainda é um desafio na perspectiva de trabalho coletivo". (Assistente Social 06)

O SUAS está organizado a partir de níveis de gestão, os quais são: gestão inicial quando o município adere ao sistema em grau preliminar; gestão básica que se refere ao momento em que o município possui uma cobertura básica de proteção social, bem como com a oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam a família e a gestão plena que diz respeito ao momento em que o município tem condições para gerir totalmente as ações na área da assistência social. (BRASIL, 2007)

Os eixos¹² que estruturam a gestão do SUAS são: Matricialidade Sociofamiliar, Descentralização político-administrativa e Territorialização, fortalecimento da relação entre Estado e Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, participação popular/cidadão usuário, Política de Recursos Humanos e Informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2004).

Não é foco deste trabalho discorrer a respeito de todos os eixos estruturantes do SUAS, nesse sentido iremos nos deter apenas na Matricialidade Sociofamiliar, sob este aspecto a PNAS (2004, p. 40) indica que:

¹¹ A discussão sobre empoderamento será realizada no capítulo 03.

¹² Sobre os eixos estruturantes do SUAS consultar: BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004

A centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária.

O foco de atenção das ações na área da assistência deve ser a família, visto que a família é um espaço de desenvolvimento humano e lugar privilegiado de desdobramentos de relações pessoais e sociais, onde ocorre a socialização primária do ser humano. É na família que os indivíduos dividem responsabilidades, compartilham esperanças e buscam estratégias de sobrevivência coletiva.

2.2.1) A Matricialidade Sócio-familiar no contexto da Política Nacional de Assistência Social

Com a aprovação da PNAS em 2004 a família e seus membros passam a ser alvo das ações assistenciais, nesse contexto, o CRAS configura-se como um espaço privilegiado de atendimento às mesmas.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p. 29)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF tem como objetivo fortalecer a função de proteção da família através da promoção do acesso aos direitos sociais com vistas a contribuir na melhoria da qualidade de vida da mesma. (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA, 2010)

O público alvo do PAIF são famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com prioridade no atendimento aos beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que

vivenciam situações de fragilidade. (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA, 2010)

As atividades são desenvolvidas através do trabalho social com famílias, com intuito de entender as origens, os significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas mesmas, colaborando para sua proteção de forma integral. (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA, 2010)

Sobre a centralidade da família, ressaltamos que esta nem sempre esteve no alvo das políticas sociais no Brasil. Esse quadro alterou-se a partir da Constituição Federal de 1988 onde no art. 226 o termo família passa a ter uma denominação mais abrangente, é abordada a questão da igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito aos seus direitos e deveres no casamento, o divórcio é regulamentado e a união estável entre o homem e a mulher passa a ser reconhecida como entidade familiar. Também a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 onde de acordo com o Capítulo III – Do direito à Convivência Familiar e Comunitária, a família passa a ser considerada espaço privilegiado de desenvolvimento da criança e do adolescente, e também o Estatuto do idoso aborda a respeito da família como espaço fundamental de proteção e cuidado.

Outro fator importante que contribuiu para que a família passasse a ser objeto das políticas sociais foi o ano de 1994, considerado Ano Internacional da Família momento em que se reforçou que a família é um lugar onde “todas as problemáticas relacionadas à pessoa (criança, adolescente, jovem, mulher, deficiente e idoso) encontram seu desaguadouro natural” (COSTA, 2004, p. 21)

Há outras legislações nacionais e também políticas e programas que têm seu foco na família, como a já citada LOAS, o Programa Saúde da Família, o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde, Programa de Atenção Integral à Família, o Programa Bolsa Família, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, entre outros.

As leis, políticas e programas citados acima trazem a família como mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e a elegem como público-alvo de suas ações, trabalham numa perspectiva de prevenção, fortalecimento e empoderamento das famílias que se encontram em vulnerabilidade social, visto que como apontam Campos e Garcia (2010, p. 04) “a ideia de considerar a família como foco da intervenção social é, na conjuntura presente, mais uma vez enfatizada, dada

sua capacidade de reproduzir valores e práticas sociais de modo mais efetivo do que com indivíduos tomados isoladamente”.

Nesse contexto Aregui (et al, 2007, p. 16) alertam para a seguinte situação:

[...] a centralidade das famílias em programas públicos traz o risco de retrocessos conservadores, como as concepções estereotipadas e idealizadas de família, que apontam a solução dos problemas como competência das próprias famílias e desconsideram sua condição de fragilidade e vulnerabilidade diante da ausência de respostas públicas às suas demandas sociais. Nessa direção, as políticas públicas e o trabalho social podem assumir uma postura disciplinadora, controladora e instrumental, focalizando as famílias em situações-limites e não em seus processos cotidianos, com riscos de reforço a atomização, vitimização e responsabilização prevalecendo assim respostas residuais e pontuais.

Ao considerar-se a família como foco de atenção das políticas sociais, as ações desenvolvidas não devem partir de um viés disciplinador e moralizador da mesma, mas deve-se partir da premissa do fortalecimento, respeitando sua individualidade, suas tradições e cultura independente de sua configuração.

“A nossa tendência é colocar tudo num único pacote como se todas elas passassem pela mesma situação pelos mesmos problemas, mesmos conflitos, mas na convivência percebemos que embora sejam muito semelhantes algumas situações principalmente a questão econômica é meio que assim visão geral a carência econômica, mas a gente percebe que depende de cada trajetória de vida, de cada história de vida, a necessidade é diferente. Não tem como você querer separar, classificar por demanda, cada um é diferente cada família tem a sua especificidade, a sua particularidade”. (Pedagoga 01)

“Através da minha experiência, percebo que realmente as famílias têm suas potencialidades, o CRAS é justamente aquela ponte entre o acesso aos direitos e as famílias”. (Pedagoga 02)

De acordo com Leite (1991), nada conseguiu abalar a noção de família existente desde os tempos mais antigos da humanidade, contudo ainda que essa noção persista, a configuração da família a cada momento histórico se transforma, rompendo com aquele modelo único de família que outrora existia. Porém, essas mudanças não se deram de forma estática e sequencial, mas elas ocorriam paralelamente, à medida que os costumes iam se transformando as famílias também

se transformavam, abandonando um estágio inferior de evolução para assim passar a um estágio superior. (LEITE, 1991)

Fonseca (2009) indica que a grande maioria das famílias da atualidade tem em sua composição um arranjo familiar bem dinâmico, onde não é raro encontrar na casa de uma mulher, por exemplo, além dela e dos filhos, outras pessoas como: um companheiro que às vezes pode não ser o pai de seus filhos e quando o é, os filhos podem não terem sido gerados nesse relacionamento; os seus pais idosos que necessitam de maior atenção devido a idade já avançada; um primo, que está desempregado ou um sobrinho, cujos pais acabaram de se separar, um casal homossexual, etc.

No momento de formular políticas sociais e projetos de intervenção, é importante ter em vista que as famílias hoje em dia têm uma configuração singular, que vai se diferenciar conforme o contexto em que a mesma vive e também conforme a trajetória percorrida por cada indivíduo que nela está inserido.

A PNAS (2004, p. 39) indica que a família é “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” e ainda a NOB-SUAS (2005, p. 17) assinala que “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social”.

No trabalho social com famílias a postura a ser adotada não pode ser a de cobrança para que as mesmas assumam uma postura de cuidado e proteção sem que se verifique se foi oportunizado a essas famílias acesso para exercerem tais funções.

“A demanda que chega ao CRAS e é muito preocupante, são famílias com adolescentes que enfrentam problemas relacionados com o uso de substâncias psicoativas, principalmente o CRACK, o que dificulta aqui em Ponta Grossa, é que não tem tratamento terapêutico e clínico para adolescentes, até não é competência do CRAS e sim do CREAS, mas acaba chegando aqui para nós e sentimos que muitos pais querem às vezes empurrar o problema para nós. O que acontece, o uso do CRACK, leva o menino, o adolescente a começar a furtar, a roubar e tem pais que geralmente vêm aqui e querem que a assistente social dê

um jeito no filho dele, parece que eles querem que a gente assuma de certa forma a responsabilidade deles". (Assistente Social 02)

Nesses casos, a família pode adotar esse tipo de postura justamente porque em algum momento de sua trajetória de vida não lhe foi oportunizado acesso a recursos necessários para que a mesma desempenhasse sua função de cuidado e proteção, essa situação nos leva a perceber que ainda que se fale da existência de uma rede de proteção social à família, tal rede ainda apresenta fragilidades, no que se refere à articulação dos serviços prestados pela mesma, os quais devem ser desenvolvidos com vistas a minimizar a violação dos direitos das famílias, bem como fortalecer os vínculos familiares.

Apesar das grandes transformações e seus impactos nos arranjos e composições familiares contemporâneas, observa-se a permanência de velhos padrões e expectativas quanto ao seu funcionamento e desempenho de papéis paternos e maternos, independentes do lugar social que ocupam no sistema de classes e de estratificação social. (SILVA, et al 2010, p. 24)

Mesmo que as políticas tragam em seus textos que admitem as transformações ocorridas no seio familiar e que as mesmas devem ser respeitadas, muitas vezes as ações que se desenvolvem por meio destas políticas acabam por reforçar alguns pré-conceitos existentes sobre a família, no que se refere ao papel que devem desempenhar e como fazê-lo.

Nesse sentido, as políticas sociais precisam investir em atenção básica às famílias através de um trabalho de "acolhimento, escuta, fortalecimento da autoestima dos seus membros e dos vínculos relacionais". (CASTRO, 2010, p.36)

"Quando uma família recorre aos serviços do CRAS, o profissional faz a acolhida, faz a escuta qualificada, utiliza instrumentais como o referenciamento, a visita domiciliar, a entrevista e observa neste processo quais são as dificuldades e potencialidades apresentadas, assim procura trabalhar com elas dentro das possibilidades". (Assistente Social 04)

A despeito dessas situações, Silva et al (2010, p. 24) ainda ressaltam que, na atualidade:

Observa-se também a tendência de deslocamento dos conflitos e contradições que têm fortes raízes societárias, como os de classe, gênero

ou etnia, para os âmbitos privados da esfera doméstica, das relações intra-familiares e comunitárias, com riscos de despolitização e *culpabilização* das famílias.

Temos a tendência de particularizar aspectos inerentes às situações que as famílias vivenciam em seu cotidiano, quando na verdade trata-se de problemas que estão relacionados com as questões macrosociais, como os problemas de classe, o modo de produção capitalista que reproduz a pobreza e acirra a desigualdade social.

Considerando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS, estas questões ganham relevância, pois não basta constatar as transformações por que passam as famílias, se persistirem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza. Mais ainda, em se tratando da Política de Assistência Social, com forte herança moralizadora no trato das famílias pobres via de regra definidas como “desestruturadas”. (SILVA, et al 2010, p. 24)

“Quando a família chega até nós, nós verificamos a situação dela através da acolhida, quando ela chega ao Assistente Social ela tem a sua queixa, dentro da sua queixa a gente procura interagir de modo a identificar as potencialidades dela e também traçar um plano de qualidade de vida para ela. Para que ela melhore sua qualidade de vida, melhore sua condição de família, porque a gente não pode se centrar apenas no problema que ela traz, mas o problema que relaciona toda a família”. (Assistente Social 05)

Enfim, a família passa por diversas situações as quais precisam ser consideradas, é nesse sentido que na atualidade, vê-se a necessidade de considerar a família como foco de intervenção das políticas sociais públicas, visto que a mesma tem grande responsabilidade e influência na vida de seus membros.

Partindo do pressuposto de que a PNAS e o SUAS estabelecem a família como alvo de suas ações, se faz necessário uma reflexão a respeito do trabalho social que deve ser realizado com as mesmas a fim de que possamos visualizar as possibilidades de que tais famílias passem a ser protagonistas de suas histórias de vida, pois a Política de Assistência Social em vigência indica que as ações na área da assistência social devem ser desenvolvidas a fim de que seja estimulado o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos.

O norteador do trabalho social com as famílias deve ser a ideia de que estas têm capacidades de serem protagonistas, nesse sentido é importante que as

mesmas sejam fortalecidas e empoderadas através de um processo de identificação de habilidades e potencialidades.

“A gente tenta fazer dentro do trabalho do Programa PROJOVEM que eles se percebam, o objetivo do Programa inclusive é fazer com que eles se percebam como protagonistas da vida deles próprios, na vida da comunidade. Então, começar a partir do adolescente, para que ele consiga estar levando essa perspectiva na vida dele mesmo e para ele estar multiplicando isso. Ele ser esse multiplicador, estar levando para a família, para a comunidade. O alcance seria que esses adolescentes, essas famílias seriam multiplicadores de todo esse processo de protagonismo”. (Pedagoga 01)

O trabalho social com as famílias precisa partir do pressuposto de não supervalorizar a realidade como limitadora dos avanços da população. É necessário acreditar na possibilidade de alteração da realidade, considerando as famílias como sujeitos ativos na construção de seus caminhos.

O reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na Assistência Social, requer, portanto, cuidados redobrados para que não se produzam regressões conservadoras, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que as famílias devem assumir, especialmente quando se trata das famílias pobres. (SILVA, et al 2010, p. 24)

As autoras alertam para não reproduzir excesso de culpabilização das famílias e de pressão sobre as mesmas, pois o foco do “trabalho social com a família é o seu apoio e fortalecimento, sendo necessárias proposições e articulações em relação à política social, agindo em conjunto com as próprias famílias e realizando avaliações dos resultados, impactos e modificações ocorridas em seu cotidiano”. (AREGUI, et al 2007, p. 16)

A matricialidade na família exige a adoção cuidadosa de metodologias de trabalho social, capazes de abarcar a pluralidade de arranjos familiares e o contexto social vivido. Os programas e serviços públicos precisam estar atentos a esses processos e buscar atuar com sujeitos e sociabilidades coletivas para a participação social e para a luta por direitos e mudanças nas condições de vida das famílias. (AREGUI, et al 2007, p. 16)

"Visita domiciliar ou metodologia de trabalhos em grupo, eu acho que de nada adianta ter essas estratégias se não houver a participação dessas famílias. Então um dos princípios que eu sempre me baseio para desenvolver, pensar e acreditar que elas vão ser bem aceitas é a questão da participação das famílias".
(Assistente Social 05)

"E eu fico pensando como que esses usuários, esses meninos, esses adolescentes vão se recuperar vivendo em um ambiente que aquela família quer se livrar dele, uma mãe certa vez me falou que queria que o filho cometesse algum ato infracional, que ele furtasse ou roubasse alguém para ser encaminhado para o CENSE. É complicado ver essa situação dessas famílias, não sei se seria uma forma de a família acreditar que por estar internado o filho estaria protegido ou se é apenas uma forma de se livrar da preocupação e do problema".
(Assistente Social 02)

A PNAS 2004 aponta a família, como alvo de suas ações, mas no atendimento às suas necessidades deve-se tomar cuidado para não fragmentá-la, tendo em vista que os conflitos que a permeiam estendem-se a seus membros. Ou seja, é importante ter o momento dos trabalhos em grupos realizados por idade, como crianças, adolescentes, pais, idosos, etc., mas a ênfase tem que ser dada à família no intuito de privilegiar momentos de grupos de convivência, onde a família irá junto com seus membros buscar alternativas de soluções de seus problemas através do diálogo.

Percebe-se que o tema sobre a família ser alvo das ações das políticas sociais, em especial da assistência, requer o apontamento dessas considerações a fim de avançarmos, ao invés de retrocedermos em práticas que mais culpabilizam do que empoderam as famílias, e que produzem fragmentação das mesmas, ao invés de buscar soluções para que as famílias e seus membros possam ter de fato restituídos os seus vínculos.

2.3) A Assistência Social no contexto do Município de Ponta Grossa-PR

A presente pesquisa foi realizada no município de Ponta Grossa, localizado na região central do Estado do Paraná, o qual possui atualmente 306.351 habitantes (IPARDES, 2010), portanto, de acordo com a classificação da Política Nacional de Assistência Social (2004) é considerado um município de grande porte (com população entre 101.001 a 900.000 habitantes).

Concernente à Assistência Social Municipal¹³, desde a promulgação da LOAS em 1993 “os profissionais atuantes nesta área [...], empenharam-se em participar das discussões e no processo de implantação desta no Estado, transmitindo aos dirigentes municipais a necessidade do reordenamento da execução da assistência social no município”. (OLIVEIRA, 2004, p. 71)

Seguindo os preceitos estabelecidos pela LOAS, através da Lei Municipal 5.372 de 26 de dezembro de 1995, institui-se o Conselho Municipal de Assistência Social com o seu respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, desta forma a Secretaria Municipal de Ação Social passou a ter outra denominação: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, “dando início ao processo de reordenamento municipal na área da assistência social, a partir da nova concepção de política pública”. (OLIVEIRA, 2004, p.71)

Nesse contexto o município de Ponta Grossa passa a estar legalmente formalizado para desenvolver a assistência como política pública, visto que passa a contar com uma estrutura composta por órgão gestor exclusivo, conselho e fundo. (OLIVEIRA, 2004)

Atualmente o órgão gestor das ações socioassistenciais em Ponta Grossa é a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, a qual é responsável pelo planejamento, coordenação e execução de suas atividades.

Pode-se afirmar que o município está em fase de adaptação à nova Política Nacional de Assistência Social, de acordo com informações coletadas nas atas do

¹³ O foco desta pesquisa é abordar a Assistência Social em Ponta Grossa a partir do ano de 2005, para maiores informações sobre a história da Assistência Social no município consultar: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo de configuração da Assistência Social no Município de Ponta Grossa- Pr.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. PUC-SP: 1997 e OLIVEIRA, Maria Iolanda. **Rede de serviços socioassistenciais: possibilidades de operacionalização da Política de Assistência Social no Município de Ponta Grossa-PR.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. PUC-SP: 2004.

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no ano de 2005, seguindo preceitos estabelecidos na PNAS de 2004, Ponta Grossa iniciou suas ações com vistas à implantação do SUAS.

A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência Social. (BRASIL, 2005, p. 13)

Importante destacar que a CIT é responsável por negociar e pactuar “[...] sobre aspectos operacionais da gestão do atual Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, para isso, mantém contato permanente com as Comissões Intergestoras Bipartites – CIBs, para a troca de informações sobre o processo de descentralização”. (BRASIL, 2007, p.30)

Por sua vez, as CIBs dizem respeito às instâncias estaduais, as quais são responsáveis pelo diálogo entre os gestores, são compostas por representantes dos estados e dos municípios. Tais representantes apresentam às comissões as demandas de sua região, referentes à assistência social. As CIBs “[...] negociam e pactuam sobre aspectos da organização e gestão do Sistema Estadual de Assistência Social, observando as deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social, a legislação vigente e as orientações da CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)”. (BRASIL, 2007, p.30)

Ou seja, o CMAS juntamente com os demais órgãos de deliberações como as Conferências e as Comissões de Gestão compartilhada como a CIT e as CIBs configuram-se como espaço privilegiados onde são estabelecidas as decisões referentes às ações socioassistenciais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a decisão de implantação do SUAS e dos CRAS no município de Ponta Grossa corresponde a um processo que foi fruto de uma ampla discussão entre essas instâncias de pactuação e também de participação.

Conforme informações contidas na ata de nº 126 do CMAS, a reunião ordinária realizada pelo CMAS em 28 de junho de 2005 teve como um de seus objetivos a aprovação do Projeto de Implantação do CRAS, unidade Santa Luzia,

pois até o ano de 2006 o SUAS deveria estar devidamente organizado e implantado no município e para tanto, o critério que o governo federal instituiu aos municípios era a implantação do CRAS.

Nesta reunião ordinária do CMAS, também foi observado que a PNAS de 2004 estabelecia que a cada 1000 famílias que se encontrassem abaixo da linha de pobreza seria necessário a criação de um CRAS, no caso de Ponta Grossa, no ano de 2005, o município possuía 12.000 famílias abaixo da linha de pobreza, ou seja, haveria a necessidade de implantação de no mínimo 10 CRAS.

Outro ponto ressaltado nesta reunião foram os critérios que seriam estabelecidos para a escolha dos bairros onde seriam implantados os CRAS, desta forma procurou-se observar os seguintes critérios: dificuldade de acesso da população local em dirigir-se ao centro da cidade e o número de pessoas carentes existentes no bairro.

Nesse momento de organização de implantação do CRAS, considerou-se o bairro da Santa Luzia apto para ser o primeiro a possuir uma unidade do CRAS, também nesta reunião foi dada ênfase à agilidade do processo de criação dos CRAS, tendo em vista que se o município assim não procedesse, o mesmo teria suspenso o repasse de recursos para o financiamento de algumas ações socioassistenciais.

Sobre essa condição, sabe-se que uma das diretrizes para a gestão da política de assistência é a descentralização, onde “a descentralização entendida para além de um ato administrativo, consiste numa efetiva partilha do poder entre o Estado e as coletividades locais”. (SPOSATI e FALCÃO 1990, p. 16)

Ante o exposto, não podemos deixar de observar a ambiguidade que perpassa essa diretriz, tendo em vista que “os órgãos administrativos centrais não podem, por si mesmos, assegurar o cumprimento das tarefas administrativas em cada ponto do território. É necessário que existam estruturas locais condizentes com a ação a ser empreendida”. (SPOSATI e FALCÃO 1990, p. 16). Dada a impossibilidade do governo federal executar as ações locais da assistência social, a descentralização pressupõe que será dada autonomia ao município para organizar suas ações. No entanto, muitas vezes o governo federal utiliza como estratégias de implantação de seus programas uma atitude que ao invés de legitimar a ideia de descentralização acaba por ofuscar a mesma quando impõe certas regras que não

possibilita aos gestores municipais a incorporação da nova lógica de suas políticas, no caso, da PNAS de 2004.

Através das informações contidas na ata nº 126 do CMAS de Ponta Grossa, percebemos que os trabalhadores da área se mobilizaram desenvolvendo projetos para se adequarem às novas normas da assistência, sem, no entanto, ter uma estrutura coerente para que esses projetos fossem implementados.

As estruturas locais, por sua vez, reclamam autonomia, já que são pressionadas para ter resolutividade e construir respostas compatíveis às diversidades e demandas da sua área de abrangência territorial. A este movimento de autonomia corresponde a descentralização. (SPOSATI e FALCÃO 1990, p. 16)

Preconiza-se a descentralização como diretriz ao município, mas ao mesmo tempo o mesmo é pressionado para construção de respostas imediatas, respostas essas que muitas vezes não são respaldadas por um diagnóstico mais preciso da realidade local, e nessas circunstâncias as ações acabam sendo esvaziadas do seu objetivo principal e perdendo seu poder de produzir resultados mais satisfatórios.

Dando continuidade na descrição do contexto municipal de organização e implantação do SUAS em Ponta Grossa, no mês de agosto de 2005, foi realizada uma reunião extraordinária do CMAS, onde um dos objetivos da mesma foi apresentar e aprovar o Projeto de adequação dos CRAS no município. O referido Projeto consistia na criação de 04 unidades do CRAS com sua instalação imediata nos seguintes bairros: 26 de Outubro, Nova Rússia, Dom Bosco e Santa Luzia. Nesta reunião também foi apresentada a solicitação que seria enviada ao governo federal sobre a habilitação do município na modalidade da Gestão Plena de Assistência Social, cujos critérios estabelecidos para tanto foram criados pela Comissão Intergestora Bipartite – CIB.

A NOB-SUAS sinaliza para 04 tipos de gestão do SUAS: municipal, do Distrito Federal, Estadual e da União. No que concerne ao âmbito municipal há a possibilidade de três níveis de gestão: inicial, básica e plena, como já citado anteriormente.

A Gestão Plena, modalidade em que o Município de Ponta Grossa se inscreve, refere-se ao nível onde:

O município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS. (BRASIL, 2005, p. 101)

Conforme estabelece a NOB-SUAS (BRASIL, 2005), cabe ao gestor municipal, quando este assume o encargo de organizar a proteção básica e especial, prevenir e proteger as situações de risco e de violação de direitos que incidem sobre as famílias do município. Para tanto, devem ser ofertados projetos, programas e serviços¹⁴ que tenham finalidade de atingir tais objetivos.

Para Ponta Grossa, estar inscrita na modalidade de Gestão Plena da Assistência Social, implica em que o gestor municipal deve buscar estratégias efetivas no que concerne a desenvolver uma rede social que seja capaz de atender a todas as demandas desta área, de modo que o usuário dos serviços socioassistenciais tenha a possibilidade de ter os seus direitos sociais atendidos com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia. (BRASIL, 2005)

No que tange aos CRAS, outro requisito básico para um município estar habilitado na Gestão Plena é a implantação dos mesmos “de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado” (BRASIL, 2005, p. 102), no caso de Ponta Grossa, município de grande porte, o mínimo deveria ser a instalação de 04 CRAS, “cada um para até 5.000 famílias referenciadas”. (BRASIL, 2005, p. 102)

Tais requisitos a serem observados para habilitação na Gestão Plena da Assistência Social devem privilegiar o desenvolvimento de ações que tenham como norte o atendimento das demandas socioassistenciais numa perspectiva cidadã e também de protagonismo dos usuários. Pois, como aponta a NOB-RH (2005), são

¹⁴ A PNAS de 2004 e a LOAS estabelecem que os Projetos “[...] caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas”. Os programas referem-se a “[...] ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas” e os serviços são “atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade”. (BRASIL, 2005, p.94)

ações que devem incentivar o protagonismo e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2005)

A SMAS através do Plano Municipal de Assistência Social define as ações da política de assistência, bem como as prioridades instituídas a cada ano e a cada governo, a aprovação do referido plano fica por conta do CMAS.

A estrutura do Plano deve ser composta por: objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridade; as ações e estratégias que correspondam à implementação do Plano; metas estabelecidas; os resultados esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução. (BRASIL, 2005)

Ou seja, no Plano devem estar explícitos todos os requisitos que se fizerem necessário para a implantação das ações socioassistenciais municipais.

De acordo com a NOB-SUAS:

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo. (BRASIL, 2005, p. 119).

A seguir expomos alguns dados sócioeconômicos, os quais se encontram no Plano Municipal de Assistência Social de 2010 (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010), tais dados nos dão um diagnóstico preliminar da situação das famílias que se encontram em situação de pobreza no município. Ressaltamos que para uma melhor visualização de tais dados optamos por apresentá-los no quadro que se encontra a seguir.

Diagnóstico sócio-econômico do Município de Ponta Grossa¹⁵

Taxa de crescimento populacional	1,90
Taxa de pobreza	18,55%
Total de famílias em situação de pobreza	15.075
Índice de desenvolvimento humano – IDH – M	0,804
Índice de desenvolvimento da família – IDF/2007	0,59
Taxa de mortalidade	16,86% até 01 ano e 19,55% até 05 anos
Taxa de natalidade	16,21 %
Número de assentamentos ou acampamentos rurais	02
Número de ocupações irregulares urbanas	122
Número de pessoas em situação de rua	1337
Média de pessoas em situação de desemprego	27.334
Taxa de analfabetismo	5,7%

Quadro 02: Diagnóstico sócio-econômico do Município de Ponta Grossa

FONTE: Secretaria Municipal de Assistência Social – Plano Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa – 2010. Adaptado pela autora.

No ano de 2005, Ponta Grossa possuía 12.000 famílias em situação de pobreza, atualmente esse número subiu para 15.075. No que concerne à demanda para a assistência social podemos afirmar que a mesma teve um acréscimo de cerca de vinte e cinco por cento (25%), tendo em vista que são essas famílias que irão compor o público usuário dos serviços sociais municipais, conseqüentemente, tais famílias buscarão atendimentos de suas necessidades nos CRAS do município.

Perceber esse aumento da população que vive em situação de pobreza remete à observação realizada pelo CMAS em sua ata nº 126, quando foi apontado que no município deveriam existir no mínimo 10 CRAS, devido à característica de pobreza apresentada por seus habitantes. Ou seja, em Ponta Grossa, a demanda de atendimento aos CRAS é maior do que a oferta. Mais adiante iremos perceber como tal situação influencia na estrutura de trabalho dos profissionais dos CRAS e como

¹⁵ Os dados do Plano Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa são fundamentados no Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

fragiliza o trabalho realizado com as famílias inseridas dentro do território de abrangência destes CRAS.

De acordo com o atual Plano Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010), os dados que são regularmente utilizados para proceder a análise da situação de risco e vulnerabilidade social no município são: dados do CADÚNICO, dados estatísticos do IBGE, dados de descumprimento de condicionalidades da Educação e da Saúde no Programa Bolsa Família, dados da Política de Saúde, dados da Política de Educação, dados Estaduais disponíveis, dados da Rede SUAS, dados dos atendimentos dos CRAS, dados dos atendimentos do CREAS/unidades vinculadas, dados da vara da infância e da juventude, dados dos Conselhos Tutelares e dados relativos ao número de pessoas abrigadas no município.

Segundo o Plano Municipal de Assistência de Ponta Grossa de 2010 (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010), é com base nestes dados acima relacionados que pode ser realizado um diagnóstico com a finalidade de identificar as vulnerabilidades sociais de Ponta Grossa.

As principais situações de vulnerabilidades apresentadas pelo município são: trabalho informal e/ou de baixa remuneração; desemprego; falta de acesso aos serviços públicos; fragilidade em decorrência da pobreza; falta e/ou baixa qualificação profissional; falta de acesso ao saneamento básico e à iluminação pública; drogadição; evasão escolar de crianças e adolescentes; famílias sem provisão de alimentos, materiais e moradia; domicílios em áreas irregulares; falta de documentação pessoal; famílias com pessoas em regime de detenção ou reinserção familiar; conflitos familiares. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010)

Por sua vez, as situações de risco se caracterizam por: uso de substâncias psicoativas; uso abusivo de álcool; abuso sexual; violação de direitos dos idosos; famílias com situação de negligência e/ou violência; trabalho infantil; tráfico de drogas; cumprimento de medidas sócioeducativas; famílias e indivíduos em situação de rua; violências físicas, sexuais e psicológicas; abandono; detenção do chefe da família, evasão escolar; facções e gangues de adolescentes; prostituição infantojuvenil; famílias com profissionais do sexo; violência urbana; mendicância. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010)

Esses dados reforçam a necessidade de efetivação de um trabalho bem organizado na área da assistência social no município, revelam ainda, os desafios com que se deparam os profissionais que trabalham nesta área, tendo em vista a complexidade dos problemas apresentados. Essa situação exige o ordenamento de uma rede socioassistencial que também será mais complexa e diversificada.

Para atendimento dessas problemáticas, as ações realizadas pela SMAS no Município estão subdivididas em¹⁶: Gerência de Proteção Social Básica, Gerência de Proteção Social Especial, Gerência Técnica da Política Municipal de Assistência Social, Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social, Gerência Administrativa, Departamento de Manutenção do CAS, Fundação Municipal Proamor e Ação Social, Coordenadoria do Selo Social, Comitê Avaliativo, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher de Ponta Grossa, Conselho Municipal do Programa Bolsa Família e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Todas as gerências, departamentos e diretoria citadas são responsáveis por desenvolver programas e projetos que formam a política de assistência social municipal, estas ações devem seguir os pressupostos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na LOAS de 1993 e no SUAS.

A Gerência de Proteção Social Básica possui três divisões: Divisão de Gestão de Benefícios responsável pela administração do CADÚNICO, Bolsa Família, BPC e Benefícios eventuais; Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica a qual coordena os CRAS locais e Divisão de Apoio Sócioeducativo.

A Divisão de Coordenação de Proteção Social Básica localiza-se no Centro de Ação Social, sua equipe é composta por: 01 Diretora da Gerência de Proteção Social Básica, 02 Assistentes Sociais da Coordenação de Proteção Social Básica, 01 Auxiliar Administrativo, 05 estagiários e 01 Motorista.

A Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica coordena as 05¹⁷ unidades dos CRAS inseridas no Município de Ponta Grossa, as quais serão apresentados a seguir.

¹⁶ Para apresentar os dados referentes aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social foram realizadas visitas in loco e através desta coletou-se os dados apresentados nesta pesquisa. O organograma referente à SMAS encontra-se em anexo a esta pesquisa.

¹⁷ No início de nossa pesquisa, Ponta Grossa possuía apenas 04 CRAS, no entanto em maio de 2010 mais uma unidade do CRAS foi implantada no Jardim Paraíso, somando um total de 05 CRAS, contudo como no período

Ressaltamos que conforme os princípios estabelecidos na PNAS de 2004, o CRAS como uma unidade pública estatal de base territorial, localiza-se em áreas de vulnerabilidade social, deve abranger um total de até 1.000 famílias/ano, e como visto anteriormente, pelo porte do município de Ponta Grossa, o mesmo deve possuir no mínimo 04 CRAS. (BRASIL, 2004)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) os serviços de Proteção Social Básica, os quais devem ser ofertados necessariamente nos CRAS são: PAIF (trabalho social realizado com as famílias); Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (atendimento realizado através dos grupos), nesse serviço está indicada a realização dos trabalhos em grupos pertencentes a várias faixas etárias, como crianças até 06 anos, crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, adultos e também para idosos e Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos (trabalho realizado através de visitas domiciliares).

Assim sendo, na sequência quando apresentarmos as unidades dos CRAS do município de Ponta Grossa e os respectivos trabalhos realizados nestas unidades ressaltamos que, embora alguns grupos possuam denominações diferentes em cada CRAS, ainda assim, tais grupos e trabalhos realizados seguem as diretrizes estabelecidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, ou seja, as ações executadas nos CRAS não são elaboradas a partir da coordenação de cada unidade, mas seguem pressupostos estabelecidos pela PNAS.

Conforme informações prestadas pelas Coordenadoras dos CRAS, as famílias atendidas nas 05 unidades são de baixa renda, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade social, oriundas do CADÚNICO, a fim de serem inseridas no Programa Bolsa família, ou seja, as famílias atendidas seguem os preceitos estabelecidos na PNAS de 2004.

Sinalizamos que todas as unidades dos CRAS cumprem o mesmo horário de atendimento, de segunda à sexta-feira, das 08 da manhã às 17 horas.

CRAS SANTA LUZIA¹⁸ – foi implantado no segundo semestre do ano de 2007. Inicialmente o mesmo realizava suas atividades no mesmo espaço físico que o CRAS de Nova Rússia nas dependências da Fundação Municipal de Promoção ao Idoso – FAPI, este localiza-se na Praça Getúlio Vargas, no Bairro de Nova Rússia.

Em 2008 a instituição foi transferida para o bairro da Santa Luzia no endereço Avenida Congonhas, local em que permaneceu até setembro do mesmo ano, pois na sequência o CRAS Santa Luzia passa a atender no mesmo prédio do Centro de Convivência do Idoso do Bairro Santa Luzia, também situado na Avenida Congonhas.

A equipe do CRAS Santa Luzia tem a seguinte composição: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 01 Pedagoga, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Auxiliar de limpeza, 01 Merendeira, 01 Motorista, 02 Orientadores Sociais do PROJOVEM Adolescente, 01 Orientador Profissional do PROJOVEM Adolescente, 03 estagiários de Serviço Social e 06 estagiários do PROJOVEM Adolescente.

O CRAS Santa Luzia é responsável por um território que atende 50 vilas, as quais se encontram na zona urbana e também zona rural, atualmente, dentro deste território de abrangência, 1.200 famílias estão referenciadas.

A média de atendimento mensal realizado na unidade é de 450 atendimentos, como já visto anteriormente, quando mencionamos sobre os trabalhos que a PNAS 2004 estabelece para serem desenvolvidos nos CRAS, a unidade Santa Luzia realiza atendimentos individuais com vistas a atender a necessidade de cada usuário, encaminhamentos e também realiza trabalhos em grupo, tais como:

Grupos de Geração de Renda: busca fomentar novas fontes de geração de renda incentivando os participantes a independência financeira. No total são três grupos de geração de renda, onde participam cerca de 60 pessoas.

Grupo de idosos: são realizadas atividades sócioeducativas que têm como alvo trabalhar temas relacionados: a convivência familiar e comunitária com caráter preventivo, proativo e protetivo e qualidade de vida. Neste grupo participam, atualmente, 20 idosos.

¹⁸ As informações referentes ao CRAS Santa Luzia, CRAS 26 de Outubro, CRAS Nova Rússia, CRAS Cará-Cará e CRAS Jardim Paraíso foram obtidas através de documentos que encontram-se no referida unidade e também através de informações prestadas pelos profissionais que atuam nessas unidades.

Grupo de acompanhamento familiar: trabalho sócioeducativo com famílias oriundas do Programa Bolsa Família. São realizadas palestras voltadas à promoção e emancipação social. Neste grupo participam, atualmente, 40 pessoas.

Grupo de meninos e meninas: atendimento a crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária dos 10 aos 14 anos de idade, com atividades voltadas para esporte, cultura e lazer. Neste grupo participam, atualmente, 20 crianças e adolescentes.

Grupo de ludoterapia: atendimento a crianças que se encontram na faixa etária de 05 a 09 anos de idade, realizado pela Psicologia quinzenalmente, das 8:30 às 11:00 da manhã. É realizado um trabalho de observação e acompanhamento na brinquedoteca com atividades direcionadas. Neste grupo participam, atualmente, 10 crianças.

Grupo de economia solidária: este grupo tem como objetivo incentivar os usuários atendidos no CRAS a serem empreendedores dentro da ótica da economia solidária buscando recursos e apoios para cursos de capacitação a fim de buscar desenvolvimento econômico e solidário para as famílias mais excluídas dessa zona. Neste grupo participam, atualmente, 20 pessoas.

A unidade conta com a parceria de dois Projetos de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, um que trabalha com 02 comunidades fomentando a discussão sobre participação popular e outro Projeto que trabalha a questão da reciclagem, associativismo e cooperativismo com os moradores do território.

A unidade CRAS Santa Luzia desenvolve as atividades do Programa PROJOVEM Adolescente, tal programa atende adolescentes que se encontram na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, desenvolve ações sócioeducativas com vistas a incentivar o protagonismo juvenil. Os trabalhos em grupos são denominados Coletivos, estes são realizados semanalmente nas escolas e também nas igrejas que se encontram inseridas no território do CRAS. Atualmente são desenvolvidos 08 coletivos: 02 na Vila da Santa Luzia, 01 na Vila Borato, 01 na Vila Sabará, 01 na Vila Dalabona, 01 na Vila Santa Terezinha e 01 no bairro Santa Paula.

CRAS 26 DE OUTUBRO – foi implantado em 2007, usando o espaço físico do Centro de Ação Social, mas em abril de 2009 o mesmo foi transferido para a Rua do Rosário, a qual está localizada na região central de Ponta Grossa e em julho do

mesmo ano a unidade foi novamente transferida para a Vila Mariana, região de Uvaranas.

A equipe do CRAS 26 de Outubro tem a seguinte composição: 02 Assistentes Sociais, 01 Pedagoga, 01 Assistente Administrativo, 01 Auxiliar de limpeza, 01 Motorista, 01 Orientador Social do PROJOVEM Adolescente, 01 Orientador Profissional do PROJOVEM Adolescente, 02 estagiários de Serviço Social, 04 estagiários de Educação Física, 01 estagiário de Psicologia¹⁹, 01 estagiário de pedagogia e 01 estagiário de história.

O CRAS 26 de Outubro é responsável por um território que atende 91 vilas, as quais se encontram na zona urbana e também zona rural, atualmente, dentro deste território de abrangência estão referenciadas 987 famílias.

A média de atendimento mensal realizado na unidade é de 237 atendimentos. A unidade realiza atendimentos individuais com vistas a atender a necessidade de cada usuário, encaminhamentos e também realiza trabalhos em grupo, tais como:

Grupos de Geração de Renda: busca fomentar novas fontes de geração de renda incentivando os participantes a independência financeira. Este grupo conta com a participação de 10 pessoas.

Grupo de idosos: são realizadas atividades sócioeducativas que têm como alvo trabalhar temas relacionados: a convivência familiar e comunitária com caráter preventivo, proativo e protetivo e qualidade de vida. Neste grupo participam 26 idosos.

Grupo de acompanhamento familiar: trabalho sócioeducativo com famílias oriundas do Programa Bolsa Família. São realizadas palestras voltadas à promoção e emancipação social. São dois grupos onde participam, no total, cerca de 25 famílias.

Grupo de meninos e meninas: atendimento a crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária dos 03 aos 12 anos de idade, com atividades voltadas para esporte, cultura e lazer. Este grupo contém atualmente 10 participantes.

A unidade CRAS 26 de Outubro desenvolve as atividades do Programa PROJOVEM Adolescente, tal programa atende adolescentes que se encontram na

¹⁹ Anteriormente este CRAS contava com a presença de uma Psicóloga, mas a mesma atualmente está atendendo apenas no CRAS Cará-Cará e paralelamente supervisiona o estágio da acadêmica de psicologia do CRAS 26 de Outubro.

faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade. Desenvolve ações sócioeducativas com vistas a incentivar o protagonismo juvenil. Os trabalhos em grupos são denominados Coletivos. Estes são realizados semanalmente nas escolas e também nas igrejas que se encontram inseridas no território do CRAS. Atualmente são desenvolvidos 09 coletivos: 01 na Vila Pitangui, 02 no Jardim Paraíso, 02 na Vila Santa Mônica, 02 no Pensionato Rainha da Paz situado na região de Uvaranas e 02 na Vila Sant'Ana.

CRAS Nova Rússia – implantado no segundo semestre do ano de 2007, inicialmente o mesmo também realizava suas atividades nas dependências da Fundação Municipal de Promoção ao Idoso – FAPI, este localiza-se na Praça Getúlio Vargas no Bairro de Nova Rússia.

Em 2008 a instituição foi transferida para outro local, situado no Bairro da Nova Rússia, local em que permaneceu até dezembro de 2009, pois na sequência a unidade é novamente transferida para outro prédio situado na Rua General Rondon, s/nº, localizado nos fundos do Terminal de Ônibus do Bairro de Nova Rússia.

A equipe do CRAS Nova Rússia tem a seguinte composição: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 01 Pedagoga, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Auxiliar de limpeza, 01 Motorista, 03 Orientadores Sociais do PROJOVEM Adolescente, 01 Orientador Profissional do PROJOVEM Adolescente, 02 facilitadores de Oficina também do PROJOVEM Adolescente, 03 estagiários de Educação Física, 01 estagiário de Pedagogia e 01 estagiário de Psicologia, estes estagiários compõem a equipe do PROJOVEM Adolescente.

O CRAS Nova Rússia é responsável por um território que atende 32 vilas, as quais se encontram na zona urbana e estão sendo atendidas atualmente 1.000 famílias referenciadas.

A média de atendimento mensal realizado na unidade é de 180 atendimentos. A unidade realiza atendimentos individuais com vistas a atender a necessidade de cada usuário, encaminhamentos e também realiza trabalhos em grupo, tais como:

Grupos de Geração de Renda: busca fomentar novas fontes de geração de renda incentivando os participantes a independência financeira. Este grupo conta com a participação de 12 pessoas.

Grupo de idosos: neste grupo participam cerca de 30 idosos, onde é desenvolvido um trabalho a partir de duas modalidades: há um grupo de convivência

com os idosos onde o trabalho é realizado na própria comunidade e há outro grupo onde é realizado um atendimento terapêutico com os idosos nas dependências do CRAS.

Grupo de Mulheres: realiza um acompanhamento familiar através de trabalho sócioeducativo com famílias oriundas do Programa Bolsa Família. São realizadas palestras voltadas à promoção e emancipação social. Este grupo conta com a participação de 25 mulheres.

Grupo de ludoterapia: este grupo conta com 10 participantes, onde é realizado um atendimento a crianças que se encontram na faixa etária de 05 a 09 anos de idade, realizado pela Psicologia.

A unidade CRAS Nova Rússia desenvolve as atividades do Programa PROJOVEM Adolescente, tal programa atende adolescentes que se encontram na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, desenvolve ações sócioeducativas com vistas a incentivar o protagonismo juvenil. Os trabalhos em grupos são denominados Coletivos, estes são realizados semanalmente nas escolas e também nas igrejas que se encontram inseridas no território do CRAS. Atualmente são desenvolvidos 06 coletivos: 01 no Jardim Atlanta, 01 na Vila Hilgemberg, 01 no Jardim Maracanã, 01 no Parque Nossa Senhora das Graças, 01 na Vila Izabel e 01 na Vila Cristina.

CRAS CARÁ-CARÁ – suas atividades iniciaram-se no dia 13 de março de 2006 no bairro do Cará- Cará, na região de Oficinas, local em que a unidade permaneceu até abril de 2009, momento em que a mesma é transferida para a Rua Aldo Vergani, nº 877 no Bairro Jardim Europa, também situado na região de Oficinas.

A equipe do CRAS Cará-Cará tem a seguinte composição: 02 Assistentes Sociais, sendo que uma delas é a coordenadora da unidade, 01 Psicóloga, 01 Pedagoga, 01 Auxiliar Administrativo, 01 Auxiliar de limpeza, 01 Motorista, 01 serviços gerais, 03 Orientadores Sociais do PROJOVEM Adolescente, 01 Orientador Profissional do PROJOVEM, 06 estagiários de Educação Física, 01 estagiário de Pedagogia e 01 estagiário de Psicologia, estes estagiários compõem a equipe do PROJOVEM Adolescente.

O CRAS Cará-Cará é responsável por um território que atende 50 vilas, as quais se encontram na zona urbana e zona rural e estão sendo atendidas atualmente 1.000 famílias referenciadas.

De acordo com informações prestadas pela Coordenadora da Unidade, no mês de agosto de 2010 foram realizados 723 atendimentos entre individuais e grupais. São realizados nas dependências do CRAS 04 grupos por semana, com aproximadamente 15 a 20 participantes por grupo e um grupo quinzenal realizado em espaço cedido onde participam aproximadamente 60 pessoas por encontro. Os grupos realizados no CRAS Cará-Cará são:

Grupo de Acolhida: realiza um acompanhamento familiar através de trabalho sócioeducativo com famílias oriundas do Programa Bolsa Família. São realizadas palestras voltadas à promoção e emancipação social.

Grupos de Descontração: atendimento a crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária dos 03 aos 12 anos de idade, com atividades voltadas para esporte, cultura e lazer.

Grupos de Convivência Familiar: são realizadas atividades sócioeducativas que têm como alvo trabalhar temas relacionados: a convivência familiar e comunitária com caráter preventivo, proativo e protetivo e qualidade de vida.

Grupos de Desenvolvimento Familiar: busca fomentar novas fontes de geração de renda incentivando os participantes a independência financeira.

A unidade CRAS Cará-Cará desenvolve as atividades do Programa PROJOVEM Adolescente, tal programa atende adolescentes que se encontram na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade. Desenvolve ações sócioeducativas com vistas a incentivar o protagonismo juvenil. Os trabalhos em grupos são denominados Coletivos, estes são realizados semanalmente nas escolas e também nas igrejas que se encontram inseridas no território do CRAS. Atualmente são desenvolvidos 07 coletivos: 02 em Guaragi, 01 no bairro Santa Marta, 01 no bairro Ouro Verde, 01 no bairro Santa Maria e 02 no bairro Maria Otília.

Além de realizar as atividades em grupos, a unidade também desenvolve um trabalho de apoio às instituições de Ensino, Saúde e Associativas.

CRAS JARDIM PARAÍSO: implantado no município em junho de 2010, situado na Rua Largo Deputado Edimar Luiz Costa, s/nº, no Bairro Jardim Paraíso.

A equipe do CRAS Jardim Paraíso tem a seguinte composição: 04 Assistentes Sociais, sendo que uma delas é a coordenadora da unidade, 01

Pedagoga, 02 Auxiliar Administrativo, 02 zeladoras, 01 Motorista, 02 Estagiários, 03 Instrutores Voluntários e Orientadores Sociais do PROJOVEM Adolescente.

O CRAS Cará-Cará é responsável por um território que atende 52 vilas, sendo 01, o Distrito de Itaiacoca. A área abrange metade do bairro de Uvaranas.

A média de atendimento mensal que a unidade realiza está em torno de 320 atendimentos/mês, onde 200 são das oficinas e 120 de atendimentos e orientações técnicas. Os grupos realizados no CRAS Jardim Paraíso são:

Acompanhamento Familiar: são realizadas atividades sócioeducativas, as quais têm como alvo trabalhar temas relacionados: a convivência familiar e comunitária com caráter preventivo, proativo e protetivo e qualidade de vida, neste grupo participam 14 famílias.

Grupo de Convivência de Idosos: são realizadas atividades sócioeducativas que têm como alvo trabalhar temas relacionados: a convivência familiar e comunitária com caráter preventivo, proativo e protetivo e qualidade de vida. Os idosos são inseridos neste grupo de acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais. Atualmente 04 idosos participam deste grupo. Na modalidade de Grupo de Idosos há um que é realizado em parceria com a Unidade Básica de Saúde do Bairro onde em média participam 50 idosos e outro Grupo de idosos que é realizado em parceria com um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, neste grupo participam 05 idosos.

Oficinas de Geração de Renda: busca fomentar novas fontes de geração de renda incentivando os participantes a independência financeira, conta com a participação de 16 pessoas.

Oficinas de Informática Básica: os 35 alunos participantes desta oficina são do PROJOVEM Adolescente.

Oficinas de hardware: os 20 alunos que participam desta oficina também são do PROJOVEM Adolescente.

A unidade CRAS Cará-Cará desenvolve as atividades do Programa PROJOVEM Adolescente. Tal programa atende adolescentes que encontram-se na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade. Desenvolve ações sócioeducativas com vistas a incentivar o protagonismo juvenil. Os trabalhos em grupos são denominados Coletivos, estes são realizados semanalmente nas escolas e também nas igrejas que se encontram inseridas no território do CRAS. Atualmente são 05 coletivos que estão sob a supervisão da Unidade do CRAS Jardim Paraíso.

Além dessas atividades, o CRAS Jardim Paraíso estabeleceu parceria para ofertar cursos fora da Unidade do CRAS, como o curso de Marcenaria e de Aperfeiçoamento em Serviços Domésticos.

Ponta Grossa, atualmente, dispõe de 05 CRAS, esses por sua vez, foram implantados há pouco tempo no município, tendo em vista a recente configuração do SUAS. Em sendo recente, percebemos que há toda uma dinâmica de trabalho sendo realizada no município, dinâmica essa que visa adequar a assistência social local aos preceitos estabelecidos tanto na LOAS de 1993 como na PNAS de 2004 e demais resoluções que normatizam as ações do SUAS.

"Nós estamos inseridos dentro de uma comunidade, [...] para a comunidade o que é o CRAS ainda é muito estranho, eles estão aprendendo, o trabalho do CRAS é muito recente. Nós mudamos para cá há pouco tempo e a perspectiva é trabalhar com palestras informativas, com parcerias com outras instituições que estão dentro da nossa comunidade". (Assistente Social 06)

Mesmo que o município esteja imprimindo esforços para se adequar à nova lógica de assistência social, percebemos que ainda há alguns desafios a serem superados, como por exemplo, a questão da descentralização. Este tema requer atenção por dois motivos: primeiro, porque a descentralização implica na autonomia do município em desenvolver suas ações pautadas nas necessidades percebidas pela população local e segundo porque a descentralização pode ser interpretada por muitos gestores locais como uma "prefeiturização" das ações da assistência. (SPOSATI e FALCÃO, 1990)

Devido a esses dois aspectos permearem o tema da descentralização, o governo federal, para evitar a "prefeiturização" quando desenvolve as políticas sociais trata a descentralização de forma "dirigida", ou seja, é dada autonomia aos municípios até certo ponto, o que gera certos impasses na execução das ações locais, visto que, como as decisões vêm de cima para baixo, muitas vezes, no território do CRAS, por exemplo, os profissionais executam as ações sem o devido entendimento do porquê das mesmas e até com um descompasso entre a necessidade que a realidade apresenta e as ações que são oferecidas pelo CRAS.

"A descentralização supõe sempre uma comunidade de interesses entre os habitantes de uma fração geograficamente determinada do território nacional,

comunidade que se traduz pela presença de ações e interesses locais distintos das prioridades nacionais”. (SPOSATI e FALCÃO 1990, p. 17)

As autoras mencionam que no processo de descentralização, deve ser privilegiado o desenvolvimento de ações que vão ao encontro dos interesses locais, isso não significa que não seja importante que o governo federal estabeleça prioridades a serem atingidas através das políticas, mas há a necessidade de se considerar “que a diferenciação social no Brasil exige a construção de padrões alternativos e não de um padrão ideal homogêneo”. (SPOSATI e FALCÃO 1990, p. 16)

Sobre a ameaça de a descentralização converter-se em prefeiturização, Sposati e Falcão (1990, p. 20) sinalizam que:

Prefeiturização significaria a incorporação e a gestão, pela prefeitura, dos recursos institucionais federais e estaduais instalados no município. Seria, pois, a “descentralização” atrelada ideologicamente aos interesses centrais, em detrimento dos locais. Em outras palavras, atreladas aos ditames do fisiologismo político ou da instância burocrática.

As autoras mencionam que como as relações sociais no Brasil, em muitas ocasiões manifestaram traços de coronelismo local, a descentralização ainda é muito confundida com a prefeiturização, ou seja, quando um governo local trata de forma privatista assuntos que são de interesses coletivos, nesse sentido há um reforço ao assistencialismo e à relação de favor.

Diante desse desafio, por mais que a descentralização traga consigo a qualidade do desenvolvimento da autonomia local, não podemos ignorar que ela traz contradições, as quais devem ser enfrentadas partindo do pressuposto de que em se tratando de políticas sociais, as mesmas sempre são desenvolvidas com vistas a atingir o bem-estar de uma comunidade local e consequentemente da coletividade e não de um grupo em específico.

“Na verdade a proposta do NOB, principalmente do SUAS, é a materialização dos direitos. Você trabalha dentro de um limite, dentro de uma faixa, não é fácil você trabalhar, você acaba trabalhando o entorno, é mais fácil para as famílias virem até aqui”. (Assistente Social 01)

O depoimento acima elucida outro desafio que emerge nas ações socioassistenciais locais. Trata-se da área de abrangência dos CRAS, tendo em

vista que tal área é extensa, ou seja, existe uma demanda muito grande e como consequência, o atendimento fica restrito mais para as famílias que moram em torno da unidade. Já aquelas famílias que moram mais longe, muitas vezes acabam não acessando os serviços socioassistenciais via CRAS, em decorrência disso, para muitas pessoas, o trabalho do CRAS ainda pode parecer algo estranho a algumas pessoas, pois as mesmas sequer sabem do que se trata.

"Eu penso que o CRAS ele vem para fazer essa diferença no atendimento, de estar ali na comunidade e criar um vínculo com eles. E tentar mostrar de outra forma outros caminhos que não seja "Ah, mas por que mais um filho?". E tem sido feito esse trabalho interdisciplinar. Aqui no CRAS a única coisa que está faltando, porque até pouco tempo atrás eu estava sozinha, é um trabalho com grupos de convivência. Esse ano devido à falta de profissionais técnicos (a equipe só começou a ficar completa a partir do mês de junho de 2009) o papel do CRAS ficou prejudicado e não pudemos iniciar nada nesse sentido". (Assistente Social 02).

Na sequência desta pesquisa abordaremos a respeito da questão da fragilização do trabalho da equipe profissional do CRAS, assunto que consideramos ser relevante, visto que como abordado em itens precedentes, a partir da década de 1990, com o neoliberalismo, não apenas as políticas sociais sofreram impactos com a lógica de minimizar a intervenção estatal, mas tal contexto incidiu diretamente nas relações do mundo do trabalho e consequentemente os trabalhadores que atuam na formulação e execução dessas políticas sociais também sentiram as influências do ideário neoliberal, com a precarização das condições de trabalho.

Por ora, importa destacar que essas condições de trabalho, impõem certos limites para o desenvolvimento do processo de empoderamento e protagonismo dos usuários da assistência, pois para que esse processo se efetive é necessário que se desenvolvam condições que sejam favoráveis para sua materialização.

A PNAS de 2004 em vários momentos aponta que os usuários são portadores de direitos, os quais têm suas potencialidades e que devem ser realizadas ações que estimulem o protagonismo dos mesmos.

Dessa forma, consideramos importante trabalhar conceitualmente com as categorias empoderamento e protagonismo, para que possamos visualizar quais são os limites e possibilidades destas.

CAPÍTULO 03

AS POSSIBILIDADES E AS CARACTERÍSTICAS ATRIBUÍDAS AO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

"O empoderamento na minha visão nada mais é do que você assegurar os direitos da assistência social e fazer com que os usuários da assistência participem dentro de todo esse contexto, que eles tenham esses direitos garantidos, é também procurar meios para isso, pois estar empoderado é efetivar uma ação não só com conhecimentos, mas também com ações instrumentalizadas". (Assistente Social 04)

"O empoderamento é você dizer: Não vou dar o peixe, mas vou ensinar a pessoa a pescar! Eu acredito que a proposta seja essa, só que existe uma questão cultural muito forte e para você fazer isso num grupo, precisa de uma pessoa vir de fora para dar uma capacitação". (Psicóloga 02)

O depoimento da Assistente Social 04 faz uma relação entre empoderamento e afirmação dos direitos socioassistenciais com ênfase para a participação dos usuários, esta, favorecida a partir de ações instrumentalizadas por parte dos profissionais que atuam nessa área.

Por sua vez, a Psicóloga 02, relaciona o empoderamento ao provérbio chinês sobre não dar o peixe, mas ensinar a pescar. A esse respeito, Pereira (2000) relaciona esse provérbio à situação aonde uma pessoa irá "ajudar" o pobre a se autoajudar, no entanto, a autora alerta que "[...] na falta de condições básicas para que as pessoas possam exercer a sua humanidade, deve-se prover sim o peixe, a vara de pesca e o ensinamento de como pescar, o que contraria o velho projeto chinês". (PEREIRA, 2000, p. 187)

Para Pereira (2000), em muitas ocasiões exigimos das pessoas que se encontram em situações precárias de vida que elas deem o melhor de si em troca do mínimo de recursos ou de proteção social.

A autora ainda complementa que:

[...] um indivíduo deixado livre para se auto-sustentar e gerir sua própria existência, sem ter as condições básicas suficientes para assim proceder, ver-se-á objetivamente incapacitado de satisfazer suas necessidades básicas, já que não poderá formular objetivos e estratégias nem pô-los em prática nas atividades que empreende". (PEREIRA, 2000, p. 184).

Para a autora há uma incoerência em desenvolver ações que visem que uma pessoa por si só tenha autonomia para gerir sua própria vida, quando na verdade nunca foi dada a ela condições para tanto, nessas circunstâncias, ressalta que essa pessoa se sentirá incapaz de formular objetivos, traçar metas de vida com melhores perspectivas.

"Numa sociedade marcada pela exclusão, as precárias condições de vida das classes subalternizadas estão carregadas de um patrimônio social e de relações sociais que, muitas vezes, vão cunhar e reiterar o lugar social do subalterno". (YAZBEK, 1996, p. 73)

Ao considerar o processo de empoderamento das classes subalternas é importante desenvolver ações que não reiterem o estigma da exclusão e subalternidade, mas sim privilegiem estratégias que favoreçam que as mesmas adquiram "possibilidades de superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas".(ROMANO e ANTUNES, 2010, p.18)

Desta forma, observamos que nos depoimentos das profissionais entrevistadas presenciamos o termo empoderamento sendo relacionado a situações distintas, nesse sentido podemos inferir que esta categoria pode receber diversos significados conforme a visão daquele que o emprega.

Quando no início do nosso trabalho apontamos a necessidade de desenvolver o processo de empoderamento das famílias atendidas nos CRAS, consideramos importante trazer neste capítulo algumas abordagens a respeito desta categoria e situar o leitor a respeito de que tipo de empoderamento avaliamos que seja possível ser desenvolvido com tais famílias.

3.1) Concepções acerca do empoderamento.

O empoderamento pode ser abordado a partir de perspectivas diferenciadas, que vão desde a uma simples ação de integração, assim como pode vincular-se a ações que privilegiem o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos. Romano e Antunes (2010) explicam que o uso do termo empoderamento não apenas virou “moda” no final dos anos 1990 no Brasil, mas também, infelizmente, muitos fizeram uso do mesmo para efetivar ações que eram desempoderadoras.

O empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado principalmente como um instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essência, o que antes faziam. Agora com um novo nome: empoderamento. Ou para controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas categorias e propostas inovadoras. (ROMANO e ANTUNES, 2010, p.10)

Os autores indicam que em muitas situações, as instituições governamentais ou não governamentais, usam o empoderamento para desenvolver ações que se dizem empoderadoras, mas, no entanto, são ações que têm como pressuposto o controle, visto que, as mudanças que deveriam ocorrer através desse processo são mudanças que já têm um limite pré-estabelecido, nesse sentido há espaço para a ocorrência do empoderamento, mas com uma intenção de exercício do controle da população e de legitimação do poder dessas instituições.

É nesse sentido que o empoderamento é considerado complexo, pois ao mesmo tempo em que ele é polissêmico (HOROCHOVSKI, 2009), muda de sentido conforme aquele que o adota, há também uma generalização do termo onde se considera empoderamento toda e qualquer ação sem que se verifique se de fato aquilo que se diz empoderamento está alterando as relações de poder daqueles que contavam com pouco poder.

“Eu acredito que o empoderamento seja as famílias, as pessoas como sujeitos se identificarem realmente como protagonistas das suas vidas, das suas histórias, eles mesmos terem a consciência do que eles podem e do que eles vão conseguir estar transformando na vida deles”. (Pedagoga 01)

O depoimento acima indica que o empoderamento pressupõe que os sujeitos se percebam enquanto protagonistas de suas histórias de vida num processo onde possam perceber que possuem capacidades de transformação.

Sobre esse aspecto, ressaltamos que no processo de empoderamento os sujeitos necessitam se perceber enquanto protagonistas, mas para que isso aconteça necessário se faz a ocorrência de uma alteração nas relações de poder. Para Freire (2005) em processos onde não há alterações das estruturas de poder não há a superação da relação opressor e oprimido, pois para este autor a pobreza, as situações de vulnerabilidade que vivenciam as famílias brasileiras são condições que desempoderam as mesmas, que as oprimem e lhes tiram a liberdade²⁰, visto que além de ser um atributo, o empoderamento pressupõe a liberdade.

"Eu acho que empoderamento está diretamente ligado ao protagonismo, essa questão de eles se sentirem parte desse contexto, dessa realidade e fazer alguma coisa por isso". (Assistente Social 01)

O protagonismo diz respeito ao processo de "permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história". (FREIRE, 1980, p. 39)

"A questão do empoderamento é similar à questão da promoção social". (Assistente Social 04)

Para Mota (1998, p. 59) "a filosofia da promoção social, na realidade, baseia-se no falso pressuposto da igualdade de oportunidades para os indivíduos e supõe que, abolido o comportamento acomodado, todos os problemas podem ser resolvidos". Desta forma, há que se ter cuidado com a utilização do termo promoção social relacionando-o com o empoderamento, visto que se ele for usado nesta perspectiva, o indivíduo passa a ser responsabilizado pela superação das problemáticas que enfrenta, quando se trata de uma questão mais ampla, que é a questão das oportunidades para todos. Não é um problema individual de carências, mas de um contexto maior de desigualdade social, onde o indivíduo passa por privações não porque é acomodado, mas sim porque como esclarece Marx (2002, p.

²⁰ Freire (2005) ao referir-se à liberdade, relaciona esta categoria com a situação em que o oprimido adquire liberdade quando o mesmo tem condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

48) “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado”.

“Possuir análise crítica e autonomia. Empoderamento não é ser livre de problemas, mas significa possuir autonomia para tentar resolvê-los”. (Psicóloga 01)

Autonomia para Horochovski (2009, p. 112) “se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras”. Para que um indivíduo adquira uma posição autônoma, há a necessidade de dar a ele condições de exercício de autonomia. Não se trata apenas de cobrar tal postura, mas de estabelecer condições favoráveis para tanto.

Para Freire (1980), desenvolver a capacidade crítica relaciona-se ao momento em que o homem escolhe e decide, passa por um processo de libertação em lugar da submissão, de domesticação e da adaptação, diz respeito ao processo em que não há uma tendência de ajustar o indivíduo à sociedade, mas sim de promovê-lo.

Nos depoimentos acima, o empoderamento aparece com uma definição próxima de protagonismo, promoção social, autonomia e desenvolvimento da capacidade crítica.

Ainda que tais atributos estejam atrelados ao processo de empoderamento, este não se efetiva de maneira espontânea, também não é algo que pode ser dado a alguém como dádiva, mas algo que o próprio sujeito adquire conforme ocorre a sua experiência com seu contexto de vida, pois o impulso deste processo se explica pela expansão e a agilidade com que as pessoas e suas organizações mudam a si mesmas (HOROCHOVSKI, 2009), num processo que, segundo Freire ocorre de forma dialógica.

“Eu acho que empoderamento é eles mesmos se sentirem, não a gente achar que eles se sentem. Porque você conseguir passar uma coisa e achar e pensar que aquela família entendeu e achar que vai conseguir, é uma coisa, agora realmente aquela família, aquela mãe ter a consciência de que a família é dela e

quem realmente vai poder mudar aquela situação é ela, é diferente. Eu acho que o caminho é por aí, até que ponto o nosso trabalho consegue chegar a gente não tem como saber essa avaliação" (Pedagoga 01)

Embora o resultado do empoderamento dependa da apreensão dos próprios indivíduos, é importante chamarmos a atenção para não desenvolver ações onde tais indivíduos serão responsabilizados e até mesmo culpabilizados caso não atinjam o desempenho esperado, caso não consigam mudar sua situação de vida num primeiro momento, pois tais mudanças quando ocorrem, se efetivam de maneira gradual e não na velocidade que nós consideramos que seja adequada.

Pereira (2000, p. 70) alerta que:

O resgate do significado do que pensam e da experiência cotidiana que vivenciam os subalternos, a questão da moral, da cultura e da constituição de um universo simbólico marcado pelo signo da exclusão configuram-se como condição para superar análises idealizadas dessas classes, particularmente quando se apresentam como usuárias da assistência social pública. Conhecer os elementos críticos e históricos presentes no cotidiano desse caminhar, no plano real e no plano simbólico, é uma forma de aproximação ao processo de consolidação/ruptura da própria subalternidade.

Para favorecer a ocorrência do processo de empoderamento não se pode idealizar os resultados a respeito do mesmo, tendo em vista que a classe subalterna é constituída por um universo de símbolos, tradições e costumes que se diferenciam, desta forma necessário se faz que sejam respeitados os seus limites.

"A gente não pode exigir dessas famílias que elas mudem sua situação, que elas melhorem que se tornem cidadãs se a gente não tiver todo um processo de inclusão, promoção e emancipação". (Assistente Social 05).

No depoimento acima, quando a assistente social menciona sobre a inclusão, a mesma traz à tona a discussão do contexto sócioeconômico e político como fator que influencia e gera dificuldade para as famílias se emanciparem. Desta forma, percebe-se que não basta somente um empenho individual de se conseguir um emprego, por exemplo, mas trata-se de um conjunto de elementos que precisam ser considerados quando nos referimos aos excluídos socialmente. Martins (2008) problematiza a questão da exclusão/inclusão quando aponta que a mesma não se refere a um assunto que está restrito à distribuição de renda, mas de distribuição

equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos, não podemos reduzir a exclusão a um problema meramente econômico.

O empoderamento, enquanto desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e suas organizações, é um processo relacional e conflituoso. Relacional, no sentido de que sempre envolve vínculos com outros atores. Não dá para analisar e trabalhar no processo de empoderamento em termos atomizados individuais. Sempre temos que pensar no tecido de relações de poder nas quais o indivíduo, ou melhor, a pessoa está inserida. Conflituoso, no sentido de que o empoderamento diz respeito a situações de dominação explícitas ou implícitas – e à busca de mudanças nas relações de poder existentes. (ROMANO e ANTUNES, 2010, p.18)

O empoderamento pode ser vinculado a um processo que pode ocorrer individualmente e também coletivamente, a esse respeito Horochovski (2009) aponta que há certos níveis de empoderamento, os quais são: Empoderamento individual ou intrapessoal, Empoderamento organizacional e Empoderamento comunitário.

Empoderamento individual ou intrapessoal: ocorre quando sujeitos se percebem como detentores de capacidades e recursos que lhes dão possibilidade de influenciar em suas trajetórias de vida. “Ocorrerá empoderamento intrapessoal se as pessoas sentirem que são competentes em uma determinada situação, que sua presença é relevante, tem mais oportunidades e recursos para agir que constrangimentos e limitações”. (HOROCHOVSKI, 2009, p. 122)

Nesse contexto, o empoderamento tem relação com o processo em que um sujeito percebe sua importância, percebe que sua participação nos processos decisórios pode influenciar a agenda do seu bairro, do conselho municipal, da cidade, etc. (HOROCHOVSKI, 2009)

Empoderamento organizacional: ocorre na e pela organização privada ou pública quando há um compartilhamento das decisões e do poder. As questões que são importantes à organização são tomadas coletivamente, envolvendo a participação de todos aqueles que compõem a organização. (HOROCHOVSKI, 2009)

Nesse nível de empoderamento é importante ressaltarmos que por mais que o poder e as decisões sejam compartilhados, isso não significa que não haja divergências na organização, todavia o que se pretende é ouvir a todos e buscar chegar a um consenso. (HOROCHOVSKI, 2009)

Empoderamento comunitário: ocorre quando sujeitos individuais ou coletivos de uma determinada comunidade participam ativamente construindo estratégias de ação a fim de atingir um objetivo para aquela comunidade. (HOROCHOVSKI, 2009). Esta participação requer que essa comunidade chegue a um consenso na tomada das decisões, vale lembrar que tal consenso não significa que haja uniformidade de opiniões, ao contrário, pode haver muitas opiniões que irão divergir entre si, mas através da participação, da reflexão, do diálogo chega-se a um consenso a respeito daquilo que é melhor para aquela comunidade. (HOROCHOVSKI, 2009)

"O desafio para mim do empoderamento é no coletivo, como conseguir fazer com que o povo participe e no CRAS como sair de questões pontuais como trabalhar apenas o Bolsa Família? Eu não sei, penso que é um desafio coletivo".
(Assistente Social 06)

A Assistente Social 06 aponta para o desafio de se trabalhar o empoderamento no coletivo, onde há participação de toda a comunidade, a esse respeito, Freire em diálogo com Shor (1986) sinaliza que o empoderamento além de ser um processo dialógico, é, sobretudo, um processo que se relaciona à classe social, o qual deve extrapolar o âmbito individual atingindo a coletividade.

Paulo Freire, um dos maiores educadores do século XX, foi precursor do movimento de Educação Popular da década de 1960 no Brasil. Desenvolveu um método de alfabetização cuja finalidade era propiciar o desenvolvimento crítico dos educandos.

O projeto educativo de Paulo Freire é um projeto libertador. Desde seu início, os "círculos de cultura" incluíram não somente uma denúncia – a das situações de dominação que impedem ao homem ser homem –, como também uma afirmação que, no contexto era uma descoberta: a afirmação da capacidade criadora de todo ser humano, até do mais alienado. Daí a necessidade de atuar sobre a realidade social para transformá-la, ação que é interação, comunicação, diálogo. Educador e educando, os dois seres criadores libertam-se mutuamente para chegarem a ser, ambos, criadores de novas realidades. (FREIRE, 1980, p. 10)

O acesso ao conhecimento deveria ser pressuposto não para ajustar os sujeitos, mas cultura e conhecimento deveriam ser o ponto de partida para que estes avançassem na leitura do mundo, com possibilidade de se perceber como sujeito da

história. Tal ação ocorreria através do processo dialógico com os sujeitos, ou seja, o diálogo era ponto fundamental no pensamento de Freire. (FREIRE, 1980)

O movimento de Paulo Freire²¹ iniciou em 1962 no Nordeste onde 300 trabalhadores foram alfabetizados em 45 dias, na sequência seu método foi aplicado em todo o território nacional. “O movimento de Educação Popular foi uma das numerosas formas de mobilização de massas adotada no Brasil”. (FREIRE, 1980, p. 16)

Suas ideias trouxeram uma mudança para o paradigma educacional de sua época, pois buscava estimular a prática educativa tendo como pressuposto a realidade em que o educando estava inserido, onde o diálogo e a história eram pontos centrais dessa prática. “Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção”. (FREIRE, 1980, p. 41)

Freire deu uma perspectiva transformadora ao termo empoderamento, usou o termo no original inglês empowerment cujo significado é: “A) dar poder a; B) ativar as potencialidades criativas; C) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito; D) dinamizar as potencialidades do sujeito”. (FREIRE e SHOR 1986, p. 10)

Freire em diálogo com Shor (1986) explicita que o empoderamento é resultado de um processo político, desta forma, busca romper apenas com a dimensão individual e psicológica, pois para o autor o empoderamento não é individual, nem comunitário, nem social, mas relaciona-se à classe social. O autor considera a possibilidade do empoderamento acontecer individualmente, pois afirma que não pretende reduzir tudo a uma questão de classes, mas assevera que quando este processo ocorre deve permear as relações sociais onde o indivíduo está inserido, por isso defende o empoderamento a partir da dimensão de classe social.

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação [...]. (FREIRE e SHOR, 1986, p. 138).

²¹ Com o golpe militar de 1964 Freire foi preso, interrogado e exilado, passando um tempo no Chile, Suíça, Tanzânia, Guiné Bissau, etc e por onde passou desenvolveu trabalhos cujo foco era alfabetização.

"Empoderamento é promover no indivíduo a capacidade dele conhecer os seus direitos e ele mesmo lutar por si só ou coletivamente para efetivação dos mesmos. É ensinar a andar sozinho sem a tutela, é acreditar na superação desse indivíduo, uma vez que ele tome consciência de seu papel na sua vida, na sua família, na sua comunidade e na sociedade. E ele mesmo busque alternativas e se reconheça como cidadão". (Assistente Social 02)

Freire não desconsidera que o empoderamento pode ocorrer individualmente, no entanto enfatiza que ao se empoderar um sujeito, a sua luta deve ser coletiva, com vistas à libertação da classe trabalhadora, a qual é dominada pelos ideais ditados pelo modo de produção capitalista.

Quando o empoderamento é considerado apenas como um processo que deve se efetivar individualmente, corre-se o risco de fragmentar as demandas das classes subalternas, demandas que são coletivas, pois são consequência do modo de produção capitalista. Desta forma, não se pode substituir interesses que são universais às classes subalternas por interesses individuais e específicos, tal situação tende a desqualificar a luta dos segmentos mais espoliados pelo capitalismo, ou seja, a classe trabalhadora. (SIMIONATO, 2009)

Freire parte da hipótese de que ao falar de empoderamento não se pode isolar o sujeito de todos os outros eventos que o cercam socialmente, como no caso da classe trabalhadora, a qual se encontra em posição de dominação frente ao sistema capitalista, e nesse contexto considerando a posição das classes, o trabalhador ocupa uma posição de subalternizado, onde:

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Neste sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade. (YAZBEK, 1996, p. 18)

As classes subalternas defrontam-se com o desafio da dominação exercida sobre elas pela classe que detém o poder, desta forma, para empoderar as classes subalternas, é necessário considerar que os indivíduos pertencentes a estas classes estão inseridos em relações que produzem consequências que extrapolam o âmbito

individual e em decorrência disso, às vezes é difícil uma pessoa por si só andar sozinha e superar individualmente as suas condições de precariedade.

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade. (YAZBEK, 1996, p. 18)

Através do processo de empoderamento, as classes subalternizadas têm possibilidades de construir projetos de vida baseados em seus próprios interesses e não nos interesses que são impostos pelas classes detentoras do poder.

Desta forma, podemos inferir que no pensamento de Freire, para favorecer a ocorrência do processo de empoderamento é necessário considerar alguns elementos, como por exemplo, o lugar que ocupam as classes subalternas dentro das relações sociais capitalistas.

Para Romano e Antunes (2010, p. 11), nas mais variadas abordagens referentes ao processo de empoderamento, um problema grave ocorre onde:

Tem sido colocada em segundo plano a questão essencial da noção e da abordagem de empoderamento. Isto é, a questão do poder. Mais precisamente, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento.

Ocorre um esvaziamento da discussão referente às relações de poder justamente porque nas abordagens referentes ao empoderamento considera-se apenas o empoderamento em sua característica individual e não coletiva, e a partir dessa abordagem coloca-se expectativas sobre as ações como se elas descoladas do contexto maior, no caso do sistema capitalista, fossem dar conta de empoderar os indivíduos.

De qualquer forma, mesmo vivenciando experiências que visam legitimar a subalternidade da classe dominada e explorada pelos interesses do capital, ainda assim estratégias de enfrentamento da subalternidade podem ser percebidas “nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas lutas sociais e políticas da maioria da

população brasileira e em práticas cotidianas de contestação e resistência à dominação”. (YAZBEK, 1996, p. 19)

Tais práticas expressam as “demandas de cidadania social” (YAZBEK, 1996, p. 19) e transformam os envolvidos nesse processo em atores sociais que se mobilizam com vistas a tornarem-se protagonistas de novas relações sociais. (YAZBEK, 1996)

Nesse processo, a coletividade criada pela consciência de que são “iguais” na pobreza, na exclusão e na subalternidade coloca a questão da cidadania dos subalternos em um novo patamar: na perspectiva de sua constituição como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe. Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam seus interesses de classe. (YAZBEK, 1996, p. 19)

Empoderar o ser humano é um processo político que deve atingir as classes sociais que são oprimidas por sua situação de pobreza, pobreza esta que não se restringe apenas a uma questão econômica, mas que também relaciona-se a uma pobreza política, pois nesse processo de empoderar as classes subalternas, a cultura, os valores, a história das mesmas não deve ser desconsiderada, pois todo o ser humano, por mais alienado que seja possui capacidade criadora. (FREIRE, 1980)

“Não adianta você ir lá e levar para eles alguma coisa que de repente não vai ser interesse, porque tem que partir da realidade da comunidade, a proposta é fazer com que eles mesmos tracem objetivos para a comunidade e o que eles gostariam de saber para que supra a necessidade daquela realidade”. (Pedagoga 01)

“O que é e foi enriquecedor, são as trocas de experiências, as pessoas colocam suas experiências nos momentos em que elas podem falar, muitas dão quase uma aula, então é interessante muito enriquecedor”. (Assistente Social 06).

“Os temas transversais que são abordados partem de um diálogo com eles, eles opinam conversam e expõe suas próprias experiências e é realizado um trabalho de conscientização, com perspectiva de mudança, de reflexão sobre o

tema importante para eles, importantes temas que nós sugerimos que até temos um caderno do PROJOVEM, e nós vemos assim que está trazendo bastante resultado, porque é um trabalho constante, é toda semana com encontros semanais, vemos aquele adolescente que entrou lá em fevereiro e como que ele está hoje. Conseguimos ver esse processo, conseguimos visualizar, que houve uma mudança, eles mesmos, a partir de certo momento, eles acabam nos dando aula sobre cidadania, sobre questões ambientais, eles trazem, eles pesquisam e nós vemos". (Pedagoga 02)

A partir dos relatos presenciamos a abertura de espaço para o diálogo e a troca de experiências, inclusive, a Pedagoga 02 aponta que nesse processo algumas pessoas chegam a dar uma aula, o que para Freire significa superar a oposição educador-educando, onde o educando é apenas receptor de informações.

Superar a oposição educador-educando, onde o educador já não exerce mais a função de detentor do conhecimento, mas de facilitador do processo de empoderamento, implica em considerar o educando como sujeito que possui capacidade criadora.

A esse respeito Horochovski (2009, p.113) sinaliza que:

Como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os prefalados recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global.

É importante que nessa ação estejam envolvidos pessoas que serão facilitadores do processo de empoderamento.

Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas. Nem o governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações; as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento. (ROMANO e ANTUNES, 2010, p.12).

"Abrir espaço para que seja propiciada uma reflexão eu acho que a partir da reflexão essas famílias podem estar se autoavaliando e acredito que elas mesmas vão encontrando as soluções para determinadas situações em determinados momentos". (Psicóloga 01)

"As famílias que vêm aqui, a gente trabalha essa questão com elas de refletir sobre seu mundo, sobre o que está acontecendo dentro da sua realidade e que tudo que eles fazem vai ter um efeito[...]". (Assistente Social 01)

Para Freire, uma vez que o ser humano esteja inserido no mundo, ele tem capacidade de ação e também de reflexão e esse movimento de ação e reflexão se efetiva a partir da práxis. "Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho". (FREIRE, 1981, p. 55)

O problema central percebido pelo autor é que como em qualquer outra categoria da ação dialógica nenhuma delas se dá fora da práxis. A práxis deve ser compreendida como aquele domínio da vida ativa onde o instrumento usado pelo homem e pela mulher é o discurso, a sua própria palavra. Também deve ser entendida como o âmbito da vida política, no qual se discutem os interesses, as paixões, as questões muito concretas que se referem ao convívio harmonioso entre cidadãos/ãs. (LIMA e CARLOTO, 2009, p. 133)

A primeira consideração que se deve fazer sobre a práxis é que ela deve ser analisada dentro da dinâmica das relações de produção e das contradições sociais geradas pelas necessidades concretas/materiais do ser humano, ou seja, geradas pela ação humana com a natureza e a formação da sociedade. (BARBOSA, 1990)

O ser humano realiza-se enquanto ser social de duas maneiras: através do trabalho, pois é através deste, com sua própria ação, que o ser humano "impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza" (BARBOSA, 1990, p. 05) e através do contato que estabelece em suas relações sociais.

Nesse processo do trabalho humano a consciência apresenta-se em relação direta, uma vez que elabora finalidades e produz conhecimentos. Assim, acaba por existir uma relação direta entre o pensamento e a ação, uma vez que o homem, para a satisfação de suas necessidades concretas, não aceita o mundo como ele é, mas há necessidade de transformá-lo, e é nesse processo de atividades concretas, onde ele age conhecendo, que ele também se conhece agindo. (BARBOSA, 1990, p. 07)

Ou seja, nesse processo onde o ser humano idealiza, planeja sua ação a consciência encontra-se ativa e produz conhecimento, para em seguida executar a sua ação, é nesse processo que o ser humano passa a ter consciência, ou seja, é uma relação onde ele é sujeito e objeto ao mesmo tempo.

Tal atividade prática, humana, que se realiza sobre o homem e sobre a natureza, só é concebida enquanto práxis quando é obtido um produto real. O objetivo é o resultado real do processo que nem sempre é idêntico ao resultado ideal ou finalidade. [...] o próprio trabalho, seu objeto e seus meios são condições objetivas e que caracterizam o processo de trabalho especificamente humano. (BARBOSA, 1990, p. 07 e 08)

A produção realizada pelo ser humano pode se manifestar de determinadas formas de práxis, as quais irão se alterar de acordo com o objeto e o sujeito que executa a sua ação (BARBOSA, 1990), no nosso caso estamos nos referindo à práxis social, pois a mesma é:

Um tipo práxis em que o homem é sujeito e objeto dela. [...] a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou de realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. (BARBOSA, 1990, p. 07 e 08)

À medida que o homem adota essa posição ativa e transformadora de sua própria realidade ele passa a adquirir uma consciência mais crítica sobre si e sobre o mundo, podendo fazer uma leitura do mundo diferenciada (FREIRE e MACEDO, 2006). É nesse sentido que para Freire ninguém conscientiza ninguém, mas a conscientização ocorre na mediatização entre o homem e o mundo, nas suas relações com outros homens e na sua própria experiência com o ambiente onde está inserido.

A esse respeito Yazbek (1996, p. 75) indica que “para a consciência de si, a mediação do outro, do social, é fundamental. Isso significa que o modo como nos apropriamos da realidade passa pelas mediações constitutivas na própria vida social”.

“O trabalho em grupo favorece a interação, troca de experiências, reconhecimento e análise da realidade por diversos pontos de vista, identificação de problemáticas e soluções comuns” (Psicóloga 01)

O processo de empoderamento não é uma dádiva, ninguém empodera ninguém, o que pode ocorrer é a abertura de espaços que propiciem momentos de discussão e reflexão, pois o resultado desse processo depende da apreensão dos sujeitos envolvidos.

"O dialógico precisa ser trabalhado através dos grupos ou individualmente com trocas de experiências e de maneira que se faça uma construção deste saber na perspectiva de mudanças em um processo de transformação. Significa que devemos trabalhar este processo com trocas de conhecimentos constantes, e não dizer às famílias em uma determinada reunião: vocês estão empoderados". (Assistente Social 04)

Referindo-se ao pensamento de Freire sobre conscientização, Lima e Carloto (2009, p.131) explicitam que "não é suficiente desvelar a realidade para que haja conscientização ou consciência crítica, mas que é necessário transformar essa realidade pela ação prática sobre ela. Esse processo exige criticização, ou seja, ação e reflexão, profundidade na análise dos problemas".

Empoderamento é "o fortalecimento e para que elas possam chegar a essa emancipação, de fato promover a passagem de um nível de conhecimento, um nível de consciência, um nível de posicionamento perante as situações de senso comum, de ingenuidade, de passividade, para um olhar crítico e realmente capaz de mudar ou transformar sua realidade". (Assistente Social 05)

O depoimento acima indica que o empoderamento está atrelado a um processo em que ocorre a passagem para uma consciência crítica. A esse respeito Freire (1980, p. 26) aponta que:

Na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual o homem assume uma posição epistemológica.

O ser humano assume essa posição epistemológica à medida que ele percebe que uma vez em contato com a realidade pode transformá-la através de sua ação, é um ato que envolve a reflexão-ação.

Por esta mesma razão a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1980, p.26)

“Empoderamento dialógico tem relação com aquela questão da práxis, da ação-reflexão-ação. Porque às vezes você num primeiro momento age, mas essa ação tem que ser permeada por uma reflexão da sua parte, você não pode agir por agir. E aí você age novamente com uma visão melhorada”. (Assistente Social 05)

A consciência é gerada na prática social de que participa. Mas tem, também, uma dimensão individual. Minha compreensão do mundo, meus sonhos sobre mundo, meu julgamento a respeito do mundo, tendo, tudo isso, algo de mim mesmo, de minha individualidade, tem que ver diretamente com a prática social de que tomo parte e com a posição que nela ocupo. (FREIRE e MACEDO 2006, p. 29)

A consciência do mundo constitui-se na relação com o mundo.

“Nós temos situações aqui de famílias que já estão conosco há mais de dois anos e que ainda apresentam uma postura passiva mediante a sua situação de vida, ingênua até mesmo, mas elas continuam participando, porque elas perceberam que talvez participar ajude elas a desenvolver, a criar criticidade. O que é necessário é acreditar, porque elas podem mudar de cultura, podem passar de uma passividade para uma atividade. Eu me lembro muito de Paulo Freire quando ele diz que ninguém conscientiza ninguém, que é a partir de reflexão que ocorre a conscientização”. (Assistente Social 05)

Classe social, práxis, diálogo, criticidade são elementos que para Freire estão relacionados ao processo de empoderamento. Para este autor o empoderamento é dialógico porque parte do pressuposto de que ocorre à medida

que se estabelece um diálogo entre os sujeitos, uma vez que é através desse diálogo, partindo de uma reflexão coletiva, que o sujeito apreende que sabe, que ele descobre que possui capacidade de enfrentamento de suas necessidades e passa a agir de forma crítica na transformação da realidade que o cerca. (FREIRE e SHOR, 1986)

"Nós tentamos trabalhar com eles de forma que eles tragam para a gente a realidade deles, tem uns livros que a gente trabalha que tem a metodologia, mas não é uma metodologia que vai lá e vai levar um conhecimento. Não! Vai ser troca! Entre eles inclusive, experiências. O tempo inteiro é trabalhado essas trocas, normalmente o grupo tem aquela parte onde a gente faz as oficinas, mas tem aquele tempo do grupo refletir, diálogo". (Pedagoga 01)

Empoderar é um processo onde os sujeitos não serão receptores passivos, porém, através da participação dialógica eles se tornam construtores desse novo conhecimento, onde "em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto". (FREIRE e SHOR, 1986, p. 124)

Meirelles e Ingrassia (2010, p. 06) referindo-se a Baquero explicitam que o "empoderamento individual surgido por meio de uma compreensão crítica da realidade social é, para a perspectiva freireana, importante, mas não pode estar desassociado da transformação mais ampla da sociedade".

A esse respeito, em diálogo com Shor, Freire (1986, p. 70) explicita:

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade.

Ou seja, Freire não desconsidera que o empoderamento passa por uma dimensão individual, mas para este autor, o empoderamento implica em que os sujeitos empoderados tornem-se multiplicadores de tal processo, ampliando seu protagonismo para além do âmbito individual, Freire e Macedo (2006, p.12) falam de "uma pedagogia do "empowerment" centrada dentro de um projeto social que vise a intensificar a possibilidade humana".

Citando Baquero, Meirelles e Ingrassia (2010, p. 07) indicam que:

O empoderamento como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder.

"Eu acho que empoderamento está diretamente ligado ao protagonismo, de fazer ele refletir, procurar por alternativas. Porque muitas vezes essa pessoa não tem escolaridade, mas ela tem experiência e que ela pode estar contribuindo para isso". (Assistente Social 01)

"Empowerment deve ser o meio de possibilitar que os alunos "examinem e, seletivamente, apropriem-se daqueles aspectos da cultura dominante que lhes oferecerão a base para definir e transformar a ordem social, mais ampla, em vez de simplesmente servir a ela". (FREIRE e MACEDO, 2006, p.100)

Avançando nessa discussão, o empoderamento pode contribuir para o desenvolvimento de um processo de criticidade onde o homem terá possibilidade de chegar a ser sujeito através de uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. (FREIRE, 1980)

"Para a família participar eu percebo o seguinte: ela tem que passar da postura de uma consciência ingênua porque ela muitas vezes não entende porque aquele programa está aceitando ela, para uma postura mais crítica mediante a sua situação. Pensar que pode melhorar, e eu acho que isso a gente pode considerar, como você vai exigir a participação de uma família que não entende o contexto em que está inserido?" (Assistente Social 05)

"Eu acho que empoderamento está diretamente ligado ao protagonismo, essa questão de eles se sentirem parte desse contexto, dessa realidade e fazer alguma coisa por isso." (Assistente Social 01)

No decorrer do texto em alguns momentos presenciamos a afirmação de que o resultado do processo de empoderamento estaria relacionado ao protagonismo dos sujeitos, é sobre esse ponto que faremos algumas considerações a seguir.

3.2) Pressupostos para ocorrência do protagonismo.

As considerações acerca do protagonismo serão realizadas, mais uma vez, com base em Paulo Freire, tendo em vista que encontramos nas obras do referido autor subsídios que contribuem para a análise em torno desta categoria, e que este, embora, se dirija à relação educador-educando, o seu pensamento não se restringe apenas às relações que se dão no cotidiano de uma sala de aula, como já vimos, mas a mesma pode ser incorporada em qualquer atividade cujo objetivo seja o desenvolvimento de ações sócioeducativas, ações que trazem a reflexão e a participação ativa como pressupostos de um processo concreto de práxis libertadora coletiva.

O que Freire propõe em seu pensamento é uma pedagogia da liberdade, pois na visão do autor:

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história. (FREIRE, 1980, p. 39)

Em nosso estudo este será o conceito de protagonismo utilizado, pois concordamos com o autor quando este indica que um processo que tenha como foco desenvolver as potencialidades dos sujeitos implica em que este ser humano se reconheça como sujeito e não objeto, objeto domesticado para finalidade de manutenção de uma dada situação, mas defendemos aqui o protagonismo onde este ser humano torne-se sujeito, construtor e transformador do mundo em que está inserido.

Se queremos que o homem atue e seja reconhecido como sujeito; Se queremos que tome consciência de seu poder de transformar a natureza e que responda aos desafios que esta lhe propõe; Se queremos que o homem se relacione com os outros homens – e com Deus – com relações de reciprocidade; Se queremos que através de seus atos seja criador de cultura; Se pretendemos, sinceramente, que se insira no processo histórico e que “descruzando os braços renuncie à expectativa e exija intervenção”; se queremos, noutras palavras, que faça a história em vez de ser arrastado por ela, e em particular que participe de maneira ativa e criadora nos períodos de transição (períodos particulares porque exigem opções fundamentais e eleições vitais para o homem). É importante preparar o homem para isso por meio de uma educação autêntica: uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. Isto obriga a uma revisão

total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e métodos. O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la. Ninguém luta contra as forças que não compreende cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; mas, neste caso, se as suporta com resignação, se busca conciliá-las mais com práticas de submissão que de luta. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. (FREIRE, 1980, p. 39 e 40)

Em se tratando das ações na área da Assistência Social as mesmas podem ser desenvolvidas a partir de uma perspectiva que favoreça que seus usuários, através da intervenção dos profissionais desta área, desenvolvam condições para que eles se percebam enquanto sujeitos que têm capacidades, que podem desenvolver estratégias de enfrentamento em relação às privações que se apresentam em seu cotidiano, isso pressupõe desenvolver “uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possua”. (BRASIL, 2004, p. 11)

“Eu acho que em primeiro lugar tem que trabalhar a questão da motivação, da participação, do apoio, do fortalecimento familiar e eu acho que isso é uma caminhada, porque eu acredito que a proposta do CRAS é essa, estar trabalhando com as famílias”. (Psicóloga 02)

Para tanto, necessário se faz a realização de ações que favoreçam o desenvolvimento do processo de empoderamento cujo alcance seja o protagonismo dos sujeitos. Protagonismo que adquire uma perspectiva mais cidadã quando é desenvolvido através de um processo concreto de práxis libertadora coletiva, como aponta Freire (2005). Pois “a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo”. (BRASIL, 2004, p. 29)

Para que haja a ampliação do protagonismo dos usuários da assistência, as ações desenvolvidas não podem ter como pressuposto o assistencialismo, entendido aqui como mera incorporação do ser humano em um processo como se ele fosse objeto e não sujeito. (FREIRE, 1981)

Em lugar de desenvolver um trabalho através do qual a realidade se vá desvelando a ele e aos com quem trabalha, em um esforço crítico comum, se preocupará, pelo contrário, em mitificar a realidade. Em lugar de ter nesta uma situação problemática que o desafia e aos homens com quem

deveria estar em comunicação, sua tendência é inclinar-se a soluções de caráter assistencialista. (FREIRE, 1981, p. 32)

Assistencialista no sentido de deixar os usuários tutelados ao serviço e não na perspectiva de que eles possam visualizar suas potencialidades e capacidade de enfrentamento de suas problemáticas.

"É no envolvimento de fato dessas famílias, de fazer com que elas gostem de participar das atividades, que elas se sintam bem quando a Assistente Social vai fazer uma visita domiciliar, que elas percebem uma possibilidade de um futuro melhor quando a gente faz qualquer tipo de abordagem. Eu acho que a estratégia é a participação". (Assistente Social 05)

Na perspectiva Freireana tal participação não pode se efetivar como ocorre na educação bancária, mas sim tendo como ponto de partida a educação libertadora.

Por educação bancária entende-se o ato de depositar um conhecimento pronto e acabado nos educandos, onde estes serão receptores de algo, no entanto, mesmo na educação bancária espera-se que os educandos exercitem a reflexão, contudo o processo reflexivo ocorre a partir daquilo que está sendo posto, a educação bancária não exclui a reflexão, ela controla o âmbito da reflexão, pois quer comprovar e validar o que está sendo afirmado como verdade/ciência.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2005, p. 33).

O sujeito não é sujeito, mas objeto do educador, onde apenas recebe passivamente determinado conhecimento sem a possibilidade de questionamento e de indagação, desta forma, quando a Assistente Social 05 menciona a importância da participação e do envolvimento das famílias atendidas no CRAS, essas ações devem se estabelecer tendo como ponto de partida o entendimento de que as famílias têm condições de serem sujeitos ativos nesse processo e não meras receptoras passivas de uma ação.

Em diálogo com Shor, Freire (1986, p. 124) explicita que este tipo de educação não parte de uma ação dialógica tendo em vista que "em vez de se

transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”.

O diálogo promove uma relação mais dinâmica entre educador-educando, onde os educandos também têm condições de serem educadores a partir do momento em que mediante os processos de reflexão coletiva compartilham suas experiências e apontam que também são detentores de conhecimento, o diálogo configura-se como instrumento de empoderamento. Esse processo de reflexão, se adotado a partir de uma visão transformadora e de libertação do oprimido relaciona-se com “a práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. (FREIRE, 2005, p.21)

“No meu entendimento o trabalho que a gente está desenvolvendo aqui, principalmente com os grupos que é fazer essa reflexão junto com eles, é o primeiro passo, isso é essencial [...] Então eu acho que ainda falta a gente trabalhar mais essa questão [...], desenvolver mais projetos dentro da própria comunidade para fazer reflexões com eles sobre essa questão de comunidade, do protagonismo, dessa questão de que eles têm direitos, e eles podem fazer, fazer uma reflexão de que eles não precisam vir para cá para conseguir as coisas, eles mesmos podem conseguir”. (Assistente Social 01)

“Através de cursos, de contatos, entrevistas, visitas domiciliares, usamos estratégias que despertem o anseio de gerir sua própria vida, formando consciência crítica, isso tem relação com o protagonismo do usuário. A capacidade de decidir sobre sua própria vida é um dos objetivos e estratégias de empoderamento de pessoas e comunidades”. (Assistente Social 03)

Ambos os depoimentos explicitam a necessidade de desenvolver ações que tenham como alvo a ultrapassagem de uma mera transmissão de conhecimento e ressaltam que no desenvolvimento de trabalhos com comunidades e famílias é urgente trabalhar a partir da perspectiva de protagonismo com uma visão mais ampliada desta categoria, ou seja, protagonismo que não seja no viés da educação bancária, pois:

Nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada Saber. (FREIRE, 2005, p. 33).

Na maioria dos casos, como em palestras, encontros sócioeducativos e grupos de convivência, em que se pretende desenvolver um trabalho que tenha como foco o protagonismo dos sujeitos, ainda é utilizado a Educação formal²², a qual vincula-se à proibição ao pensar verdadeiro.(FREIRE, 2005)

Para Mészáros (2005) isso ocorre devido ao fato de que estamos inseridos dentro do contexto capitalista, nesse caso, as atividades educativas se manifestam dentro de um limite, que é imposto pelo próprio capital, por isso ocorre a proibição do pensar verdadeiro.

Educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades. Esse é o sentido de se falar de uma educação para além do capital: educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital. (MÉSZÁROS, 2005, p. 13)

“O erro que muitas vezes é cometido, não só por outros profissionais, mas pelos Assistentes Sociais também, é achar que aquela pessoa tem um mesmo nível de vida, um mesmo nível de conhecimento e querer que ela reproduza na vida dela as coisas que a gente tem interesse. E aí é um erro muito grave, porque ela tem seu próprio contexto, ela tem toda uma conjuntura que a envolve, que dentro de uma visão ampliada está associada ao nosso”. (Assistente Social 05)

Em processos sócioeducativos a presença do diálogo se faz primordial, pois o sujeito a quem se pretende “educar” está inserido em determinada realidade,

²² Num critério estrutural a educação formal e não formal se distinguem por sua inclusão ou exclusão do sistema educativo regrado. Assim por educação formal entende-se o conjunto de processos, meios e instituições específicas ou de instrução que estão diretamente dirigidas ao suprimento dos graus próprios do sistema educativo regrado. O formal é então, o que se define em cada país e cada momento em suas leis e outras disposições administrativas. O não-formal é o que fica à margem do organograma do sistema educativo graduado e hierarquizado. Portanto tais conceitos apresentam uma relatividade histórica e política: o que antes não era formal pode passar a ser formal do mesmo modo pode ser formal em um país e não o ser em outro. A educação à distância e a educação de jovens e adultos em diferentes países são exemplos dessa relatividade histórica e política. (MACHADO, 2010, p.07)

portanto, tal processo educador tem que considerar essa realidade, caso contrário será mera transmissão de um conhecimento dos que se julgam sábios àqueles que não são sábios.

Tal ideia é fundamentada na opressão e atribuição da ignorância sempre ao outro, percebemos que tal concepção de educação se edifica sobre princípios frontalmente opostos à idéia de protagonismo, o que “anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, o que satisfaz aos interesses dos opressores”, com a manutenção dos oprimidos na situação de beneficiários. (RYZEWSKI e STORTI 2010, p.05)

Desta forma, entendemos que controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo é inibir o poder de criar, de atuar.

Freire (2005), diz que ao escrever seus pensamentos, seu objetivo era chamar a atenção dos humanistas, nesse caso incluem-se os educadores e também aos profissionais que participam do cotidiano do processo de educação formal ou sócioeducação, para que os mesmos ao se referirem ao desenvolvimento de ações sócioeducativas com perspectiva de incentivo do protagonismo não utilizem de práticas da educação bancária. Pois a mesma inibe o pensar dos sujeitos e nesse processo o que se tem como resultado não é um protagonismo, mas sim uma reprodução de um conhecimento que sequer faz parte da realidade desses sujeitos e nesse caso não são sujeitos e sim objetos que estão recebendo algo pronto e acabado.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2005, p. 38)

Mészáros (2005, p. 12) menciona que o capitalismo impõe uma educação com finalidade de dominar o ser humano, por sua vez o papel da educação que liberta seria o de “transformar o trabalhador em um agente político que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo”

Para este autor a “educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico”. (MÉSZAROS, 2005, p. 12)

A diferença entre a educação que aliena e a educação libertadora, é que esta ao invés de depositar um conhecimento fixo e estático proporciona aos homens que estes reflitam a respeito da sua própria inserção no mundo, através da práxis este homem se comunica com o mundo onde está inserido e ao invés de ser um receptor passivo dessa relação com o mundo ele se torna um agente ativo, que age e transforma o mundo que lhe cerca.

"Não devemos chegar com a questão pronta e sim desenvolver a problemática junto com o usuário, para despertar sua análise crítica e autonomia sobre suas vidas". (Psicóloga 01)

"O roteiro em si, do Programa PROJOVEM já é feito para que eles participem através do diálogo, para que eles tragam e seja feito a partir deles o trabalho. E até uma proposta nossa para o ano que vem é antes de começar as atividades expor para eles o que são as temáticas e fazer com que eles tragam para a gente com que maneira eles querem trabalhar sobre essa temática o que eles querem saber sobre cada uma delas e dentro do que eles sugerirem nós, vamos trabalhar dentro do Roteiro, mas também através de coisas que foram sugeridas. Não adianta você ir lá e levar para eles alguma coisa que de repente não vai ser interesse porque tem que partir da realidade da comunidade, a proposta é fazer com que eles mesmos tracem objetivos para a comunidade e o que eles gostariam de saber para que supra a necessidade daquela realidade". (Pedagoga 01)

Os relatos acima explicitam que em processos sócioeducativos não adianta fazer uma pauta rígida e fechada que esteja em oposição aos interesses e à realidade do público-alvo, pois se assim ocorre, a participação e o processo de reflexão acontecem de forma mecânica e não de uma forma dialógica, pois não parte do diálogo, não é coerente com as necessidades locais, não tem relação com aquele contexto onde eles estão inseridos.

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. (FREIRE, 2005, p.39)

Nessa relação, educadores e educandos constroem o conhecimento em conjunto, já na educação bancária não pode ocorrer tal situação, pois os educandos são chamados a memorizar e fixar o conteúdo recebido, “não realizam nenhum ato cognoscitivo, uma vez que o objeto que deveria ser posto como incidência de seu ato cognoscente é posse do educador e não mediatizador da reflexão crítica de ambos”. (FREIRE, 2005, p. 40)

“A gente tenta fazer dentro do trabalho do Programa PROJOVEM que eles se percebam, o objetivo do Programa inclusive é fazer com que eles se percebam como protagonistas da vida deles próprios, na vida da comunidade. Então, começa a partir do adolescente, para que ele consiga estar levando essa perspectiva na vida dele mesmo e para ele estar multiplicando isso. Ele ser esse multiplicador, estar levando para a família, para a comunidade. O alcance seria que esses adolescentes, essas famílias seriam multiplicadores de todo esse processo de protagonismo”. (Pedagoga 01)

“Dentro do PROJOVEM, no meio dos jovens e entre os adolescentes o eixo já é de formar um cidadão crítico, protagonismo do jovem, que o jovem está a gerir sua própria vida, que ele faça suas escolhas, então dentro do que eu trabalho com os adolescentes acho que a mesma coisa pode ser trabalhada com a mesma visão com a família [...] eu posso falar das estratégias do PROJOVEM que é através de encontros semanais onde estão sendo avaliados temas transversais, aqueles temas que o adolescente mesmo juntamente com o seu monitor escolhe democraticamente, eles trazem temas, nós temos também nossos eixos temáticos: cidadania, meio ambiente, direito, mas eles também escolhem os temas e isso pode gerar o protagonismo dos adolescentes e seus familiares”. (Pedagoga 02)

Os depoimentos acima demonstram que é possível trabalhar com uma pauta, onde os temas são previamente escolhidos pelos educadores e profissionais, mas também evidencia que o sucesso da ação ocorre quando os sujeitos são

chamados a serem construtores do conhecimento e não somente expectadores de mais uma palestra do Programa PROJOVEM.

Os educandos, na prática problematizadora, têm a possibilidade de desenvolver seu poder de apreensão e de compreensão do mundo que lhes surge, “em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo”. (FREIRE, 2005, p.41)

A participação, o envolvimento com o coletivo e a *práxis* é o que garante o protagonismo. E isto para além da própria superação, individual ou de um pequeno grupo, leva a uma percepção coletiva ainda mais ampla, local, de sociedade, de classe, da condição, de gênero, e que serve de trampolim para a militância pela libertação, num protagonismo de todos e para todos. E esta reflexão-desafio é estratégica na educação. (RYZEWSKI e STORTI 2010, p.05)

Na educação libertadora, os educandos têm a possibilidade de tornarem-se protagonistas através de uma participação ativa nos processos que se desenvolvem, pois:

Para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui a sua vida, a chegar a ser sujeito. É isto que expressam frases como: “a educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual o homem está radicado”. (FREIRE, 1980, p.34)

“É difícil desenvolver estratégias que sejam eficazes com aquela realidade, o que eu sempre busco e pensando nessas estratégias de melhoria para essas famílias, é desenvolver algo que seja condizente e acessível, porque se for uma coisa muito fora da realidade elas não participam, elas não interagem e eu acho que essas estratégias acima de tudo deixam elas instrumentalizadas a partir dos recursos utilizados, que não são só recursos materiais ou humanos, mas são estratégias simples mesmo, que nós aprendemos em serviço social”. (Assistente Social 05)

“O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto” (FREIRE, 1980 p. 35), nesse caso não adianta afirmar que serão desenvolvidas ações e estratégias com vistas ao protagonismo dos sujeitos se tais estratégias não contemplam momentos em que os mesmos passarão a refletir

sobre o contexto em que estão inseridos, ou seja, tal processo precisa partir da realidade dos sujeitos/educandos e não o contrário, pois ao passo que este homem, inserido em seu contexto, reflete sobre o mesmo e se envolve, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito. (FREIRE,1980).

Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la. Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha. O que mais custa a um homem saber, de maneira clara, é sua própria vida, tal como está feita por tradição e rotina de atos inconscientes. Para vencer a tradição e a rotina, o melhor procedimento prático não se encontra nas ideias e conhecimentos exteriores e distantes, mas no questionamento da tradição por aqueles que se conformam com ela, no questionamento da rotina que vivem. (FREIRE,1980 p. 35)

Mészáros (2005), assim como Freire entende a educação como um instrumento de libertação, no entanto, aquele autor alerta que a educação, dentro do sistema capitalista ocorre dentro de um limite, onde muitas vezes acaba prevalecendo os interesses da classe dominante. Desta forma, o autor argumenta que:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 27)

Ou seja, quando mencionamos sobre as possibilidades transformadoras das ações educativas, não podemos descartar a hipótese de que enquanto estamos inseridos dentro do contexto capitalista, as alternativas que as políticas, projetos e programas de governo oferecerão serão alternativas que estarão inseridas dentro dos limites impostos pelo sistema capitalista. Nesse sentido, para efetivar ações que possibilitem mudanças, necessário se faz que os executores dessas ações rompam com a lógica capitalista.

No caso da assistência, a lógica capitalista procura enfatizar, como já visto em itens precedentes, a individualização das expressões da questão social, como se

as desigualdades decorrentes desse sistema fossem consequência de problemas de ordem pessoal e não de um sistema que opera através da lógica perversa do lucro a todo custo sem intenção de distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Mészáros (2005, p. 53) afirma que a sociedade internalizou os princípios do sistema capitalista, portanto:

[...] seja em relação à 'manutenção', seja em relação à 'mudança' de uma dada concepção do mundo, a questão fundamental é a necessidade de modificar, de uma forma duradoura, o modo de internalização historicamente prevalecente. Romper a lógica do capital no âmbito da educação é absolutamente inconcebível sem isso. E, mais importante, essa relação pode e deve ser expressa também de uma forma concreta. Pois através de uma mudança radical no modo de internalização agora opressivo, que sustenta a concepção dominante do mundo, o domínio do capital pode e deve ser quebrado.

Para quebrar o domínio da lógica do capital, o conceito de educação a ser utilizado é o conceito de educação num sentido amplo e pleno (FREIRE e MACEDO, 2006), educação para a vida e não apenas uma educação que visa domesticar o ser humano para o trabalho construindo consensos com a ordem vigente, onde o capital se legitima como se fosse uma ordem inalterável, ou seja, como se não houvesse outra possibilidade. (MÉSZAROS, 2005)

As ações educativas têm o potencial de serem desenvolvidas a partir desta perspectiva, pois tais ações podem contribuir para o desenvolvimento da reflexão coletiva e favorecer a tomada de consciência “para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”. (MÉSZAROS, 2005, p. 65)

No item seguinte iremos explorar mais a respeito das ações sócioeducativas, bem como o alcance de tais ações quando as mesmas são desenvolvidas numa perspectiva de favorecimento do processo de empoderamento.

3.3) Ações sócioeducativas: estratégias para a criação de um meio favorável ao empoderamento.

O tema referente às ações sócioeducativas tem sido uma constante nas políticas, programas e projetos de governos, tais ações surgem atreladas a conceitos como protagonismo, inclusão e promoção social, no que concerne à área

da Assistência Social, a Política Nacional em vigência aponta sobre a importância das ações sócioeducativas, no entanto no texto da referida Política não há um conceito sistematizado sobre tais ações. (LIMA e CARLOTO, 2009)

Por ações sócioeducativas são descritos um conjunto de atividades: grupos sócioeducativos, campanhas sócioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade. O desenvolvimento de um ou de outro se fará conforme a vulnerabilidade das famílias ou necessidades locais. A ênfase é para que estas ações fundamentem-se em uma visão participativa e dialógica. (LIMA e CARLOTO, 2009, p. 128)

Dialógico nos remete às discussões já realizadas em torno do pensamento de Freire (2005), o qual explicita a necessidade de ultrapassar a visão que supõe que as ações educativas limitam-se a mera aquisição mecânica de determinado conhecimento.

Para Carvalho e Azevedo (2005, p. 28) as ações sócioeducativas devem ser uma combinação de educação e proteção social.

Estas ações são um bem público comunitário e se constituem em um capital social das próprias populações vulnerabilizadas pela pobreza e escassez de oportunidades e serviços. Apresentam-se como um mosaico de propostas, oferecendo atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, a ampliação do universo cultural e a convivência em grupo na perspectiva de inclusão social.

Através das ações sócioeducativas deve ser oportunizado acesso a recursos que, ao mesmo tempo, possibilitarão aos indivíduos oportunidades de se sentirem protegidos socialmente por meio dos recursos que lhe são disponíveis via assistência social, bem como acesso a momentos onde serão desenvolvidas atividades que terão como alvo o estímulo da reflexão e participação ativa.

"Alguns temas que são abordados nos trabalhos em grupo, por exemplo, um tema sobre a depressão, vem um questionamento de um componente do grupo, eu percebo que aquela pessoa está tomando medicamento, mas ela não teve espaço para falar do que está acontecendo com ela, e ali ela acaba se identificando com o tema e acaba se colocando diante das outras pessoas e ali eu percebo que existe uma troca, uma reflexão por parte da pessoa, será que o meu

problema é simplesmente ir no posto de saúde, pegar o medicamento ou será que vai além disso, de repente eu não posso fazer alguma coisa para mudar isso? Eu não posso mudar, por exemplo, o meu ritmo de vida? Os meus hábitos, então eu acho que é uma oportunidade, a gente acaba estabelecendo um diálogo, achei alguém que me escute. É o que vai acabar passando pela cabeça daquela pessoa. Eu estou nesse grupo e independente se estou nesse grupo eu vou pegar uma cesta básica, eu estou nesse grupo para ter algum benefício e achei alguém para eu chegar lá e conversar e de repente eu tenho uma abertura, alguém que está me escutando, me orientando e que está me fazendo pensar a respeito. Está me fazendo refletir e se tem uma escuta eu vou falar". (Psicóloga 01)

As ações sócioeducativas têm o potencial de ser um "caminho estratégico para enfrentamento da desigualdade" (CARVALHO e AZEVEDO, 2005, p. 12), pois ao passo que ela envolve ações que remetem à proteção social abre-se espaço para problematização da "ausência de oportunidades para esta população e, sobretudo, oportunizar aprendizagens que resultem efetivamente em conquista de equidade". (CARVALHO e AZEVEDO, 2005, p. 12)

Mészáros (2005, p.44) aponta que as práticas educativas na lógica capitalista visam:

[...] assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de 'internalização' pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhe foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de condutas 'certas'.

Dentro da lógica do capital, as estratégias educativas devem ser orientadas para ajustamento das pessoas, no entanto, defendemos aqui que tais práticas devem ser desenvolvidas na contramão dessa lógica, pois devem privilegiar o acesso a proteção e equidade social, com vistas ao empoderamento dos sujeitos.

"Eu acho que mesmo a família precisa desse apoio, de uma referência, não ver só os técnicos como alguém que resolve tudo, mas que elas vejam que têm potencial. Para apoiar, deveríamos começar pelo crescimento, é o resultado que

eu gostaria de ver, eu trabalho para isso, nós técnicos trabalhamos para isso e temos que estar motivados. Eu penso que a proposta seria as pessoas estarem um pouco mais esclarecidas, com espaços de oportunidades de questionamento e através da atitude mesmo poder mudar a sua realidade". (Psicóloga 02)

O crescimento mencionado pela Psicóloga 02 seria as famílias perceberem que são capazes de propor metas e objetivos para suas próprias vidas, como Mészáros (2005) indica, num processo onde tais famílias não irão apenas incorporar para si metas que o sistema impõe a elas, mas serão metas que terão aplicabilidade em seu próprio contexto de vida. (PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010)

Na visão de Carvalho e Azevedo (2005, p. 28) as ações sócioeducativas têm possibilidades de favorecerem:

Primeiro, ela produz oportunidades de aprendizagem sem ser repetição do espaço escolar. Não possui um currículo e uma programação pedagógica padrão. Ao contrário, sua eficácia educacional está apoiada num currículo-projeto que nasce das demandas, interesses, particularidades e potencialidades da comunidade e por sua própria iniciativa. Num segundo sentido, garante proteção social. Vale lembrar que a Proteção Social é política pública necessária a todo cidadão que se encontra fora dos canais e redes de segurança social.

Ações sócioeducativas capazes de estimular mudanças são aquelas que partem da necessidade do público atendido e não aquelas que se desenvolvem tendo um norte pré-estabelecido e que seja descolado da realidade vivenciada por esse público.

"As pessoas vêm trazer as suas necessidades, tem a reunião, tem uma pauta, e a gente vai seguir aquele roteiro, quando a gente vai para a área rural, a gente faz tudo isso, mas não segue tudo aquilo à risca, porque elas têm aquela cultura, aquela particularidade. A gente vai trazer temas para refletir, mas dentro daquele modo de vida delas. Eu acho importante que quando você vai construir um projeto, não chegar com ele pronto, mas construir junto com a comunidade". (Assistente Social 01)

A importância de se construir junto com a comunidade estratégias de enfrentamento das problemáticas que a atingem ocorre uma vez que estimula a

participação e o envolvimento da mesma na busca de soluções de questões que ela está vivenciando, tal ação tem a capacidade de promover a participação e a compreensão de toda a comunidade local.

As ações sócioeducativas são uma integração de duas Políticas setoriais: de Assistência Social e de Educação, pois tem uma função protetiva e educacional. “A assistência social é responsável pela oferta de serviços de proteção social, e a educação, responsável por garantir o acesso e a apropriação dos saberes sistematizados”. (CARVALHO e AZEVEDO, 2005, p. 29)

Mas, esse saber sistematizado deve superar a “lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo [...] seus fundamentos”. (MÉSZAROS, 2005, p. 09). O saber sistematizado por meio das ações sócioeducativas e repassado aos usuários deve promover reflexões que privilegiem a discussão das vulnerabilidades sociais que incidem sobre os mesmos num aspecto que considere as desigualdades sociais e não o contrário, como se tais vulnerabilidades fossem consequência de uma disfunção pessoal.

O termo sócioeducativo qualifica uma ação, dando a ela um status diferenciado “designando um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de capacidades substantivas”. (CARVALHO et al, 2007, p. 10)

De acordo com Carvalho et al (2007) o campo de aprendizagem de ações sócioeducativas envolvem quatro campos: convivência e fluência comunicativa, saberes e fazeres próprios da vida cotidiana, participação social e acesso e usufruto a serviços sociais básicos.

Convivência e fluência comunicativa: relaciona-se a capacidade de estabelecer diálogo, aprender a dialogar favorece a participação ativa em espaços públicos de decisões.

Esse exercício de interlocução permanente que exige tolerância, capacidade de se colocar no lugar do outro e admiração pela diferença, articula escuta atenta, defesa de idéias, contraposição de argumentos, elaboração de perguntas e respostas, construção de repertório de assuntos, organização de fios narrativos. (CARVALHO et al, 2007, p. 14)

“Dialógico está relacionado a diálogo, eu penso que o empoderamento com as comunidades tem que ser dialógico mesmo, porque é através do diálogo, fazer eles se perceberem, perceberem os outros na comunidade, eu acho que como eles

entendem a questão de redes, o sujeito ver a rede que ele tem ali na comunidade dele, a rede que ele tem ali na família dele, que geralmente a família é uma rede também. Ele se percebendo assim, o seu papel na rede de relações e através do diálogo, eu passo uma informação para ele e se ele assimila bem essa informação ele já passa para o vizinho ele se torna multiplicador e eu acho que o empoderamento tem que ser dialógico mesmo. Porque ele tem condições de passar para a frente, de mostrar para o outro de fazer com que outros se empoderem". (Assistente Social 02)

Exercitar o diálogo, a comunicação, onde a pessoa não vai receber comunicados (FREIRE, 2005), mas irá comunicar-se, expor suas opiniões, argumentar sobre as mesmas, tal exercício pode ser um instrumento de favorecimento do empoderamento à medida que contribui para a reflexão e participação ativa, onde a pessoa é instigada a construir seu próprio repertório.

Saberes e fazeres próprios da vida cotidiana: esse campo relaciona-se a saberes que são desenvolvidos e compartilhados no dia a dia de qualquer ser humano.

Cozinhar, costurar, organizar e tomar conta de si mesmo e de seus pertences, exercitar o autocuidado, saber cuidar de ferimentos, consertar brinquedos, conseguir buscar ajuda, operar e acessar informações em fontes variadas e conforme as necessidades são convites que o dia-a-dia faz para que habilidades diversas entrem em cena. (CARVALHO et al, 2007, p. 14)

À medida que se expande o repertório desses saberes abrem-se possibilidades de fortalecer crianças, adolescentes, jovens, adultos, ou seja, a família, o que pode propiciar o desenvolvimento de ações para:

Superar dificuldades e tomar iniciativas, mobilizando seus conhecimentos de forma a encontrarem soluções, mesmo que provisórias, para os problemas que surgem. Os ganhos de autonomia devem respeitar as características e possibilidades de cada faixa etária para desempenhar tarefas e enfrentar desafios dentro de parâmetros de segurança e proteção. (CARVALHO et al, 2007, p. 14)

"Na Colônia Trindade que nós vamos uma vez por mês no Clube de Mães, elas têm um situação particular, elas têm um problema de fofoca e aí nos grupos

nós trabalhamos com o "fuxico". Elas faziam o "fuxico" e não paravam de falar da vida de todo mundo e aí dentro dessa conversa a gente puxou outras coisas, sobre evasão escolar, sobre idosos, sobre pessoas soropositivo ali na comunidade, então nós favorecemos um momento de refletir sobre qualidade de vida delas. São situações que a gente acaba pontuando dentro de uma conversa informal". (Assistente Social 01)

Nas atividades sócioeducativas deve-se respeitar as particularidades de cada indivíduo, onde têm que ser considerada as diferenças de cada ator social envolvido nas ações, tendo em vista que não haverá uma uniformidade entre os saberes.

Participação social: requisito fundamental para que crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência tornem-se sujeitos ativos e "capazes de comprometimento ético e político com a propriedade coletiva (nem "meu", nem "seu", nosso)". (CARVALHO et al, 2007, p. 15)

Esse aprendizado se inicia com os processos de participação do grupo [...] no próprio serviço sócioeducativo implicando desde discussões sobre os planos de trabalho coletivo, seu próprio projeto durante sua permanência no Centro, seu envolvimento em atividades comuns até seu compromisso gradativo com o ambiente público. (CARVALHO et al, 2007, p. 15)

"Promover a participação nos Conselhos de direitos é uma coisa bem difícil porque muitas vezes eles não têm condições de sair da comunidade para se deslocar até as reuniões do Conselho, mas mostrar para eles que no território, como o CRAS trabalha a questão do território, fazer ele se reconhecer naquele território e ele buscar participação nos espaços que ele tem ali, como nas escolas, geralmente nos territórios ele vai ter um posto de saúde, então eles podem participar das palestras da área de saúde e até saber, ter algumas noções sobre a lei do SUS, e ele tem que saber, pois ele tem suas potencialidades. A igreja também é um local de estimular a participação, associação de moradores, o espaço da associação é muito rico, muito importante, porque ele podendo lutar pela melhoria do bairro ele vai poder se reconhecer como cidadão. O alcance de

todo esse processo de participação é a possibilidade de emancipação desse sujeito, pois ele vai saber, e penso que sabendo vai lutar pelos direitos dele e ele sozinho ou em conjunto vai conseguir conquistar os mesmos". (Assistente Social 03)

A participação em espaços de tomada de decisões tem a possibilidade de fazer com que as pessoas percebam sua importância nos processos decisórios, e ainda percebam que podem ser agentes de mudanças não apenas de suas vidas, mas da própria comunidade, do seu bairro, da sua cidade.

Acesso e usufruto dos serviços sociais básicos: nesse campo a importância da ação sócioeducativa se efetiva ao passo em que através de informações são garantidos o atendimento das demandas da população, "exigir respeito com relação aos próprios direitos é, portanto, uma aprendizagem que alinhava atitudes e conhecimentos, redundando em benefícios individuais e também coletivos". (CARVALHO et al, 2007, p. 15)

"Repasse de informações as famílias (seja sobre direitos ou deveres). Essas são algumas das estratégias, dentre um leque a ser trabalhado. Essas estratégias efetivam os serviços do CRAS, e com isso favorecem ao processo de empoderamento (entendido por mim como similar a promoção social), muitas vezes libertando o indivíduo da situação de dependente de um processo de exclusão". (Assistente Social 04)

"Eu penso que o nosso papel é prestar informação [...]. Porque se eu mostro para o usuário que ele pode ir sozinho e não ser levado pela mão, então eu penso que a informação é o carro-chefe de empoderamento. E aqui no CRAS, não só eu, mas a equipe como um todo, procura através da informação, orientar os usuários de forma que eles mesmos consigam buscar e entender os mecanismos de inserção e acesso a benefícios e programas. Por isso que a informação, você mostrar os caminhos para eles é uma estratégia de empoderamento porque através dela você busca promover a participação do usuário nos espaços de decisão local, como nos Conselhos e os equipamentos que ele tem lá no dia a dia

da comunidade. Já é o primeiro passo, ele participar na comunidade dele, ele participar na comunidade para depois ele avançar por outros caminhos".
(Assistente Social 02)

Através do repasse de informações lamamoto (2010, p. 427) expõe que:

Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrosocial de que eles são parte e expressão. A socialização de informações, nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica [...]. Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas – , para além das aparências e dos dados imediatos – , assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. [...] essa atividade extrapola uma abordagem com um foco exclusivamente individual – , ainda que, por vezes, realizada junto a um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade.

As informações devem ser repassadas aos usuários a partir da lógica dos direitos de cidadania, onde os mesmos são reconhecidos como tais, e nesse processo deve ser considerado a realidade social em que os mesmos estão inseridos, o que em muitas vezes repercute na ausência dos conhecimentos de seus direitos de forma esclarecida. Assim sendo, ao desenvolver as ações sócioeducativas as informações têm que ser repassadas de forma clara e transparente privilegiando o repasse de informações com qualidade.

Ante o exposto, visualizamos que as ações sócioeducativas quando trabalhadas a partir do viés dialógico e na perspectiva freireana que supera a oposição educador-educando, têm possibilidades de favorecer a ocorrência do processo de empoderamento. No entanto, pudemos perceber também que tais ações tenderão a ser mais eficazes quando não forem desenvolvidas pela lógica do capital. Ou seja, uma vez inseridos dentro do sistema capitalista, necessário se faz que as ações que desenvolvemos não reforcem a lógica individualista desse sistema, onde o indivíduo é responsabilizado e culpabilizado por suas mazelas.

Ao finalizar este capítulo percebemos que o desenvolvimento do processo de empoderamento está relacionado ao estímulo do protagonismo dos sujeitos.

Quanto às possibilidades, fica evidente que o empoderamento precisa ser mediado pela ação dialógica e ações sócioeducativas e suas decorrências, tanto o processo dialógico, quanto as ações sócioeducativas envolvem informação e

participação, elementos que têm a possibilidade de facilitar o estímulo do protagonismo do sujeito e conseqüentemente favorecer o empoderamento.

Quando apontamos a participação como elemento capaz de contribuir no processo de empoderamento, nos referimos à participação ativa e não à mera integração dos sujeitos nos processos de tomada de decisão. Por sua vez, as informações prestadas aos sujeitos necessitam ser transmitidas com qualidade e transparência, privilegiando que os mesmos a partir de tais informações tenham conhecimentos mais esclarecidos sobre seus direitos de cidadão.

No conjunto, esse processo implica em dimensionar e resgatar a práxis como referência para compreender a ação crítica e transformadora do ser humano e de suas relações sociais. Resgatar a práxis é necessário ainda, pois a partir desse processo reflexivo o ser humano tem a possibilidade de se perceber enquanto agente transformador e protagonista de sua história.

Quanto aos limites do empoderamento, os mesmos ficam por conta da direção do processo, ou seja, se o mesmo for conduzido a partir da lógica da educação bancária ou na lógica do capital, não alcançará o objetivo de favorecer o empoderamento e, por conseguinte não haverá uma alteração nas relações de poder.

Parafraseando Mészáros (2005), o processo de empoderamento deve ser conduzido “para além do capital”, deve exceder à lógica capitalista e buscar alterações nas relações de poder, talvez o empoderamento não vá alterar por completo tais relações, mas pode favorecer “uma redistribuição mais igualitária dos recursos do poder no sentido de reduzir a distância que separa os mais fracos dos estratos hegemônicos”. (HOROCHOVSKI, 2009, p. 127)

Até o presente momento pudemos perceber que falar de protagonismo do usuário da Assistência Social implica em realizar ações que ultrapassem a lógica de mera transmissão de conhecimento, mas implica em ações que tenham como foco o diálogo com o usuário, onde este participa ativamente. É um processo onde os usuários não serão receptores passivos, porém, através da participação dialógica fazem contribuições para a construção do conhecimento, onde “em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”. (FREIRE e SHOR, 1986, p. 124). Percebemos também que nesse processo se faz necessário o papel de mediadores, educadores e profissionais que serão catalisadores do processo de

empoderamento, os quais realizarão uma intervenção não baseada em uma educação bancária, mas em uma educação libertadora.

Desta forma, no próximo capítulo abordaremos a respeito da prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS, os desafios com que essa equipe se depara no atendimento das vulnerabilidades das famílias atendidas no CRAS e como a sua intervenção profissional pode contribuir para ocorrência do empoderamento das famílias atendidas nesta instituição.

CAPÍTULO 04

LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CRAS

Neste capítulo iremos abordar a respeito da prática dos profissionais dos CRAS, bem como os limites e possibilidades da mesma ser facilitadora do processo de empoderamento.

No que tange à prática profissional, num primeiro momento, sinalizamos que as profissões são frutos do movimento da história e do movimento social, pois ao longo dos anos, à medida que a história vai sendo escrita pela humanidade, novas demandas surgem, impondo ao ser humano novas respostas frente a estas demandas e consequentemente exige das profissões um novo posicionamento frente à sua prática profissional.

De acordo com Baptista (2009, p. 18) as ações profissionais ocorrem em “realidades sociais concretas, em condições previamente dadas”. Onde as transformações das mesmas ocorrem ao passo “que essa profissão se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que lhe são colocados pelo movimento das conjunturas das estruturas das relações sociais”. (BAPTISTA, 2009, p. 19)

A prática profissional é resultado de dois elementos: das demandas impostas pela realidade e da especialização e instrumentalização das profissões. Desta forma, podemos deduzir que “[...] as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem. (RAICHELIS, 2009, p. 378)

Para analisar o significado da prática profissional é necessário realizar tal análise considerando o movimento da história e ainda o contexto social onde a mesma se desenvolve, se assim não procedermos corremos o risco de produzir análises que tenderão a individualizar as práticas profissionais, como se as mesmas ocorressem como fruto da vontade isolada de um indivíduo. (IAMAMOTO, 2010)

4.1) Reflexões sobre prática profissional e tendências contemporâneas.

Baptista (2009) assinala que as práticas profissionais são resultado de um constructo histórico, processo em que as profissões vão, ao longo do tempo, adquirindo certas características que se preservam historicamente. “A prática profissional situa-se no âmbito das relações sociais concretas de cada sociedade, abrigando em sua configuração as sínteses do seu movimento histórico – expressando certo momento e uma dada conjuntura”. (BAPTISTA, 2009, p. 17)

Os modos de ser e de se afirmar das ações profissionais têm uma temporalidade histórica, uma vez que sofrem profundas influências das conjunturas sociais (econômicas, políticas, teórico-científicas) que vivenciam e que forjam as visões de mundo que as informam e as relações objetivas em que se materializam. São, portanto, produto das relações concretas da sociedade em que se situam. O seu presente está cotidianamente sendo criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado e a produção e experimentação de novas abordagens. (BAPTISTA, 2009, p. 19).

Ou seja, as visões de mundo que conformam uma determinada prática profissional/profissão têm relação intrínseca com seu contexto histórico, com a demanda que lhe surge em determinado momento/época.

“As ações da equipe são fragmentadas, porque é muito pouco tempo, e a gente está tentando, inclusive as próprias assistentes sociais dentro da assistência já estão tentando, inclusive a primeira conversa nossa foi quando veio a entrevista, a gente sentou para resolver junto e foi colocado de uma forma bem bonita, linda maravilhosa que a teoria diz isso, mas na prática ainda falta muito, mas não é por culpa da assistente social ou da pedagoga. Não, é porque é um trabalho novo a gente tem que estar se encontrando ainda”. (Pedagoga 02)

O depoimento acima elucida a discussão que Baptista (2009) faz quando esta autora traz que a visão que conforma uma determinada profissão tem relação com a temporalidade histórica, com as determinações sociais, nesse caso, a Pedagoga 02 explicita em seu depoimento a dificuldade encontrada em seu trabalho no CRAS, visto que para o Assistente Social é mais fácil por tratar-se de uma área mais próxima desta profissão, por sua vez, o trabalho realizado no CRAS, no que

tange à Pedagogia diz respeito a um novo momento dessa profissão, é uma nova demanda que surge a esta profissão e que precisa ser considerada.

A configuração da profissão não é simplesmente produto da vontade de grupos determinados. Existem, no tipo de relações sociais que se estabelecem no capitalismo monopolista, necessidades e expectativas de práticas determinadas, legitimadas pela sociedade [...]. (BAPTISTA, 2009, p. 19).

A inserção do profissional de Pedagogia no CRAS não é fruto de vontade isolada de uma pessoa, mas é resultado de uma demanda que ao longo da trajetória dos serviços socioassistenciais foi se percebendo, a fim de que tal profissão tivesse a possibilidade de preencher uma lacuna nesse contexto.

Baptista (2009) aponta que as relações que conformam uma prática profissional são complexas, pois de um lado, propagam determinado tipo de intervenção no campo das práticas sociais e por outro, são fruto de uma especialização do trabalho coletivo no contexto da sociedade.

Quando a autora menciona sobre o contexto da sociedade, importa destacarmos que, enquanto inseridos no sistema capitalista, este vai influenciar diretamente nas ações produzidas pelas profissões, principalmente, tendo em vista, que, no que concerne ao mundo do trabalho, a partir da década de 1990, este sofreu profundas alterações, gerando um desmonte nas relações trabalhistas.

As profissões “na medida em que se fazem, se refazem e se reconstróem as relações na sociedade, vai se fazendo, reconstruindo e refazendo suas práticas, muito embora nesse processo não sejam superados os limites das relações postas pelo capitalismo e pelas conjunturas sociopolíticas que vivencia. Nesse movimento, as ações individuais dos profissionais podem assumir, ao mesmo tempo, as dimensões de síntese – resultante do processo coletivo de elaboração de conhecimentos e práticas desenvolvido pela categoria – e de criação de novas propostas e de novos conhecimentos. (BAPTISTA, 2009, p. 23 e 24).

As profissões, de acordo com o movimento que ocorre na realidade, enfrentam novos desafios. Nesse processo as mesmas são impelidas a fazerem e se refazerem no que concerne à sua prática profissional. A autora afirma ainda que as ações individuais dos profissionais podem contribuir para este processo no sentido de que as mesmas podem colaborar para novas reflexões no seio das profissões, o que conseqüentemente pode incidir na criação de novas propostas e de novas temáticas.

Concernente ao tema das ações individuais dos profissionais, Iamamoto (2010, p. 431) alerta para a seguinte situação, que se for realizada uma análise da prática profissional partindo apenas do viés individual, isso “pode redundar numa incriminação moral da categoria por não aderir ou não ser capaz de implementar o projeto idealizado”.

Frente aos novos desafios impostos ao mundo do trabalho, um profissional pode se ver limitado para executar ações que sejam condizentes com seu projeto profissional, nessas circunstâncias o mesmo não pode ser culpabilizado, pois nesse contexto, emerge uma dicotomia entre “projeto profissional e estatuto assalariado”. (IAMAMOTO, 2010, p. 336)

Nessa linha de pensamento, Iamamoto (2010, p. 215) prossegue afirmando que “o significado social do trabalho profissional [...] depende das relações sociais que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade”.

“Outro problema com os profissionais é a questão da continuidade no CRAS, os profissionais que estão no CRAS não são concursados, é tudo por teste seletivo, não tem como continuar um trabalho, há bastante troca de funcionários, pois eles procuram por outros empregos e outras possibilidades que tenham ou concursos que tenham estabilidade ou uma remuneração melhor, na verdade ainda precisa melhorar muito, eu mesma sou do município sou concursada do município para estar trabalhando agora aqui no CRAS, mas, o pessoal do CRAS ainda eles não tem aquela estabilidade”. (Assistente Social 06)

O depoimento acima faz alusão à questão da rotatividade dos profissionais que integram a equipe interdisciplinar do CRAS, de acordo com a Assistente Social 06, devido ao fato de os profissionais não serem concursados e sim contratados, há uma dinâmica muito grande dentro da equipe. Ao passo que estes profissionais encontram em outra instituição de trabalho melhores condições de salários e uma maior estabilidade no emprego, estes deixam a equipe. Tal situação fragiliza a intervenção realizada no CRAS, pois as ações perdem seu ritmo.

Tal situação contradiz os preceitos estabelecidos para a gestão do trabalho dos CRAS em âmbito municipal, pois a NOB/RH estabelece que os municípios que “estão estabelecendo vínculos de trabalho precários, como contratos particulares,

terceirização, pregão, dentre outros, recomenda-se a adequação da contratação dos profissionais da equipe de referência dos CRAS ao disposto na NOB/RH". (BRASIL, 2009, p. 61)

A Norma Operacional Básica Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (2006) sinaliza ainda que a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. Pois, “a baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais”. (BRASIL, 2009, p.61)

A NOR-RH/SUAS (2006) também estabelece as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS para os trabalhadores do SUAS onde, dentre vários princípios, deve ser instituído concurso público como forma de acesso à carreira, este acesso à carreira estará condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. (BRASIL, 2006)

“Os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política de assistência social. Assim, é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários dos CRAS”. (BRASIL, 2009, p. 61)

Desta forma, se aos profissionais dos CRAS não for oferecida melhores condições de trabalho, a consequência dessa precariedade será refletida pelos usuários, visto que para se realizar uma intervenção profissional qualificada, com vistas ao favorecimento do processo de empoderamento das famílias usuárias dos CRAS, necessário se faz dar melhores condições de trabalho a estes profissionais.

“Para apoiar, deveríamos começar pelo crescimento, é o resultado que eu gostaria de ver, eu trabalho para isso, nós técnicos trabalhamos para isso e temos que estar motivados. Se não a gente também deixa a desejar e acaba não realizando um trabalho de qualidade, temos que mergulhar de corpo e alma”. (Psicóloga 01)

A motivação a que se refere o depoimento acima, está relacionada a melhores condições de trabalho para o profissional, e estas condições serão criadas a partir do momento em que os profissionais possuírem maior estabilidade no emprego, com melhores condições de salário.

Sobre este aspecto Iamamoto (2010, p. 215) acrescenta que “os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho [...] deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais”.

À medida que não são atendidas as necessidades de melhores condições de trabalho aos profissionais dos CRAS, tais necessidades geram limites para sua atuação uma vez que:

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho [...] encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2010, p. 424)

“Para que nós técnicos sejamos auxiliadores no processo de empoderamento dos usuários é necessária nossa verificação constante de suas necessidades e demandas para adequar nossa prática”. (Psicóloga 01).

Uma vez que o profissional identifica as demandas ele pode passar do plano da intenção para a intervenção, definindo estratégias, meios e recursos necessários para alcance do atendimento dessas demandas, num processo que pode favorecer o desenvolvimento do empoderamento, contudo:

A perspectiva que o profissional assume face à realidade – e que fornece as bases para a sua ação – é uma das perspectivas possíveis, as quais variam de acordo com os referenciais por ele assumidos. Ela expressa um posicionamento teórico-metodológico, o qual leva a uma apreensão específica do real e exprime a versão do profissional sobre ele sem, no entanto, modificá-lo. (BAPTISTA, 2009, p. 30).

Para realizar a sua prática, um profissional adota certas posturas frente às demandas impostas pela realidade, assumindo referenciais que lhe possibilitam, no caso dos profissionais do CRAS, uma atuação que favoreça que seus usuários acessem os direitos sociais, mas:

[...] a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (IAMAMOTO, 2010, p. 215)

Ou seja, por mais que um profissional tenha a intenção de realizar suas ações numa perspectiva que aponte para uma direção que vá “para além do capital” (MÉSZAROS, 2005), ainda assim, existem certos limites que a sua própria condição de trabalhador lhe impõe, pois a força de trabalho dos profissionais do CRAS “contém as contradições típica de toda a mercadoria”. (IAMAMOTO, 2010, p. 215)

A PNAS de 2004, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS de 2005 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS de 2006 estabelecem normas e diretrizes para a estruturação da Política de Assistência Social e instituem a exigência de composição de equipes formadas por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais como o pedagogo.

Nessa direção, a NOB/RH/SUAS (2006) consolida os principais eixos e diretrizes a serem consideradas para a gestão do trabalho na área da assistência social. Diante desse contexto novos desafios se colocam às citadas profissões, visto que as mesmas são requisitadas a inserirem-se em uma política social, que como já vimos anteriormente, foi permeada por práticas assistencialistas e que na atualidade possui status de política pública de Estado enfrentando o desafio de se afirmar como uma ação que se pauta pela ótica da cidadania.

“A assimilação por todos os atores envolvidos com a Política Pública de Assistência Social (gestores, servidores públicos, trabalhadores das entidades e organizações sem fins lucrativos, conselheiros, entre outros) é ainda um desafio a enfrentar”. (BRASIL, 2006, p. 08)

“Considero fundamental para nós profissionais, principalmente nós que não possuímos a formação em Serviço Social, quando inseridos numa Secretaria de Assistência Social, a busca para conhecer os programas, seus critérios, os recursos disponíveis nas comunidades, para onde encaminhar, estabelecer parceria não só com a equipe interna, mas com toda a rede do Município. Até mesmo a interação entre as quatro unidades do CRAS do município deve melhorar”. (Psicóloga 01)

O depoimento da Psicóloga reafirma o que a NOB/RH/SUAS – 2006 preconiza a respeito da importância de assimilação, da nova lógica que norteia a assistência, por parte de todos os atores envolvidos com esta política principalmente os trabalhadores, pois como os mesmos desenvolverão sua prática, se estes não tiverem o conhecimento a respeito da política da assistência? Haja vista que a mesma parte de pressupostos que são contrários às práticas assistencialistas que durante anos permeava esta área.

A NOB/RH/SUAS – 2006 propõe diretrizes no que se refere à gestão do trabalho no SUAS, as quais dizem respeito a favorecer o desenvolvimento de estímulos para valorização dos profissionais trabalhadores da área da assistência, privilegiando a qualificação técnica desses profissionais. (BRASIL, 2006)

Ao valorizar tais profissionais privilegiando sua qualificação teórico-metodológica, e também no sentido de ter uma estrutura de trabalho condizente para atendimento de suas demandas, se tais requisitos forem observados esses profissionais terão a possibilidade de prestar um atendimento diferenciado, com qualidade, alcançando desta forma um melhor resultado.

"O Psicólogo tem que estabelecer vínculos com as famílias, e para que isso seja possível ele deve permanecer em apenas uma unidade. Esta é uma crítica que faço ao nosso município, dividindo nossa carga horária em 20 horas semanais para cada unidade. Cada unidade possui realidades diferentes e as áreas de abrangência são enormes". (Psicóloga 01)

O depoimento elucida que para um profissional da Psicologia realizar sua intervenção com maior efetividade, necessário se faz que o mesmo estabeleça vínculos com os sujeitos atendidos. Assim sendo, a Psicóloga 01 problematiza sua intervenção no CRAS partindo do pressuposto de que ao passo que das suas 40 horas semanais, 20 delas ela trabalha em um CRAS e as outras 20 horas em outro CRAS, como ela conseguirá realizar um trabalho com mais qualidade, visto que, em sua opinião, essa divisão representa um entrave para seu trabalho.

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade; jornada; salário; controle do trabalho; índices de produtividade e metas a

serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional. (IAMAMOTO, 2010, p. 218)

Na condição de trabalhadores assalariados, os profissionais dos CRAS estabelecem contratos que regem a forma como irá ocorrer a sua prática profissional na instituição, dessa forma, tais contratos contém normas que conformam “[...] o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais”. (IAMAMOTO, 2010, p. 219). É o que ocorre com os Psicólogos que asseveram que sua intervenção deveria ocorrer tendo como foco a atuação em apenas um CRAS e não 02 CRAS, com a divisão de sua carga horária, pois para este profissional é evidente que essa norma estabelecida para execução de sua intervenção fragiliza o seu trabalho, principalmente no que se refere ao contato com o usuário.

“Em relação à parte da pedagoga, o problema atualmente aqui é que ela trabalha mais com o programa PROJOVEM Adolescente então o problema é que este programa exige muito. A psicóloga e a pedagoga ficam dois dias e meio, na quinta e na sexta e uma segunda-feira uma semana aqui a cada quinze dias, no total são duas segundas-feiras. A pedagogia realiza um trabalho que é voltado para o PROJOVEM porque o PROJOVEM tem muitos grupos de jovens e tem muitas pessoas que trabalham com esses jovens, então tem todo um planejamento, a visita nestes grupos, é um trabalho que demanda, que requer muito atendimento, requer ir aos grupos, fazer planejamentos das aulas, requer planejamento das atividades, planejamento do encerramento, planejamento dos jogos. É muita demanda pra ela, ela não faz outras ações então como fica dois dias aqui, a perspectiva dela ainda é mais no atendimento a essas famílias esse trabalho do PROJOVEM”. (Assistente Social 06)

“Eu particularmente, trabalhando com os adolescentes acabo deixando de lado os outros projetos que são trabalhados pela Assistente Social e pelo Psicólogo, a gente tenta estar conversando, só que a distribuição nossa, aqui na

rede do Município é complicada, eu atendo 02 CRAS, eu fico 02 dias na semana lá e dois dias aqui e 01 dia eu intercalo. Aqui é uma realidade, lá é outra, então quando você começa querer desenvolver alguma coisa, na outra semana eu tenho que ir para lá, quando você começa a querer engrenar alguma coisa, corta"! (Pedagoga 01)

Ante o exposto, fica evidente a preocupação dos profissionais dos CRAS com a sua carga horária de trabalho, para os psicólogos e pedagogos, profissionais que dividem sua carga horária entre 02 CRAS, é unânime que tal divisão tende a apenas fragilizar sua intervenção. Uma vez que os mesmos não conseguem desenvolver seu trabalho da melhor forma possível.

"É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional". (IAMAMOTO, 2010, p. 219)

Ou seja, por um lado, para realizar sua prática, o profissional do CRAS possui todo um embasamento teórico-metodológico e ainda um projeto profissional que norteia sua intervenção, por outro, na condição de trabalhador assalariado e contratado, possui certos limites que a própria instituição lhe impõe e que condicionam sua prática. Desta forma "as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas". (RAICHELIS, 2009, p. 384)

Outro princípio estabelecido no PCCS é a adequação funcional, onde os PCCS irão adequar-se periodicamente às necessidades, à dinâmica e ao funcionamento do SUAS. (BRASIL, 2006)

"O interdisciplinar da equipe dentro das possibilidades da unidade do CRAS Santa Luzia neste momento não se desenvolve da maneira mais desejada, pois os profissionais de Pedagogia e Psicologia dividem os horários na unidade Nova Rússia e Santa Luzia. Verificamos que a carga horária muitas vezes não possibilita um espaço de discussão como deveria ser, onde nos reunimos toda quarta-feira de manhã, porém o acúmulo de funções (coordenação, técnico, atendimento ao público, visitas, etc.) da equipe acaba restringindo as discussões a reuniões rápidas. Entendemos a necessidade de fazer arranjos para adequar

nossa carga horária e estabelecer regras e critérios para este momento de análise da equipe interdisciplinar, os quais já estão sendo ajustados. A questão de dividir técnico também é complicada, porque a visão que o CRAS da Santa Luzia tem é diferente da visão do CRAS da Nova Rússia, porque é outro território, diferente da Vila Mariana, que é outra realidade, se o técnico ficar trazendo, não é muito legal, então são questões que a gente conversa para não ter problema com o trabalho". (Assistente Social 01)

"Eu acho que devido à dedicação dos profissionais a gente consegue trabalhar juntas, a dificuldade que tem, como eu já falei é a rotatividade, quando o profissional engrena chega ao CRAS, o que é o CRAS para o pessoal que é da pedagogia e da psicologia e até entender o que é essa política da assistência, o que é CRAS quando consegue entender, sai, mas hoje estamos com uma equipe boa". (Assistente Social 06)

A NOB-RH/SUAS (2006) sinaliza para o compromisso solidário, indicando que os PCCS:

São acordos entre gestores e representantes dos trabalhadores em prol da qualidade dos serviços, do profissionalismo e da garantia pelos empregadores das condições necessárias à realização dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. (BRASIL, 2006, p. 20)

É responsabilidade do município gerir os PCCS de forma a estabelecerem acordos com os trabalhadores com vistas à garantia de melhores condições de trabalho, no entanto, os depoimentos acima, trazem à tona a problemática enfrentada por alguns profissionais, no que concerne à estrutura de trabalho oferecida pelo município.

O depoimento da Assistente Social 06 levanta outro questionamento, visto que a mesma refere-se à questão da rotatividade dos profissionais, pois quando o profissional está se adaptando ao trabalho do CRAS, o mesmo acaba saindo, justamente por não possuir a estabilidade. Em decorrência há um desgaste na equipe e também na intervenção, pois com uma nova contratação, há necessidade de se gastar mais tempo com treinamento, etc, e conseqüentemente, perde-se

tempo na realização de projetos de intervenção que contribuam para o fortalecimento dos usuários.

A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (BRASIL 2006, p. 17).

A NOB-RH/SUAS (2006) explicita que contratar e manter o quadro de pessoal necessário à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais configura-se como uma das atribuições do Município, no que concerne à gestão do SUAS. Tal contratação deve ser realizada mediante concurso público para contratar e manter o quadro de pessoal necessário à execução da gestão dos serviços socioassistenciais, observadas as normas legais vigentes. (BRASIL 2006)

Para municípios que possuem a Gestão Plena da Assistência Social, como é o caso de Ponta Grossa, a NOB-RH/SUAS (2006) sinaliza que deve haver fortalecimento de mecanismos de desenvolvimento profissional nas carreiras, com devido estímulo à manutenção de servidores no serviço público e valorizando a progressão nas carreiras. (BRASIL 2006)

Na política de assistência social, nos marcos da implantação em todo o território nacional, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, verifica-se também a adoção, pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de empresas ou ONGs, na contratação de profissionais e na prestação de serviços socioassistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção de serviços públicos. (RAICHELIS, 2009, p. 383)

A autora expõe que a prática de contratações de profissionais dos CRAS em modalidades diversas que não sejam por concurso público é uma prática que não se restringe ao município de Ponta Grossa, mas que tem sido adotada em âmbito nacional. Todavia, mediante os depoimentos, percebemos que esses tipos de contratações de profissionais geram entraves, uma vez que fragilizam, não apenas a equipe de trabalho do CRAS, como também fragiliza o trabalho com os usuários, pois de certa forma as ações não têm uma continuidade.

Para Raichelis (2009, p. 384) tal situação desencadeia certas consequências:

As consequências dessa forma de condução das políticas públicas para o trabalho social são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos [...] trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratada [...].

Outro ponto que merece destaque é que os trabalhadores envolvidos na implementação do SUAS, devem ter clareza das funções e possibilidades das políticas sociais e ao mesmo tempo não atribuir à Assistência Social a intenção de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social, função essa da Seguridade Social. (CFP/CFESS, 2007)

"A gente vê as demandas de vulnerabilidade social das famílias, nós tentamos trabalhar com projetos de intervenção com uma sintonia da equipe, com objetivos em comum, e o que acontece muitas vezes é que nós não temos uma complementaridade das ações [...]". (Assistente Social 05)

Para poder trabalhar de forma mais adequada e também de forma que este trabalho favoreça o alcance de resultados mais positivos para a melhora da qualidade de vida das famílias usuárias da assistência, as ações que se desenvolvem, por exemplo, nos CRAS devem ser complementadas por outros setores, como educação, saúde, habitação, etc. Pois, apenas a assistência não consegue dar respostas a todas as problemáticas que incidem sobre tais famílias. Nessa direção, o trabalho intersetorial, o trabalho em rede deve ser um imperativo e não uma opção.

"A questão do empoderamento é similar a questão da promoção social: pode ser trabalhada com a equipe técnica inteira do CRAS, e não só com o CRAS, mas sim com toda a rede de assistência social". (Assistente Social 04)

A perspectiva de realizar um trabalho que favoreça o processo de empoderamento das famílias atendidas no CRAS pode ser uma perspectiva que norteie todo o trabalho em rede da assistência e também o trabalho desenvolvido nas políticas sociais.

Além do desafio das condições de trabalho, os depoimentos dos profissionais entrevistados elucidam o desafio do trabalho em equipe, tendo em vista que a equipe de referência do CRAS é composta por profissionais de diferentes

áreas. Nesse sentido, no próximo item faremos uma abordagem referente aos desafios e possibilidades que são impostos aos profissionais dos CRAS no que se refere ao trabalho interdisciplinar.

4.2) Equipe profissional do CRAS e o desafio do trabalho interdisciplinar.

A relação entre prática profissional e interdisciplinaridade é aqui abordada a partir de alguns desafios que são enfrentados pelos profissionais de referência que atuam no CRAS.

Destacamos que a prática profissional a partir da perspectiva interdisciplinar “[...] requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade”. (CFP/CFESS, 2007, p. 09)

Para uma melhor compreensão dos limites e possibilidades que esses profissionais enfrentam no desenvolvimento de sua prática profissional, consideramos importante neste item apresentar algumas características referentes à história da formação profissional do Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo.

4.2.1) Formação profissional do Assistente Social

O Serviço Social institui-se no Brasil como profissão na década de 1930, até então, semelhante à trajetória da Assistência Social brasileira, esta profissão inicia seu trajeto próximo das damas de caridade e da igreja.

A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos (as) assistentes sociais. Não obstante, não pode ser confundida com o Serviço Social, pois confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional. (CFP/CFESS, 2007, p. 15)

“A Assistência Social é uma política e o Serviço Social uma profissão, então as assistentes sociais têm dificuldade em trabalhar, o que acontece, não posso dizer que a gente está trabalhando de forma interdisciplinar, multidisciplinar sim, tem vários profissionais”. (Pedagoga 02)

Serviço Social não é e não pode ser confundido com Assistência Social, mesmo que desde a origem da profissão os profissionais desta área atuem no

desenvolvimento de ações socioassistenciais, assim como atuam em outras políticas, tais como: saúde, educação, habitação, trabalho, entre outras. (CFP/CFESS, 2007)

Em 1936 surge no país o primeiro curso de Serviço Social e sua regulamentação ocorre em 1957. Nesse sentido, refere-se a uma profissão de nível superior, a qual exige de seus profissionais formação teórica, técnica, ética e política. (CFP/CFESS, 2007)

No início a formação dos assistentes sociais possuía uma raiz mais conservadora, positivista, no entanto, em 1960 desencadeia-se um processo de Reconceituação²³ desta profissão, momento em que a teoria marxista passa a fundamentar as ações profissionais do assistente social e construção de um projeto ético-político profissional, este é uma construção coletiva, de natureza histórica e se expressa nas diretrizes curriculares de 1996, na Lei nº 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão e no Código de Ética de 1993, onde “as políticas sociais e os direitos sociais estão presentes como uma importante mediação para construção de uma nova sociabilidade”. (CFP/CFESS, 2007, p. 14)

Nesse sentido, podemos inferir que o tema sobre políticas sociais, direitos sociais e trabalhos coletivos já estavam na pauta da formação destes profissionais.

“Os assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também de assessoria a movimentos sociais e populares”. (CFP/CFESS, 2007, p. 14)

O Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano [...] ele intermedia as relações entre instituição e “clientela”, articula a população aos órgãos em que trabalha. (IAMAMOTO, 1992, p.40).

De acordo com a autora, faz parte do cotidiano profissional do Assistente Social atuar a partir de perspectivas que favoreçam com que os indivíduos possam

²³ Processo de Reconceituação foi caracterizado como um momento em que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social, no entanto é importante ressaltar que o movimento de Reconceituação não ocorreu de forma homogênea, haja vista, que alguns profissionais não aderiram a teoria marxista como fundamento de suas ações profissionais. Para maiores informações sobre a Reconceituação do Serviço Social consultar: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2005.

transformar a sua realidade a partir de um processo de mediação, ou seja, processo esse que exige do profissional uma análise não a partir do que está no plano da imediatez, mas através de um olhar que considera o contexto da realidade em que este indivíduo se insere.

O Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 preconiza como um de seus princípios fundamentais “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerente – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2007)

Nesse contexto, em seu cotidiano ao se deparar com a realidade social vivenciada por seus usuários, o Assistente Social, precisa reconhecer que uma de suas atribuições é oportunizar um espaço democrático àqueles indivíduos, que buscam através de seus serviços a satisfação de suas necessidades. Desenvolvendo “mediações de uma relação de respeito a eles, de estímulo a sua capacidade de reflexão e reação diante da correlação de forças que lhes é desfavorável”. (FALEIROS, 2002, p.63)

Desenvolvendo mediações onde estes usuários possam sentir-se fortalecidos mediante as situações que lhes são adversas. Nesse processo o empoderamento surge como uma estratégia de incentivo ao enfrentamento dessas condições.

4.2.2) Formação profissional do Psicólogo

A Psicologia como profissão foi regulamentada no Brasil em 1962, contexto próximo da instalação do Regime Militar em 1964, fato que conferiu a esta profissão o estigma de profissão elitizada, visto que devido à ditadura militar, as questões de cunho social foram impedidas de serem inseridas em seus currículos. (CFP/CFESS, 2007). “A despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o(a) psicólogo(a) só faz Psicoterapia”. (CFP/CFESS, 2007, p. 20)

Esse quadro se alterou no final dos anos 1980, pois nessa época surgem novos movimentos de mudança na atuação profissional e a categoria adota o lema do compromisso social como orientador da atuação dos psicólogos. Desde então cresceu a inserção dos profissionais da psicologia nas políticas públicas. (CFP/CFESS, 2007)

A partir dessa perspectiva, é valorizada a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Diferentes experiências apontaram alternativas para o fortalecimento dos indivíduos e grupos para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão de psicólogo no interior da sociedade (CFP/CFESS, 2007, p. 20)

"Vejo a Psicologia no CRAS como um recurso que tem muito a oferecer, mas não é bem utilizado. O trabalho no CRAS tem que ser interdisciplinar, porque o Assistente Social intervém sobre a política, direitos, encaminhamentos, levantamento de necessidades, porém existem dentro da demanda do CRAS outras necessidades onde a atuação da Psicologia se faz necessária, a mesma coisa acontece com a Psicologia, tem famílias que vem ao CRAS à procura somente da orientação psicológica, porém possuem necessidades de acesso a direitos e assistência, onde a atuação do Assistente Social é fundamental. Então é uma parceria constante onde deve haver bons diálogos". (Psicóloga 01)

Nesse contexto de ampliação de novas concepções para o trabalho realizado pelo psicólogo insere-se a temática referente à transformação social dos sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social, juntamente temáticas que se encontram na pauta do trabalho realizado pelos profissionais do CRAS.

A inserção dos Psicólogos no SUAS desafia a todos, principalmente os próprios profissionais, visto que tal inserção deve basear-se numa visão crítica da Assistência Social. Assim sendo, necessário se faz uma discussão a respeito das "concepções e pressupostos que orientam a política de Assistência Social". (CFP/CFESS, 2007, p. 21)

Os profissionais da psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim, esses profissionais não devem "patologizar" ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer

encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde, quando necessários. (BRASIL, 2009, p. 65)

Em sua atuação dentro do CRAS, os profissionais da Psicologia precisam estar atentos para não estigmatizar ou rotular as demandas apresentadas pelos usuários, pois durante um bom tempo houve a psychologização das expressões da questão social, onde os problemas sociais enfrentados pelas classes mais pobres eram considerados problema de ordem individual, ou seja, era um problema que tinha sua raiz em uma disfunção pessoal. Desta forma, esses profissionais precisam considerar o contexto em que tais usuários estão inseridos para realizarem sua intervenção.

"E esta situação se agrava mais devido à dificuldade no atendimento específico de acompanhamento psicológico no município, onde são escassas as parcerias para encaminhamentos e existe um período significativo de espera pelo atendimento psicológico. Com isso se comprova que a atuação dos profissionais não deve ser limitada à metodologia de grupos, visto uma demanda existente de orientações oriundas de situações em que os usuários necessitam serem ouvidos, orientados e encaminhados com privacidade e sigilo profissional". (Psicóloga 01)

Uma das atribuições do Psicólogo inserido no CRAS é realizar os encaminhamentos das demandas psicológicas para os serviços da área da saúde, tendo em vista que o CRAS não é lugar privilegiado para atendimento de tais demandas, no entanto o depoimento acima explicita que, como no município de Ponta Grossa existe a dificuldade de se realizar este encaminhamento, em algumas situações se faz necessário a realização desse tipo de atendimento no CRAS.

Contudo, problematizamos essa situação, sinalizando que este problema de escassez de psicólogo na rede de atendimento de saúde não deve ser enfrentado desta forma, pois trata-se de princípios estabelecidos nas políticas sociais e para tanto deve ser tratado neste nível e não em um nível mais local, pois não se refere a um problema que apenas o CRAS onde atua a Psicóloga 01 enfrenta, mas é uma questão de ordem municipal na política de atendimento à saúde. Nesse sentido é importante ressaltar que a atuação dos psicólogos no CRAS além de estar baseada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, a partir

de diferentes enfoques teóricos e metodológicos, objetiva também problematizar e propor ações no âmbito social. (CFP/CFESS, 2007)

"Enquanto trabalho de equipe como a Política diz, eu vejo que está em processo de amadurecimento para atender essa proposta. Eu percebo que há uma predisposição para, só que muitas vezes não é possível, por mais que os integrantes do grupo tenham essa disposição, eu percebo também, nos atendimentos em grupo que difere do clínico, a abertura do Serviço Social é muito importante, essa questão de território, vamos lá, vamos conhecer, vamos participar juntas, ali eu estou vendo o território, a realidade e vendo de que forma podem ser trabalhadas as questões emergentes daquela realidade e isso é empoderamento". (Psicóloga 02)

Por meio do trabalho realizado dentro do território de referência, utilizando abordagem de escuta qualificada, por exemplo, o psicólogo tem a possibilidade de estabelecer "alianças, inventar espaços de transformação, ampliar a compreensão dos usuários, de modo que possam encontrar formas de enfrentamento para as suas dificuldades e ser catalisadores de experiências, contribuindo para a consolidação da cidadania". (CFP/CFESS, 2007, p. 37)

Como aponta o depoimento da Psicóloga 02, é importante que este profissional se preocupe não apenas com o atendimento individual, mas, sobretudo, é importante que o mesmo tome conhecimento do contexto em que está inserido aquele usuário, pois:

[...] as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar a classe trabalhadora, mas buscar compreender os processos estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Os processos devem ser compreendidos de forma articulada com os aspectos histórico-culturais da sociedade, produzindo-se a construção de novos significados ao lugar do sujeito-cidadão autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados. (CFP/CFESS, 2007, p. 32)

"Na realidade é uma troca, o trabalho em grupo é um crescimento, é importante estar com um tema preparado, uma pauta e assim você estar direcionando e às vezes, quando a pessoa acaba se expondo, na realidade ela tem uma ansiedade em falar, é natural do ser humano, às vezes também eu atendo

individual, quando a demanda requer, eu atendo. Porque tem situações que a pessoa tem necessidade de falar individualmente. E às vezes através de um tema que foi proposto vêm tantos relatos, tantas experiências de vida e a gente tem que estar preparado para isso". (Psicóloga 02)

A intervenção do psicólogo no CRAS pode usar do atendimento individual, no entanto deve preocupar-se em produzir uma intervenção que não negligencie a dimensão social, visto que "as determinações econômicas e sociais produzem efeitos psicológicos que não podem ser compreendidos somente na sua dimensão individual". (CFP/CFESS, 2007, p. 36)

O psicólogo tem possibilidades de atender crianças, adolescentes e adultos, de forma individual e/ou em grupo, priorizando o trabalho coletivo, "possibilitando encaminhamentos psicológicos quando necessário, desenvolvendo métodos e instrumentais para atendimento e pesquisa com um olhar para o grupo familiar". (CFP/CFESS, 2007, p. 32)

Inserido no contexto do CRAS a prática profissional do psicólogo tem possibilidades de contribuir para o favorecimento do processo de empoderamento através de estratégias que possam vincular o atendimento individual ou coletivo dos usuários do CRAS "a partir da análise da forma como se dão as relações entre indivíduos e/ou entre indivíduos e instituições, da coconstrução de conhecimentos sobre a realidade e possibilidades de mudanças". (FREITAS, GUARESCHI e RICCI apud CFP/CFESS, 2007, p. 36)

4.2.3) Formação profissional do Pedagogo

O curso de Pedagogia surge no Brasil na década de 1930 com seu currículo básico voltado para a formação do profissional que irá atuar na educação formal, regular e escolar.

No Brasil, o Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e em outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o "estudo da forma de ensinar". (BRITO, 2010, p. 01)

Nos anos de 1939, 1962 e 1969, ocorreram as regulamentações do curso, as quais “propiciaram pouca flexibilização e inovações nos projetos das instituições formadoras, já que continham um currículo mínimo indicado que era implantado como referência nacional”. (MACHADO, 2010, p. 01)

No ano de 1996 acontece a Reforma da Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/1996, através desta lei o currículo mínimo é substituído por diretrizes curriculares favorecendo a diversidade e diversificação de projetos educacionais. (MACHADO, 2010)

De acordo com Paula e Machado (2010, p. 04), neste contexto “foram abertas possibilidades sobre a formação de educadores para atuação em ambientes não escolares”.

Já no ano de 2006 a Resolução CNE/CP n. 1 de 15/05/2006 institui novas Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia onde a docência encontra-se na base da formação do Pedagogo, tais diretrizes significaram um avanço no que se refere à discussão da formação deste profissional, visto que para alguns profissionais, o trabalho do pedagogo não deveria se restringir a apenas à docência, mas também deveria ocupar espaços de educação não formal onde se encontravam os socialmente excluídos. (PAULA e MACHADO, 2010)

Para Paula e Machado (2010, p. 05) “essas discussões sobre a base de formação do Pedagogo são significativas no momento atual, pois, dependendo do tipo de concepção utilizada na formação do profissional, esta direcionará o posicionamento do educador na sociedade”.

Nesse contexto, a partir da instituição das Diretrizes Nacionais Curriculares, a categoria dos profissionais da Pedagogia é convocada para ampliar suas responsabilidades, deixando de atuar apenas na educação formal, nos trabalhos em escola, para assumir novas atribuições, as quais têm relação com as questões sociais, exigindo destes profissionais novas adequações. (PAULA e MACHADO, 2010)

“Inclusive o meu artigo eu quero escrever por causa justamente desta dificuldade: primeiro porque não tem experiência de pedagoga na área social, aqui em Ponta Grossa tem pedagoga dentro do CRAS, a grande maioria das cidades não tem. Então é por isso que eu até conversei com a Fabiane, minha orientadora na Pósgraduação de Família que estou fazendo, está bem complicado, porque é

muito importante discutir isso, eu acho que é super importante discutir a delimitação profissional, a identidade de cada um que cada um tem um papel fundamental". (Pedagoga 02)

As novas Diretrizes da Pedagogia apontam para uma formação mais geral do educador valorizando espaços educacionais que não são formais, ou seja, que vão além da escola, talvez por isso seja difícil encontrar experiências de Pedagogos para além do ambiente escolar, por tratar-se de uma novidade nesta área e no que se refere ao trabalho de Pedagogo no CRAS, sabemos que esta nova configuração de trabalho também pode ser considerada recente, tendo em vista que isso mudou a partir da PNAS de 2004.

Importante destacarmos que já na década de 1960, Paulo Freire já trazia essa discussão referente à prática profissional do educador, pois este autor desde essa época já afirmava que o trabalho de um educador não estava restrito a uma sala de aula, mas num cenário mais complexo que envolve não apenas a educação formal, mas a formação geral do sujeito. (FREIRE, 1981)

Pensar na educação fora da escola exige refletir sobre os processos educativos envolvidos. Acreditamos que os aspectos metodológicos de ensino-aprendizagem são necessários para esses contextos, mas é preciso refletir também sobre as questões políticas e os conhecimentos que perpassam essas práticas educacionais. É preciso que as teorias e os conhecimentos produzidos respeitem as diferenças culturais e as condições de vida dos sujeitos envolvidos. (PAULA e MACHADO, 2010, p. 07)

Diante desse contexto, alguns profissionais da Pedagogia buscam apropriar-se das teorias da Pedagogia Social, para esta é através das relações sociais que o homem se constitui como sujeito social e histórico e a Pedagogia Social pode ser mediadora deste processo. (PAULA e MACHADO, 2010)

[...] Pedagogia Social se desenvolve dentro de instituições não formais de educação [...]. Nasce e se desenvolve de modo particular no século XIX como resposta às exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social. Em geral essas pessoas não freqüentam ou não puderam freqüentar as instituições formais de educação. Mas não só: o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos reafirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. (CALIMAN, 2006, p.05)

No que concerne à Pedagogia Social podemos inferir que esta surge como resultado de novas demandas sócio-educacionais, isto não se efetiva de forma diferente das outras profissões já descritas anteriormente, onde o próprio movimento da realidade produz novas demandas às profissões, as quais precisam estar em permanente (re)construção.

"Eu ainda estou tentando me encontrar dentro da assistência porque é meu primeiro trabalho depois de formada em Pedagogia, então pra mim não estava difícil porque eu não passei ainda só pela educação não trabalhei na educação já entrei direto aqui (...)". (Pedagoga 02)

Justamente por estar relacionada ao movimento da história, a prática profissional não poder ser analisada do ponto de vista individual, assim sendo, o desafio que a Pedagoga 02 aponta sobre encontrar seu lugar dentro da assistência é um desafio que não se restringe a apenas sua atuação, mas diz respeito a toda a categoria profissional da Pedagogia. Para esta profissão, a inserção na área da assistência ainda é uma novidade e desta forma necessário se faz a criação de parâmetros de atuação desses profissionais, com a finalidade de que o trabalho interdisciplinar, base de trabalho da equipe de referência do CRAS, seja um trabalho que tenha condições de se efetivar na prática.

Concernente à interdisciplinaridade Munhoz e Junior (2009, p. 15) alertam que não se pode negar que as "diferentes ciências e profissões possuem a sua história particular e uma cultura própria", os autores ressaltam que estas profissões, por mais que tenham sua especificidade para realizar sua intervenção, não podem cair no etnocentrismo. Ou seja, não podem centrar-se na sua própria cultura absolutizando a verdade.

Por mais que o Serviço Social, por exemplo, tenha mais proximidade com a área da assistência social, esta profissão não pode fechar-se em si mesma, como se fosse detentora de todo saber, nem tão pouco, deve adotar uma postura de apropriação de conceitos técnicos que dificultam o acesso de outros profissionais às ações que se desenvolvem no cotidiano da assistência.

As práticas interdisciplinares implicam em uma "sensocomunicação" de princípios e conceitos de cada campo original para desta forma haver a possibilidade de decodificação em uma "linguagem mais acessível dos próprios campos originais

e de tradução de sua significação para o senso comum”. (VASCONCELOS apud MUNHOZ e JUNIOR, 2009, p. 16 e 17)

“Eu acho que a gente como equipe está indo bem, acho que tem alguns pontos que precisam ser melhorados. Porque um acaba desenvolvendo mais a sua área e acaba esquecendo um pouco da área do outro”. (Pedagoga 01)

A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os perfis devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social com famílias depende de um investimento e de uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS. (BRASIL, 2009, p. 62)

Como profissional inserido no CRAS, tanto Assistente Social, como Psicólogo e Pedagogo precisam ter clareza de que o perfil exigido para a realização do trabalho neste local será um perfil que num primeiro momento tenha a predisposição para o trabalho interdisciplinar. Ou seja, a prática profissional deve ser pensada e formulada a partir desse pressuposto, da interdisciplinaridade, os profissionais devem considerar que isso não é uma escolha pessoal, mas um imperativo para a realização de sua intervenção no CRAS e para que as ações executadas nesse ambiente possam convergir em ações que tenham possibilidades de contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais que incidem sobre as famílias que são atendidas no CRAS.

Nesse contexto, tais profissionais precisam adotar uma postura de busca de elementos para exercício da prática profissional interdisciplinar e não o contrário, se conformando quando percebem que um profissional está se distanciando da perspectiva interdisciplinar e desenvolvendo sua intervenção de forma isolada.

“Falar em interdisciplinaridade remete à necessidade de discuti-la comparativamente com os conceitos de multi e pluridisciplinaridade, termos – estes últimos – que, via de regra, são utilizados como sinônimos”. (MUNHOZ e JUNIOR, 2009, p. 14)

Em uma situação onde há profissionais com várias formações acadêmicas e estes por sua vez desenvolvem sua prática de forma isolada, cada um se preocupando com a sua área específica, o que ocorre é uma situação de multi e pluridisciplinaridade, onde os profissionais atuam tendo “apenas uma simples

coexistência – pacífica ou não – de compartimentos quase sempre estanques, resistentes ou indiferentes à interpretação e, conseqüentemente, ao intercâmbio”. (MUNHOZ apud MUNHOZ e JUNIOR, 2009, p. 15). Do que numa perspectiva de interdisciplinaridade onde é exigida uma atuação que vai além dessa convivência pacífica das diferentes profissões.

Referindo-se ao documento “Avaliação e Perspectivas”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES Munhoz e Junior (2009) sinalizam que multidisciplinar refere-se às diversas áreas trabalhando juntas, porém, cada área preserva sua metodologia e independência, não se fazendo necessário a apropriação do conhecimento de outras áreas.

Por sua vez, a interdisciplinaridade não ignora as diferenças existentes entre as diversas áreas do conhecimento, no entanto, parte do pressuposto que estas diferenças ao invés de separar devem trazer união para que as mesmas possam caminhar juntas realizando suas ações na busca de conhecimento mais adequado para intervir na realidade. (MUNHOZ e JUNIOR, 2009)

Os profissionais que atuam no CRAS, embora tenham formações em áreas diferentes, as quais possuem sua própria metodologia de atuação, necessitam compreender que para uma atuação se configurar como interdisciplinar, esta ação não pode ser desenvolvida a partir da ideia de que cada profissional vai exercer suas atribuições se restringindo apenas em fazer aquilo que cabe ao Psicólogo, por exemplo. Contudo, é necessário a estes profissionais a compreensão de que embora tenham atribuições e papéis diferentes a desempenhar dentro do CRAS, ainda assim, as ações desses profissionais não podem ocorrer de forma fragmentada, mas devem convergir a um único objetivo, qual seja, buscar estratégias de intervenção na realidade das famílias atendidas no CRAS.

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social – as vulnerabilidades e riscos sociais – não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações. (BRASIL, 2009, p. 64)

As circunstâncias que permeiam as famílias usuárias do CRAS, são situações que exigem um enfoque que tenha como premissa um olhar mais

ampliado e não focado em apenas uma direção, pois dizem respeito a situações que são resultados de múltiplos determinantes, que como já visto em itens precedentes, não são apenas resultados de condições objetivas, mas também trazem em sua configuração as condições subjetivas. Assim sendo, o enfoque interdisciplinar deve privilegiar a compreensão destes determinantes na busca de criar estratégias de enfrentamento de tais situações.

"Percebo que devido à particularidade de cada formação profissional, faz-se necessário uma intervenção interdisciplinar, pois ao trabalharmos com as famílias e suas particularidades, as mesmas não apresentarão apenas questões sociais, mas também problemas psicológicos e pedagógicos e de outras complexidades". (Assistente Social 04)

O depoimento acima elucida que na intervenção profissional, principalmente, em uma intervenção onde os sujeitos apresentem necessidades que correspondem à síntese de múltiplas determinações, o trabalho interdisciplinar é fundamental, tendo em vista, que um saber pode subsidiar o outro saber e dessa forma se complementarem na ação de intervenção da realidade.

Ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas. (RAICHELIS, 2009, p. 389)

O trabalho interdisciplinar não pressupõe uma uniformidade de olhares e de pensamentos referentes às diversas problemáticas que incidem sobre as famílias atendidas no CRAS, ao contrário, os diversos olhares são necessários na construção da intervenção interdisciplinar, onde o importante é que por meio dessa multiplicidade de olhares, pode-se fazer uma análise da conjuntura onde estão envolvidas essas famílias e através de tal análise existe a possibilidade de ampliação das estratégias de intervenção.

"No começo eu confesso que centralizava muito as questões do CRAS, eu achava que tudo era competência do Serviço Social e aos poucos você vai vendo que não dá conta e aí a gente foi delegando, foi delimitando funções para outras

áreas do conhecimento e isso é muito importante: ter essa ação-reflexão-ação de todos os profissionais [...]". (Assistente Social 05)

Ao perceber sua limitação enquanto profissional frente às demandas apresentadas pelo trabalho no contexto do CRAS a Assistente Social 05 confessa que entendeu que sozinha não conseguiria efetivar sua intervenção e dessa forma percebeu que era necessário abrir espaço de atuação aos outros profissionais da equipe do CRAS. No entanto, é importante sinalizarmos, que a interdisciplinaridade não se trata apenas de divisão de tarefas e atribuições quando alguém percebe que não consegue realizar suas atividades isoladamente, mas é um tema que envolve o reconhecimento da troca de saberes, do compartilhamento de experiências.

"A interdisciplinaridade é um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetos e instrumentos de conhecimentos distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes". (BRASIL, 2009, p. 65)

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunto, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (BRASIL, 2009, p. 65)

Para que a interdisciplinaridade ocorra, necessário se faz que diferentes saberes elejam um projeto em comum, no entanto sabe-se que as profissões que atuam no CRAS são profissões que construíram seu saber tendo como foco olhares diferenciados e nesse caso pode emergir a dificuldade do trabalho interdisciplinar.

"Sem dúvida alguma, a prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS é essencial, pois, uma prática vai estar complementando a outra [...] porque ao trabalharmos com a política vamos precisar de vários profissionais, que contribuirão sim para o processo de empoderamento das famílias a partir do momento em que utilizarem suas especificidades e instrumentos de trabalho". (Assistente Social 04)

Nessa linha de pensamento, podemos afirmar que a perspectiva adotada pela Assistente Social 04 é a perspectiva da prática profissional interdisciplinar

partindo do pressuposto de que as diversas especificidades das profissões de referência do CRAS podem contribuir para o processo de empoderamento das famílias.

Porém, nesse contexto é importante considerar a necessidade não só de complementaridade de ações profissionais, mas, sobretudo, se faz necessário:

A criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos (as) usuários (as). (CFP/CFESS, 2007, p. 39)

"O trabalho interdisciplinar é de extrema importância na prática profissional com famílias, pois a reflexão que deriva da soma dos olhares profissionais só vem enriquecer a mesma". (Assistente Social 04)

O relato da Assistente Social 02 faz referência à importância da soma dos olhares na prática profissional interdisciplinar, tendo em vista que isto pode colaborar na construção de novas reflexões a respeito das situações vivenciadas pelas famílias atendidas no CRAS.

O trabalho interdisciplinar implica ainda em que os profissionais realizem constantemente "reuniões e debates conjuntos de planejamento a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho". (CFP/CFESS, 2007, p. 39)

"A gente procura na quarta-feira principalmente quando estão todos os técnicos aqui, colocar todas essas coisas em comum, as dificuldades, os avanços. Eu estou atendendo tal caso, aconteceu isso, aconteceu aquilo, a psicóloga vem na segunda-feira e na quarta-feira e a pedagoga vem na quarta-feira e na sexta-feira e na quarta-feira é o único dia que está todo mundo aqui. Nos outros dias não, a gente acaba tendo contato telefônico apenas e na quarta-feira a gente conversa sobre tudo, inclusive sobre as nossas dificuldades. Porque tem dias que é difícil, você vem trabalhar e a gente está com a cabeça em outro lugar e isso é normal, mas nós procuramos dizer que aqui é um ambiente de trabalho e que

temos que conversar. Os conflitos eles são produtivos na medida em que permite que você senta e conversa. Nós discutimos todos os casos porque justamente o usuário não é um objeto para ser jogado de um lado para o outro simplesmente". (Assistente Social 01)

Trabalho interdisciplinar não se reduz à mera divisão de tarefas, mas implica em uma postura onde a equipe separe tempo para sentar, conversar e dialogar a respeito de suas ações, com finalidades de verificar avanços e retrocessos e "instituir parâmetros de intervenção que se pautem pelo compartilhamento das atividades". (CFP/CFESS, 2007, p. 39)

O depoimento da Assistente Social 01 evidencia a preocupação da equipe interdisciplinar em separar um momento para conversar e dialogar a respeito dos trabalhos desenvolvidos, no entanto, a profissional ressalta mais uma vez que dada a dificuldade em adequar a carga horária de todos os profissionais, não é todo dia que pode ocorrer esse diálogo da equipe, desta forma, tal dinâmica ocorre uma vez por semana.

"O estabelecimento de relações de trabalho estáveis, a garantia institucional e condições e meios necessários à realização das atividades são indispensáveis para o exercício profissional" (CFP/CFESS, 2007, p. 39), tal contexto é fundamental principalmente para o exercício profissional interdisciplinar, desta forma, além de se depararem com o desafio de atuarem a partir do viés interdisciplinar, como já vimos no item anterior, os profissionais do CRAS convivem com o dilema da estrutura de trabalho, a qual afeta sobremodo sua intervenção.

"Tudo o que eu faço é fruto de trabalho de equipe, pois a equipe é a base, pois não adianta nada querer correr atrás de um projeto, fazer oficinas, fazer reuniões se a equipe não estiver bem. A equipe tem que estar falando a mesma língua porque um trabalho depende do outro e às vezes você tem que parar e dar atenção ao seu colega e conversar". (Assistente Social 01)

Neste sentido, necessário se faz a adoção do diálogo, aspecto já explorado nesta pesquisa quando trouxemos as discussões de Freire referente ao empoderamento dialógico. É imprescindível que a equipe profissional interdisciplinar do CRAS adote a perspectiva do diálogo em suas ações enquanto equipe "com vistas ao fortalecimento tanto do conjunto como das partes, para que estas,

fortalecidas, possam contribuir no diálogo com a diferença”. (MUNHOZ e JUNIOR, 2009, p. 18)

Mais uma vez chamamos a atenção para a questão de que interdisciplinaridade não pressupõe uma coexistência pacífica entre os profissionais, mas implica em diversos profissionais, com olhares diferentes e que convergem na mesma direção, qual seja, o atendimento das vulnerabilidades apresentadas pelas famílias do CRAS. Não se trata de apenas falar a mesma língua como se os profissionais do CRAS tivessem que adotar uma postura de uniformidade, mas uma postura “[...] que requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes [...]” (CFP/CFESS, 2007, p. 39) com a finalidade de compartilhar conceitos para que haja uma linguagem mais acessível para toda a equipe.

A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. (CFP/CFESS, 2007, p. 39 e 40)

“O trabalho interdisciplinar é essencial na prática com famílias. O que acontece, a gente tem feito assim: a gente faz o primeiro atendimento, estamos fazendo muitos atendimentos em conjunto, a interdisciplinaridade permite lançar mais de um olhar na situação problema, pois cada área profissional tem o seu olhar específico e quando podemos somar esses olhares e analisar todas as possibilidades ganhamos qualidade no atendimento”. (Assistente Social 02)

Quando orientados por essa perspectiva de soma dos olhares dos diversos profissionais há a possibilidade de se realizar um trabalho a partir das mediações, uma vez que as mediações favorecem aos profissionais passar daquilo que está dado no aparente para então conhecer a essência dos fenômenos, e ainda, no caso da Assistência Social, a mediação surge como categoria que tem possibilidades de favorecer o desencadeamento do processo de empoderamento das famílias usuárias deste serviço social, pois a mediação favorece olhar para a totalidade dos fenômenos e possibilita ao profissional compreender que por mais fragilidades que uma família possua, a mesma tem capacidades e possibilidades de enfrentamento. Olhar além do aparente favorece que o profissional não caia na armadilha de

culpabilizar as famílias pelos problemas que as mesmas enfrentam, mas permite ao profissional compreender que aqueles problemas apresentados pelas famílias são sínteses de múltiplas determinações.

Em se tratando das ações na área da assistência as mesmas podem ser desenvolvidas a partir de uma perspectiva que favoreça que seus usuários, através da prática profissional, desenvolvam condições para que eles se percebam enquanto sujeitos que têm capacidades, que podem desenvolver estratégias de enfrentamento em relação às privações que se apresentam em seu cotidiano, isso pressupõe desenvolver “uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam”. (BRASIL, 2004, p. 11)

“Através da equipe interdisciplinar é alinhavado todo o trabalho focado para essa família ou indivíduo. Somos uma equipe interdisciplinar, um alinha o outro, um complementa o outro. Precisa ter essa interlocução entre a equipe; não existe aquele trabalho estanque, não pode existir trabalho separado do outro”. (Assistente Social 03)

“A gente tem divergências enquanto profissionais, enquanto pessoas, mas a gente tenta pensar na meta que aquela família precisa atingir e aí a gente consegue trabalhar. Em relação a projetos de intervenção, nós temos vários projetos de intervenção que estão sob a coordenação de um profissional, mas que nunca fica de lado a participação dos outros, isso é importantíssimo, quando há uma integração boa da equipe. Nós tivemos experiências anteriores em que os profissionais não estavam bem preparados para atuar dentro da Política de Assistência Social, que isso é uma coisa que vem de formação, até de uma formação pessoal, de valores culturais. E a gente tinha uma dificuldade, então quando há um nivelamento das situações em prol do bem-estar da demanda, eu acho que fica mais fácil”. (Assistente Social 05)

O depoimento acima faz alusão ao desafio que a equipe interdisciplinar do CRAS enfrenta no planejamento e execução de suas atividades, tendo em vista que por tratar-se de uma equipe com formações acadêmicas diversas, algumas vezes as mesmas não possuem uma capacitação técnica que seja suficiente para atuarem

nas políticas sociais, desta forma, a Assistente Social 05 reforça a necessidade de se criar um parâmetro de trabalho dentro do CRAS, evitando que as ações realizadas no CRAS sejam pautadas em valores pessoais e não por valores de direitos sociais e de cidadania.

Concernente à questão de se fazer um nivelamento das ações dos profissionais do CRAS, não se trata de uma questão de nivelar as situações, mas sim de reconhecer que, em se tratando de diversas profissões trabalhando juntas, existe a diversidade de pensamento. No entanto, é necessário não ignorar a questão da interdisciplinaridade e da especificidade de cada profissão. Munhoz e Junior (2009) explicitam que a busca da interdisciplinaridade não consiste em negar essa especificidade, visto que no cotidiano da prática profissional, a interdisciplinaridade não sugere em desconsiderar a importância de aprofundamento em aspectos particulares relacionados às especificidades dos diferentes enfoques das profissões.

É importante e necessário os olhares múltiplos sobre a realidade, no entanto, é mais necessário ainda, saber trabalhar essa diversidade de forma que uma profissão complemente a ação de outra profissão.

“É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da Assistência Social”. (CFP/CFESS, 2007, p. 41)

“A prática interdisciplinar contribui para empoderar as famílias, este é o objetivo do Psicólogo, do Assistente Social e do Pedagogo”. (Assistente Social 06)

Uma prática profissional capaz de favorecer o empoderamento das famílias é uma prática que se constrói a partir da interdisciplinaridade, pois esta tem como um de seus fundamentos a soma de olhares, tal soma de olhares contribui para a compreensão de fenômenos que são sínteses de múltiplas determinações, ou seja, são fenômenos que não tem apenas um determinante. Desta forma, apenas uma área do conhecimento é incapaz de produzir ações eficazes de intervenção, as competências, atribuições e conhecimentos do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia quando reunidas partindo do pressuposto da interdisciplinaridade têm condições de formular estratégias que sejam condizentes com as problemáticas

enfrentadas pelas famílias usuárias do CRAS e como consequência têm possibilidades de contribuir para o favorecimento do processo de empoderamento.

Como facilitadores do processo de empoderamento, a equipe interdisciplinar do CRAS necessita “de constante investimento em capacitação para atualização de conhecimentos num movimento permanente da descoberta e criatividade sobre o seu potencial”. (PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010, p. 26)

Ao finalizar este capítulo, até o presente momento, podemos afirmar que reconhecemos as possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS contribuir para o desenvolvimento do processo de empoderamento.

As ações desenvolvidas pela equipe, quando organizadas através da lógica do trabalho interdisciplinar e bem articulado com as diversas áreas que compõem a equipe, “tem possibilidades de alterar o que está posto”. (CFP/CFESS, 2007, p. 22)

Estas ações serão de desnaturalização da violação dos direitos e de luta pela superação das desigualdades sociais. Diretamente, na medida em que é necessário apresentar ações concretas, objetivas e ágeis de monitoramento, definição de indicadores de gestão e de resultados que orientem a eficácia e eficiência das nossas atividades. Indiretamente, pois o sujeito atendido plenamente, por um (as) profissional comprometido(a) com seu processo de cidadania, desenvolve, pela própria experiência, a autonomia e o empoderamento para fazer valer seus direitos. (CFP/CFESS, 2007, p. 22)

A prática profissional da equipe interdisciplinar têm possibilidades de atuar de forma que seja desmistificada a ideia de naturalização da pobreza e através da soma do conhecimento e das diversas experiências compartilhadas pela equipe há a possibilidade de se pensar numa intervenção que vise atender as necessidades dos usuários atendidos no CRAS de forma mais ampla, visto que as diversas profissões inseridas nesse contexto têm condições de:

Propor, a partir de suas intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências dessas populações, visando ao enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação, por todos (as), do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos. (CPF/CFESS, 2007, p. 23)

Os profissionais que compõem a equipe profissional de referência do CRAS têm condições de contribuir para o empoderamento das famílias atendidas nesta instituição, uma vez que os mesmos possuem conhecimento teórico metodológico

que foram construídos tendo como base a luta e a afirmação da cidadania, a defesa dos direitos humanos e a promoção da vida. (CPF/CFESS, 2007). Dessa forma, a atuação com as famílias, exige da equipe profissional “uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação”. (CPF/CFESS, 2007, p. 39 e 40)

Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos têm um papel estratégico a ser desempenhado junto às demandas familiares apresentadas nos CRAS, no entanto, reconhecemos que “as possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho”. (CFP/CFESS, 2007, p. 43)

Além da necessidade de capacitar a equipe interdisciplinar do CRAS não podemos ignorar que somente a capacitação destes profissionais não é suficiente como requisito de um trabalho interdisciplinar para empoderar as famílias, é importante, sobretudo oferecer a esses profissionais condições digna de trabalho. Para tanto, três elementos precisam ser considerados: “as atividades exercidas pelos trabalhadores(as), as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício”. (CFP/CFESS, 2007, p. 43)

Considerar tais elementos como sendo necessários para a qualidade de uma intervenção realizada a partir da interdisciplinaridade é fundamental, pois se assim não procedermos podemos cair na armadilha de culpabilizar o profissional pelas limitações que o mesmo encontra na execução de suas ações profissionais.

]

CONCLUSÃO

Ao abordarmos a respeito das possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS contribuir para o processo de empoderamento das famílias atendidas na instituição ficou clara a amplitude da temática, tendo em vista que a mesma está inscrita no contexto de uma nova relação, qual seja, além da nova configuração da assistência social a partir do SUAS existe também uma nova relação instituída nas relações de trabalho, relações essas que muitas vezes conformam as práticas profissionais.

Ressaltamos que as reflexões realizadas e apresentadas neste trabalho, em relação à prática profissional da equipe interdisciplinar do CRAS e as possibilidades de desenvolvimento do processo de empoderamento constituem-se em reflexões que não pretendem esgotar a temática proposta, pois nossa pretensão foi realizar uma primeira análise sobre o objeto de pesquisa proposto.

As considerações aqui realizadas pretendem configurar-se como subsídios, para novas reflexões que possam surgir a respeito da temática e ainda colaborar, para que os profissionais que trabalham na assistência social, principalmente os profissionais dos CRAS, possam, a partir do referencial teórico construído nesta pesquisa, realizar reflexões que contribuam para que os mesmos percebam além dos limites, as possibilidades que se colocam na intervenção junto às demandas familiares.

Mediante as discussões teóricas que apresentamos e ainda através dos depoimentos dos sujeitos entrevistados, sinalizamos para algumas questões que sugerem os limites e possibilidades da prática profissional da equipe interdisciplinar contribuir para o processo de empoderamento das famílias atendidas nos CRAS.

Sobre as possibilidades, percebemos que no que se refere às famílias atendidas, que a PNAS de 2004 aponta para uma nova visão para a abordagem nos trabalhos realizados com a família, qual seja, uma abordagem que considere a capacidade de, em meio a situações de vulnerabilidades e riscos sociais, visualizar forças e não apenas as fragilidades dessas famílias, mediante uma leitura macro e não microsocial.

Para favorecer essa abordagem a PNAS de 2004 sinaliza para a realização de ações sócioeducativas com tais famílias, onde o CRAS é um espaço privilegiado para tanto. Sobre as ações sócioeducativas, as discussões teóricas realizadas nos

revelaram que as mesmas, para se configurarem como ações que favoreçam o protagonismo e empoderamento das famílias, não podem ser desenvolvidas a partir da lógica bancária, ou seja, nas palavras de Mészáros (2005), em ações educativas não se pode ignorar dois elementos: o modo de produção capitalista e a relação de classe, aspecto que Freire também aponta como sendo fundamental para a ocorrência do empoderamento.

Quando mencionamos que a necessidade de considerar a lógica do capital, estamos sinalizando que as ações sócioeducativas não podem se restringir à mera incorporação das famílias nas ações desenvolvidas, pois se assim ocorrer estaremos partindo da lógica capitalista.

De acordo com o resgate histórico que realizamos sobre a trajetória da Assistência Social brasileira, percebemos que a população empobrecida, enquanto classe subalterna foi apenas sendo incorporada às ações assistenciais, onde muitas vezes a classe dominante impunha sobre a população os seus interesses. A classe dominante afirmava que os seus projetos eram os mesmos das classes subalternas, quando na verdade tal fato ocorria apenas para produzir uma população passiva, que não contrariasse a ordem vigente.

Esse contexto gerou na população um sentimento de passividade, o que por sua vez traz, na atualidade, o desafio de através das ações sócioeducativas estimular as famílias usuárias da assistência social a construir seu próprio repertório, onde estas se percebam como protagonistas.

Ainda sobre as famílias usuárias do CRAS percebemos que as possibilidades de se realizar um trabalho no viés do empoderamento são potencializadas se tal trabalho partir da premissa de considerar a família e seus membros, ou seja, deve-se ter cuidado de não fragmentar a família no desenvolvimento das ações, visto que a vulnerabilidade que incide sobre um membro da família irá atingir não somente este membro, mas toda a família.

Outro aspecto que ficou evidente, é que nesse contexto de afirmação da centralidade da família nas ações socioassistenciais, necessário se faz desenvolver ações que não retrocedam em ações moralizantes que culpabilizam a família por não dar conta de seus problemas diários. Desta forma, o trabalho com as famílias e seus membros deve privilegiar ações de acolhimento e escuta das mesmas, sem incorrer em ações de ajustes destas.

Para fortalecer a função protetiva da família, a mesma precisa ser protegida, por meio da realização de um trabalho social que seja capaz de produzir ações que não terão o viés disciplinador ou controlador e que desconsideram que muitas vezes as famílias enfrentam situações de vulnerabilidade e risco social como uma consequência da ausência de respostas públicas frente às suas demandas.

Ou seja, em alguns momentos de nossa pesquisa apontamos que a questão da pobreza e da vulnerabilidade social não dizem respeito à apenas questões de cunho objetivo/material, mas também relacionam-se com questões subjetivas.

Nesse sentido, as ações sócioeducativas realizadas com as famílias atendidas no CRAS devem conjugar duas ações: de proteção social e de educação.

Nesse contexto as ações de proteção social referem-se aos recursos materiais que são disponibilizados a essas famílias através das políticas sociais, não somente a política de assistência, mas de saúde, educação, moradia, emprego, etc.

Por sua vez, as ações educativas dizem respeito aos recursos, que não são materiais, mas que são tão importantes quanto. Tais recursos podem ser disponibilizados às famílias através do desenvolvimento de atividades que as levem a momentos de reflexão, onde as mesmas possam se perceber enquanto capazes de mudar sua trajetória de vida. Nesse processo, é importante o diálogo, a reflexão, a comunicação, a participação, informação, enfim, um conjunto de ações que se somadas têm a possibilidade de facilitar o estímulo do protagonismo das famílias atendidas no CRAS e consequentemente, favorecer o empoderamento.

No que tange às possibilidades da prática profissional, percebemos através das reflexões encontradas em Paulo Freire e Horochovski, que os profissionais configuram-se como catalisadores do processo de empoderamento, onde isso não significa que os mesmos irão dar poder às famílias atendidas nos CRAS, mas implica em que estes podem favorecer a ocorrência do empoderamento através de ações que tenham como finalidade ir além de um simples repasse de conhecimentos fixos e pré-estabelecidos, mas que ao contrário, implica em estabelecer diálogo com tais famílias.

Para estabelecer esse diálogo, parte-se do pressuposto de que os profissionais precisam visualizar que essas famílias são sujeitos e não mero objeto passivo, dessa forma, percebemos que mediante tais ações o CRAS pode se configurar como espaço de ampliação do protagonismo das famílias atendidas.

Mesmo que Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos detenham conhecimentos teóricos que se distinguem entre si, “[...] o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo [...]”. (CFP/CFESS, 2007, p. 41)

Ainda sobre as possibilidades de empoderamento, é necessário que a intervenção da equipe interdisciplinar do CRAS busque o enfrentamento de uma tendência que se faz presente atualmente no âmbito desta instituição, qual seja, “[...] restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um “grande plantão de emergências”, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. (CFP/CFESS, 2007, p. 31)

Nesse sentido, os profissionais que compõem a equipe interdisciplinar do CRAS possuem um papel fundamental, na medida em que o seu trabalho junto às famílias estimule o debate [...] “sobre o reconhecimento e defesa do papel da Assistência Social e das políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida; isso sem superestimar suas possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais [...]”. (CFP/CFESS, 2007, p. 40)

Mas, nesse contexto, não se pode ignorar certos pressupostos: estrutura de trabalho oferecida aos profissionais e o trabalho interdisciplinar.

Logo, para que os profissionais tenham condições de criarem um espaço que seja favorável ao desenvolvimento do processo de empoderamento necessário se faz oferecer a estes profissionais condições de trabalho adequadas.

No caso dos CRAS do município de Ponta Grossa ficou evidente que os mesmos muitas vezes não contam com tais condições, o que implica em certas limitações para o trabalho da equipe.

Além dos depoimentos evidenciarem a precariedade das condições de trabalho da equipe do CRAS, evidenciam ainda que uma vez inscrito na modalidade de Gestão Plena da Assistência Social, o município além de buscar desenvolver as os serviços socioassistenciais com vistas ao atendimento pleno das demandas dos usuários deste serviço, está implícito que o município também deve buscar oferecer aos profissionais uma estrutura de trabalho adequada e condizente com suas necessidades profissionais.

Mas, quando nos deparamos com este aspecto da estrutura de trabalho, lembramos que, como analisado no capítulo 04, as práticas profissionais são resultados do movimento da história, assim sendo, as mesmas sofrem influências das conjunturas sociais (econômica, política, cultural, etc.).

Desta forma, ao mencionarmos o desafio das condições de trabalho dos profissionais dos CRAS e a dificuldade do gestor municipal em implementar melhores condições de trabalho aos profissionais, conseqüentemente não podemos ignorar que no que tange ao mundo do trabalho, a partir da década de 1990 as relações trabalhistas sofreram fortes impactos do ideário neoliberal, onde a lógica era flexibilizar as relações de trabalho acarretando uma precarização das mesmas.

Assim sendo, se por um lado o texto da PNAS de 2004 aponta para um novo momento para a Assistência Social e sinaliza um arcabouço de princípios e diretrizes que conformam as ações socioassistenciais numa perspectiva cidadã não só para os usuários, mas também para os trabalhadores da assistência social, por outro lado, o ideário neoliberal aponta para corte de gastos na área social e esse enxugamento dos gastos irá rebater sobre os salários dos profissionais que trabalham na implementação e execução das políticas sociais.

Enquanto profissionais do CRAS, os mesmos vivem sobre o dilema da dicotomia entre: projeto profissional e estatuto assalariado, ou seja, reconhecem que sua intervenção tem condições de oferecer um trabalho que alcance resultados mais satisfatórios no que tange ao empoderamento das famílias, no entanto, reconhecem que muitas vezes as condições de trabalho configuram-se como entraves para o atendimento das demandas familiares apresentadas nos CRAS.

Ainda concernente à prática profissional da equipe do CRAS, além de conviver com o dilema da estrutura de trabalho, a equipe é convocada a trabalhar a partir da perspectiva interdisciplinar, pois, as famílias atendidas no CRAS apresentam situações de vulnerabilidades e riscos sociais que não são frutos de fatos homogêneos ou isolados, pelo contrário, são situações que são multifacetadas, por isso, o trabalho interdisciplinar se torna tão importante na intervenção das demandas familiares.

Uma vez que as famílias apresentam tais situações, necessário se faz um olhar que não fragmente as mesmas, ou seja, que não faça um recorte da realidade social em que a família está inserida, mas que vise intervir em tal realidade mediante um olhar mais global, ou seja, macrossocial, fato que muitas vezes apenas uma

ciência/profissão não é capaz de dar conta. Mas várias profissões, atuando juntas têm condições de realizar uma análise de conjuntura dessas demandas capaz de produzir intervenções mais eficazes.

Ressaltamos que como visto na discussão teórica sobre a interdisciplinaridade, esta não pressupõe uma uniformidade do pensar e não desconsidera as especificidades das diversas profissões, mas interdisciplinaridade requer que através do diálogo, da contraposição das ideias, dos questionamentos e da exposição dos diversos pontos de vistas se busque possibilidades de intervenções que sejam capazes de desenvolver “uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam”. (BRASIL, 2004, p. 11)

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 1992.

ANAIS DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS/ Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Disponível em <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/ii-conferencia-nacional>. Acesso em 30 de abril de 2010.

AREGUI, Carola Carbajal, et al. **Assistência social: controle social e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (org.). São Paulo: Ed.Veras. 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (org.). São Paulo: Ed.Veras. 2009.

BARBOSA, Mário da Costa. A práxis do Serviço Social nas instituições. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº 34. p. 05-19. Ano XI – dezembro. São Paulo: Ed. Cortez. 1990.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 4ª ed. S. Paulo: Ed. Cortez. 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo de configuração da Assistência Social no Município de Ponta Grossa- Pr**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. PUC-SP: 1997

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social: 2007.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 1ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2009.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Breve Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil.** Disponível em http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/1breve_historico_curso_pedagogia.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2010.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1., 2006, Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100015&script=sci_arttext Acesso em 19 de agosto de 2010.

CAMPOS, Edval Bernardino. O protagonismo do usuário da Assistência Social na implementação e controle social do SUAS. In: **Cadernos de Textos: Subsídios para Debates: Participação e Controle Social do SUAS.** Brasília. Conselho Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009. p.17-24.

CAMPOS, Carlos E A; GARCIA, Joana. **Contribuições para supervisão dos programas sociais com foco na família.** Disponível em www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a11.pdf. Acesso em 22/04/2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; AZEVEDO, Maria Júlia. Ações sócioeducativas no âmbito das políticas públicas. In **Avaliação: construindo parâmetros das ações sócioeducativas.** Maria do Carmo Brant de Carvalho. (coord). São Paulo. Cenpec. 2005. p.25-34

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. et al. **Parâmetros socioeducativos : proteção social para crianças, adolescentes e jovens : igualdade como direito, diferença como riqueza**. Caderno 1 : Síntese / CENPEC – São Paulo SMADS ; CENPEC ; Fundação Itaú Social, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. (2010), "Participação social no Brasil hoje". Revista Polis, S. Paulo, 1998. Disponível em [www.lead.org.br/.../43/Participacao Social no Brasi Hoje.pdf](http://www.lead.org.br/.../43/Participacao_Social_no_Brasi_Hoje.pdf). Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

CASTRO, Marina Monteriro de Castro e. A Centralidade da família nas Políticas Sociais. In. **A centralidade da Família nas Políticas Sociais**. Disponível em [http://189.19.46.159/int/professorafatima/FPP_3/Matricialidade familiar Lorena.pdf](http://189.19.46.159/int/professorafatima/FPP_3/Matricialidade_familiar_Lorena.pdf). Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf> . Acessado em 17 de novembro de 2007.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ata da reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2005. Livro ata nº 02. p. 110-112.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ata da reunião realizada no dia 28 de junho de 2005. Livro ata nº 02. p. 123-127.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ata da reunião realizada no dia 05 de agosto de 2005. Livro ata nº 02. p. 158-161.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ata da reunião realizada no dia 30 de agosto de 2006. Livro ata nº 02. p. 180-187.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. A Família como questão social no Brasil. In. **Família Brasileira: A base de tudo**. KALOUSTIAN, Sílvio Manoug; FERRARI, Mário (org.). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-25

COSTA, Lúcia.C. O dilema brasileiro da desigualdade social. In SOUZA. M. A. e COSTA,L. C. (orgs). **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Ed.UEPG, 2005. p. 165 - 193.

COSTA, Lúcia C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez. 2006

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez 2008.

CFP/CFESS. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): 2007.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região. Constituição Federal de 1988. In: **Legislação Social: Cidadania, políticas públicas e exercício profissional.** 2ª ed. Curitiba: CRESS 11ª Região. 2007.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região. Lei Orgânica de Assistência Social. In: **Legislação Social: Cidadania, políticas públicas e exercício profissional.** 2ª ed. Curitiba: CRESS 11ª Região. 2007.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** São Paulo: Ed. Cortez. 1988a.

_____. Participação é conquista. São Paulo: Ed. Cortez. 1988b.

_____. **Santo Estado Maldito Mercado: de certas esquerdas que são direitas.** Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acessado em 04 de agosto de 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e democracia: um debate necessário. São Paulo. Ed: Cortez, 2007.

FALCÃO, Maria do Carmo. A seguridade na travessia do Estado assistencial brasileiro. In: **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999. p. 109-126.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. O Estado Neoliberal e o caso mexicano. In: **Laurell, Asa Cristina. Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

FÉLIX, Cláudio Eduardo. **A construção da individualidade/subjetividade nos sujeitos sociais.** Disponível em <http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/claudioeduardo.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3ª ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.

FONSECA, Claudia. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica.** Disponível em www.scielo.com.br. Acesso em 20/04/2009.

FREDERICO, Celso. Classe e lutas sociais. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 255-266.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 48ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia. O cotidiano do Professor.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1986.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, Ed. Atlas: 1994

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação das comunidades das políticas sociais.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003. Acesso em 17 de maio de 2010.

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. **Assistência social às famílias nas constituições brasileiras: institucionalização dos espaços domésticos e poder.** 1ª ed. Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 223-238.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. **Associativismo civil, Democracia e Empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos no Paraná.** 2007. 265 f. Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0282.pdf. Acesso em 20/04/2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos.** São Paulo: Editora Cortez. 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

IPARDES. **Perfil do Município de Ponta Grossa.** Disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84000&btOk=ok. Acesso em 20 de agosto de 2010

KALoustIAN, Sílvio Manoug; FERRARI, Mário. **Família Brasileira: A base de tudo.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Origem e evolução de casamento.** Vol. 1. Curitiba: Juruá, 1991.

LIMA, Evangelina Sanches; CARLOTO, Cássia Maria. **Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire.** Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/692/646>. Acesso em 10 de abril de 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (2007). "Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica". Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300004&script=sci_arttext. Acesso em 07 de junho de 2010.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **A Pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio comunitária.** Disponível em http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/mesa_8_texto_evelcy.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo.** 3ª ed. Petrópolis. RJ: Ed. Vozes: 2008.

MARTINS, Valdete de Barros. Participação e controle social no SUAS: o que temos e o que queremos. In. **Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS.** Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Ed.Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann.** Tradução de Renato Guimarães e Leandro Konder. 7ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2002.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – **PAIF.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 9ª. São Paulo: Ed. Cortez. 2005.

MEIRELLES, Mauro; INGRASSIA, Thiago. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. Disponível em www.forumpaulofreire.com.br. Revista Eletrônica, ano 2. 22/10. Acesso em 15 de abril de 2010.

MÉSZAROS, Istivan. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Ed. Boitempo. 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco. 1992

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O Processo de Pesquisa: Iniciação**. Brasília: Ed. Plano, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 1998.

MUNHOZ. Divanir Eulália Neréssi. Entre a Universalidade da Teoria e a Singularidade dos Fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. In. **Revista Emancipação**. Ed. UEPG: Ponta Grossa. nº 6. p. 25-40. 2006

MUNHOZ. Divanir Eulália Neréssi; JUNIOR, Constantino Ribeiro de Oliverira. Interdisciplinaridade e pesquisa. In. Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Ed. Toda palavra. 2009.p. 11-34.

OLIVEIRA, Cláudia Hochheim; PINTO, Maira Meira. Política de Assistência Social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão. In. **Revista Katálisis** Florianópolis. v.08, nº 01, p. 46-58 jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Maria Iolanda. **Rede de serviços socioassistenciais: possibilidades de operacionalização da Política de Assistência Social no Município de Ponta Grossa-PR**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. PUC-SP: 2004.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão e conquista”. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº 53. p. 80-101. Ano XVIII. Março: Ed. Cortez, 1997.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. **A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil**. Disponível em www.pedagogiasocial.iv.org.br/portal/congresso-2007/Erigo.doc. Acesso em 19 de agosto de 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. S. Paulo: Ed. Cortez. 2000.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Fortalecendo o processo de inclusão social através do CRAS.** Disponível em www.fecam.org.br/.../a9_download.php?...pratica_pedagogica_na_assistencia...pratica_pedagogica_na_assistencia. Acesso em 20 de abril de 2010. 68 págs.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2000.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 377-392

REIS, Carlos Nelson dos; HERPICH, Marta Carrer. **A descentralização político-administrativa da Assistência Social: dificuldades para sua implementação em Caxias do Sul.** Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_7_reis_herpich.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2010.

ROMANO, Jorge O ;ANTUNES, Marta. Empoderamento: Recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ActionAid (org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Disponível em www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2010. p. 09-20

RYZEWSKI, Luiz Antônio; STORTI, Moysés Martins Tosta. **Pedagogia do oprimido e protagonismo juvenil: contribuições para uma práxis libertadora.** Disponível em www.paulofreire.org/.../ensaio_protagonismo_sob_a_inspiracao_de_Paulo_Freire.doc -. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

SCHONS, Selma Maria. Questão social hoje: a resistência um elemento em construção. In. **Revista Emancipação. nº 07.** Ponta Grossa: Ed. UEPG. p. 25-40. 2007

SCHONS, Selma Maria. Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo. Ed. Cortez, 1999.

SILVA, Lenir Aparecida Mainardes. **A Política Pública do Trabalho, Emprego e Renda no Brasil na década de 90 e sua interface com a Política Pública de**

Assistência Social no Estado do Paraná. 2005, 163 f. Tese de doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo. Ed. Cortez. 2004

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas. **Avaliando a implantação do Sistema Único de Assistência Social no BRASIL.** Disponível em www.gaepp.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=198. Acesso em 24 de novembro de 2010.

SIMIONATO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise na atualidade e sua influência teórico-prática. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 87-102.

SIMIONATO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2010.

Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa.** SMAS: Ponta Grossa, 2010.

SOUZA, Hebert de. Participação. Disponível em <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea A.; YAZBEK, Maria. C.; FALCÃO, Maria do C. B. Carvalho. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma análise em questão.** 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Ed. Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. **A assistência social brasileira: descentralização e municipalização.** São Paulo: EDUC, 1990.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/ Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 1996

APÊNDICE

Entrevista profissionais CRAS

1. Para você o que significa afirmar que as famílias atendidas no CRAS têm direitos e necessidades, mas sobretudo, tem capacidades e possibilidades que podem e devem ser desenvolvidas?
2. A partir desse trabalho realizado com as famílias em situação de vulnerabilidade social, como você percebe as demandas apresentadas pelas mesmas?
3. Tendo em vista que cada família traz consigo uma trajetória de vida particular, como você percebe o trabalho realizado pela equipe profissional interdisciplinar do CRAS com essas famílias?
4. Em sua opinião quais as estratégias que podem ser implementadas para o favorecimento do processo de empoderamento das famílias atendidas no CRAS?
5. Quais as formas de concretizar essas estratégias?
6. Qual o alcance de tais estratégias quando as mesmas são colocadas em prática?
7. Para você, o que significa dizer que as famílias atendidas no CRAS precisam passar por um processo de empoderamento que seja dialógico?
8. A partir de tudo o que foi colocado, o que você entende por empoderamento?

ANEXOS

TERMO DE RESPONSABILIDADE
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO COM A ORIGINALIDADE
CIENTÍFICO-INTELLECTUAL

Responsabilizo-me pela redação do trabalho de Projeto de Pesquisa, sob título **“Empoderamento: reflexão a partir da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa-Pr.”**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídas (se transcrito literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se utilizada a idéia do autor citado), conforme normas e padrões ABNT vigentes.

Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 28 de fevereiro de 2011.

CRISTIANE GONÇALVES DE SOUZA

Número R.A.: 309103-03